

Bureau
International
do Trabalho

Manual para análise de dados sobre o trabalho infantil e redacção de relatórios estatísticos

Programa de Monitorização
e Informação Estatística
sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)



Programa de Monitorização e Informação Estatística
sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

Manual para análise de dados sobre o trabalho infantil
e redacção de relatórios estatísticos

A edição original desta obra foi publicada pelo Bureau Internacional do Trabalho, em Genebra, sob o título *Manual for child labour data analysis and stastical reports. Stastical Information and Monitoring Programme on Child Labour (SIMPOC)*

(©) Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2004

Traduzido e publicado mediante autorização

© da tradução em língua portuguesa: PETI, 2006

**Manual para a Análise de Dados sobre o Trabalho Infantil
e redacção de Relatórios Estatísticos.**

Tradução de **Ricardo Sequeira**

Revisão: Inês Pereira (SIETI), Paula Monteiro (SIETI)

Primeira edição: 2004

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 972-98764-4-4

ISBN da edição original: 92-2-115861-6

Composição: Stória, Artes Gráficas, Lda

Reservados todos os direitos para Portugal,
de acordo com a legislação em vigor, por PETI

PETI - Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Portugal

Av. Frei Miguel Contreiras, n.º 54-5º 1700-213 Lisboa

Tel.: 218437580 Fax: 218437589

E-mail: peti@peti.gov.pt

Página: www.peti.gov.pt

As designações constantes das publicações da OIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não reflectem necessariamente o ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho, relativamente à condição jurídica de qualquer país, área ou território ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

As opiniões expressas em estudos, artigos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a publicação dos mesmos não vincula a Organização Internacional do Trabalho às opiniões nelas expressas.

A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e a processos ou a sua omissão não impica da parte da Organização Internacional do trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

Informação adicional sobre as publicações do BIT pode ser obtida no Escritório da OIT em Lisboa

Rua Viriato, n.º 7, 7.º andar, 1050-233 LISBOA, Telefone 213.173.447, Fax 213.140.149

ou directamente através da nossa página da Internet: <http://www.iol.org/lisbon>

O presente manual foi desenvolvido e coordenado por Angela Martins Oliveira, Astrid Marschatz e Amy Ritualo. Foram prestados valiosos contributos por todos os membros da equipa do SIMPOC, quer os técnicos que estão em Genebra, como os técnicos das delegações regionais, pelo Comité de Conselheiros Externos do SIMPOC, pelo Departamento Norte Americano para o Trabalho e pelos participantes do *workshop* international que teve lugar em Genebra de 23 a 25 de Julho de 2003.

O financiamento para a presente publicação do BIT foi concedido pelo Departamento Norte-Americano para o Trabalho. A presente publicação não reflecte necessariamente a posição ou as políticas do Departamento Norte-Americano para o Trabalho, nem a referência a nomes de marcas, produtos ou organizações implica qualquer obrigação por parte do Governo dos Estados Unidos.

Prefácio

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do seu Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), contribuiu para que o trabalho infantil se tornasse numa causa universal. O IPEC colabora actualmente com mais de 75 países com o objectivo de prevenir e eliminar esse flagelo que ainda atinge milhões de crianças por todo o mundo. Com o acréscimo das actividades do IPEC ao longo dos anos foi-se tornando cada vez mais evidente a necessidade da existência de informação fiável e actualizada. O aperfeiçoamento do conhecimento base sobre o trabalho infantil é considerado como a chave para o desenvolvimento de meios eficazes e sustentáveis para enfrentar o problema.

Ao iniciar as suas actividades em 1998, o Programa para a Informação Estatística e Monitorização do Trabalho Infantil (SIMPOC) não só apoiou os países na criação de dados fiáveis, comparáveis e completos sobre as actividades das crianças, mas também melhorou a capacidade interna existente para recolher, processar, analisar e partilhar a informação estatística sobre o trabalho infantil. Desde então o SIMPOC tem prestado apoio técnico a mais de 40 países pelo mundo inteiro na execução de estudos levados a cabo por Institutos de Estatística, Ministérios do Trabalho, bem como Instituições de Investigação.

A análise e a apresentação cuidadas dos dados obtidos através desses estudos colocaram desafios particulares. A aprendizagem e a experiência reunida ao longo dos anos representa uma informação valiosa que pode vir a ser utilizada em análises de dados de estudos sobre o trabalho infantil a realizar no futuro. Este manual para a análise de dados sobre o trabalho infantil foi produzido com base na experiência do SIMPOC em diferentes regiões do mundo e com o objectivo de fornecer linhas orientadoras gerais para as futuras análises de informação que resultem de estudos efectuados.

Espero sinceramente que este manual possa orientar quem tem por função analisar os dados resultantes de estudos com o objectivo último de fornecer uma compreensão mais abrangente sobre a magnitude, as causas e as consequências do trabalho infantil.

Frans Röselaers
Director
Programa Internacional para a
Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC

Índice

Prefácio	v
Lista de Tabelas	ix
Lista de gráficos	ix
Lista de caixas.....	x
Lista de acrónimos	xi
Introdução.....	1
PARTE I:	
Organização e redacção do relatório nacional SIMPOC sobre o trabalho infantil.....	3
Capítulo 1 Actividades preliminares.....	3
1.1 Público-alvo e objectivos do relatório	3
1.2 Desenvolver um plano de trabalho.....	4
1.3 Alargar a base de conhecimentos.....	5
1.4 Produzir um relatório preliminar.....	6
Capítulo 2 Esboço do relatório	7
2.1 Prefácio	10
2.2 Tabelas	10
2.3 Sumário executivo.....	11
2.4 Capítulo 1: Introdução	11
2.5 Capítulo 2: Metodologia e recolha de dados.....	19
2.6 Capítulo 3: Características da população do inquérito.....	29
2.7 Capítulo 4: Definições relacionadas com as actividades das crianças	34
2.8 Capítulo 5: Actividades das crianças	41
2.9 Capítulo 6: Incidência e características do trabalho infantil.....	49
2.10 Capítulo 7: Trabalho infantil e a escola, saúde e bem-estar do agregado familiar	51
2.11 Capítulo 8: O contexto do trabalho infantil	54
2.12 Capítulo 9: Conclusões e recomendações.....	56
2.13 Referências.....	57
Capítulo 3 Redacção do relatório nacional de acompanhamento sobre o inquérito nacional do trabalho infantil.....	58
Capítulo 4 Relatórios para outros tipos de inquéritos sobre o trabalho infantil	59
PARTE II:	
Outras questões	60
Capítulo 5 Preparação, análise e apresentação de dados sobre o trabalho infantil.....	60
5.1 Preparação da base de dados para análise	60
5.2 Estudo da base de dados e identificação de problemas relacionados com os dados	62
5.3 Utilização de dados ponderados	67
5.4 Desagregação dos dados.....	68
5.5 Escolha das variáveis chave	69

5.6 Análise do género.....	71
5.7 Grupos de controlo.....	73
5.8 Utilização de fontes de informação externas	73
5.9 Apresentação dos resultados	74
Breve glossário de termos úteis	79
Referências Bibliográficas	83
 <i>Anexos</i>	
A – Plano geral do relatório nacional do SIMPOC e o plano de apuramentos.....	89
B – Lista sugerida de indicadores sobre o trabalho infantil e actividades domésticas	96
C – Tamanho da amostra e margem de erro	99
D – Escolha de um limiar (a2)	100
E – Critérios de publicação de estimativas dos relatórios do SIMPOC.....	101
F – Tabelas exemplificativas.....	106

Lista de tabelas

Tabela 1	Número de unidades de amostra primárias por província e estrato, África do Sul, 1999
Tabela 2	Cálculo da variância de variáveis seleccionadas do estudo Multiple Purpose Household Survey, Costa Rica, 2002
Tabela 3	Critérios de aferição da qualidade dos dados na Colômbia
Tabela 4	Distribuição das crianças entre os 5 e os 17 anos por grupos etários e por tipo de actividade, El Salvador, 2001
Tabela 5	Crianças na agricultura e comércio, por número de horas de trabalho por dia na semana de referência, Portugal, 1998 e 2001
Tabela 6	Rendimento mensal médio de menores com actividade económica em determinados sectores de actividade, Nicarágua, 2000
Tabela A	Peso relativo dos capítulos e das secções do relatório nacional
Tabela B	Indicadores principais
Tabela C.1	Informação descritiva sobre o número de crianças do sexo feminino, entre os 5 e os 9 anos de idade, envolvidas em actividades económicas por três horas ou mais por semana e que foram feridas nos últimos 12 meses, África do Sul
Tabela C.2	Informação descritiva do número de crianças do sexo feminino entre os 5 e os 9 anos envolvidas em actividades económicas de 3 horas semanais ou mais, África do Sul
Tabela E.1	Valores calculados de n para vários efeitos
Tabela E.2	Exemplo: Percentagem de crianças que trabalham e não frequentam a escola por idades e sexo
Tabela E.3	Exemplo: Percentagem de crianças que trabalham e não frequentam a escola por grupos etários e sexo
Tabela E.4	Informação descritiva do número de crianças entre os 5 e os 17 anos, residentes na província de Eastern Cape, envolvidas em actividades económicas de 3 horas semanais ou mais que sofreram ferimentos nos últimos 12 meses, África do Sul

Lista de gráficos

Gráfico 1	Proporção de crianças entre os 5-17 anos de idade que trabalharam durante os últimos 12 meses, por ocupação principal, Filipinas, Outubro 2001
Gráfico 2	Crianças em actividades económicas por frequência escolar, Portugal, 1998 e 2001

Lista de caixas

- Caixa 1 Plano dos relatórios nacionais do SIMPOC
- Caixa 2 Algumas fontes de dados sugeridas para informação contextual de um país
- Caixa 3 Possíveis objectivos dos estudos sobre o trabalho infantil do SIMPOC
- Caixa 4 Exemplo de um relatório sobre formação
- Caixa 5 Exemplo de uma tabela de cálculo de variância
- Caixa 6 Avaliação do status socio-económico do agregado familiar
- Caixa 7 Alcance de uma medição quantitativa do trabalho infantil: Alguns exemplos
- Caixa 8 Medição da incidência do trabalho entre as crianças
- Caixa 9 Relatório de números baseados em células de dimensão reduzida
- Caixa 10 Conselhos para a preparação de tabelas de dados claras e perceptíveis
- Caixa 11 Conselhos para a apresentação gráfica de dados

Lista de Acrónimos

CI:	Intervalo de Confiança
CPS:	Current Population Survey
CV:	Coeficiente de Variação
CSO:	Instituto/Organização Central de Estatística
DANE:	Departamento Nacional Administrativo de Estatística (Colúmbia)
ENTIA:	Encuesta Nacional del Trabajo Infantil y Adolescente (Nicaragua)
IEFP:	Instituto do Emprego e Formação Profissional (Portugal)
BIT:	Bureau Internacional do Trabalho
BIT-ACT/EMP:	Bureau Internacional do Trabalho – Dialogo Social – Bureau das Actividades para os Empregadores
IMPS:	Integrated Microcomputer Processing System
IPEC:	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
ISCO:	International Standart Classification of Occupations
ISIC:	International Standart Industrial Classificatio
ISSA:	Sistema Integrado para Análise de Inquéritos
LSMS:	Living standarts Measurement Study
MPSSLW:	Ministry of Public Service Labour e Social Welfare (Zimbabwe)
PCA:	Análise do Componente Principal
SAS:	Sistema de Análise Estatística
SIETI:	Sistema de Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil (Portugal)
SIMPOC:	Programa para a Informação Estatística e Monitorização do Trabalho Infantil
SNC:	Sistema Nacional de Conta
SPSS:	Superior Performance Software System (originalmente Statistical Package for Social Science)
STATA:	Pacote de software informático comercial
SUDAAN:	Survey Data Analysis
UNDP:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA:	Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)
UNICEF:	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID:	United States Agency for International Development

Introdução

Dada a importância dos relatórios¹ relativos aos inquéritos nacionais sobre o trabalho infantil e dada a grande circulação dos relatórios dentro do país e no estrangeiro, torna-se extremamente importante uma análise dos dados de alta qualidade e a elaboração de relatórios claros baseados nessa mesma análise. Nesse sentido, este manual fornece orientação na:

- análise dos dados recolhidos em inquéritos² nacionais sobre o trabalho infantil, e na
- preparação do relatório nacional do SIMPOC.

O presente manual pretende ser um guia prático:

- Sempre que possível, fornece exemplos ilustrativos de inquéritos actuais e relatórios nacionais.
- Analistas e redactores de relatórios serão encorajados a adaptar ou fornecer, sempre que tal seja possível em termos financeiros, técnicos ou de tempo, elementos que considerem relevantes no contexto de um dado inquérito.

As linhas orientadoras do relatório nacional do SIMPOC sobre o trabalho infantil são aplicáveis a qualquer relatório de análise de dados recolhidos em inquéritos nacionais sobre o trabalho infantil e, até um certo ponto, a dados recolhidos em qualquer inquérito sobre o trabalho infantil.

A Parte I expõe em pormenor a estrutura do capítulo e secção do relatório nacional do SIMPOC sobre o trabalho infantil, começando pelo prefácio, tabelas, e sumário executivo dos capítulos sobre a metodologia de inquéritos, definições, e análise das actividades das crianças, até às conclusões, recomendações e à secção de referências. A Parte I propõe ainda ideias para relatórios nacionais de acompanhamento sobre o trabalho infantil (NCLSs) e outros tipos de inquéritos sobre o trabalho infantil (CLSs).

A Parte II trata de assuntos não referidos na Parte I que estão relacionados com a preparação, análise e apresentação de dados. Os tópicos incluem a preparação da base de dados para a análise e a classificação em tabelas e tipos de apresentação de dados aconselhados.

Um pequeno glossário de termos relacionados com inquéritos serve de referência rápida.

Uma série de anexos apresenta informação sobre o esboço e o plano de apuramentos para o relatório (Anexo A), uma lista de indicadores chave (Anexo B), assuntos relacionados com a dimensão da amostra (Anexos C, D, e E), e um conjunto de tabelas exemplificativas baseadas no questionário SIMPOC, que pode ser utilizado pelos países como base na preparação do seu próprio plano de classificação em tabelas (Anexo F).

¹ Os relatórios nacionais sobre o trabalho infantil (a) identificam correlações e possíveis causas e consequências do trabalho infantil; (b) determinam a extensão e a natureza do problema; (c) informam o público em geral e criam a consciência constante para os assuntos relacionados com o trabalho infantil; e (d) apoiam as campanhas contra o trabalho infantil aos níveis nacional e internacional.

² A análise dos dados do inquérito para os relatórios nacionais do SIMPOC é maioritariamente baseada nas frequências observadas das variáveis e da co-variação entre as variáveis, resultante dos apuramentos. As técnicas de análise mais avançadas, como por exemplo, a análise regressiva, estão além do âmbito do presente manual.

Aconselha-se ainda que os analistas consultem outros manuais sobre inquéritos a agregados familiares, análise de dados e sua apresentação, incluindo os que se seguem:

- UNICEF (2000): *End-decade multiple indicator survey manual*.
- World Bank (2000): *Designing household survey questionnaires for developing countries: Lessons from 15 years of the Living Standards Measurement Study, Volumes 1, 2 e 3*.
- United Nations Statistics Division (em breve): *An analysis of operating characteristics of surveys in developing and transition countries: Survey costs, design effects e non-sampling errors*.

Parte I

Organização e redacção de relatórios nacionais sobre o trabalho infantil SIMPOC

Capítulo 1: Actividades preliminares

1.1 Público-alvo e objectivos do relatório

Antes de dar início à organização e à redacção do relatório nacional SIMPOC, o analista deve responder a duas questões essenciais:

- Qual é o público-alvo?
- Quais são os objectivos do relatório?

As respostas a estas questões ajudarão a determinar:

- o tipo e a profundidade da análise, e
- o modo como os resultados serão apresentados.

Público-alvo. O público-alvo engloba todos os interessados nos direitos das crianças, especialmente, nos assuntos relacionados com o trabalho infantil, a nível nacional e internacional. Mais especificamente, o relatório deve dirigir-se a:

- legisladores;
- instituições governamentais, organizações não-governamentais internacionais, e outros agentes envolvidos na concepção e execução de intervenções contra o trabalho infantil;
- aqueles que se esforçam por conseguir um panorama abrangente da situação actual do trabalho infantil no contexto nacional e, provavelmente;
- investigadores que levem a cabo estudos sobre o trabalho infantil e sobre assuntos relacionados.

A importância de assumir o papel de leitor. Mesmo supondo que um determinado leitor possa ter um vasto conhecimento sobre os assuntos relacionados com o trabalho infantil, quem escreve o relatório não deve partir do princípio que o seu público tem um conhecimento profundo da legislação sobre o trabalho infantil, das convenções internacionais, ou de outros assuntos com ele relacionados. De igual forma, não se deve partir do princípio de que o leitor possui mais do que os conhecimentos elementares de estatística.

Objectivos do relatório. Estes relatórios nacionais servem dois objectivos principais:

- apresentar informação de modo a aumentar a consciencialização pública em relação à natureza e à magnitude dos problemas nacionais relacionados com o trabalho infantil e levar a cabo campanhas aos níveis nacional e internacional; e
- apresentar os resultados do inquérito de modo a permitir que o Governo e outras entidades que se ocupam dos direitos das crianças possam identificar os grupos de crianças com maior necessidade de intervenção ao nível do trabalho infantil.

Importa assim apresentar a informação sobre a magnitude do trabalho infantil e a sua distribuição geográfica pelo país, bem como a informação relacionada com as características dos menores com actividade económica incluindo, entre outros tópicos, a sua distribuição por idades e por sexo, envolvimento em actividades escolares, tipo de trabalho que efectuam e os riscos laborais a que se encontram expostos.

O nível adequado de análise estatística. Os relatórios nacionais SIMPOC deverão assim apresentar uma análise abrangente e completa dos dados do inquérito, explorando as possíveis relações entre variáveis e descrevendo o contexto nacional que serve de enquadramento ao trabalho infantil. A apresentação dos dados deverá ser clara e descritiva, através da utilização extensiva de estatísticas sumárias e simples simultaneamente com tabelas de frequência e tabulações de dois ou três tipos diferentes, de forma a poder demonstrar a distribuição das variáveis e a co-variação entre elas.

Tal como acima referido na Nota de Rodapé 2, a utilização de técnicas de análise mais avançadas, tais como o modelo de regressão, não é um requisito dos relatórios nacionais SIMPOC, e dessa forma, essas técnicas não serão discutidas neste manual.³ Não obstante, os relatórios nacionais deverão prover uma base de análise sólida capaz de permitir análises estatísticas mais avançadas a investigadores que assim o entendam fazer.

1.2 Desenvolver um plano de trabalho

Attingir os objectivos do relatório e comunicá-los de modo eficaz ao público-alvo implica, antes de mais, a preparação de um plano de trabalho pormenorizado. Esse plano deverá especificar todas as actividades necessárias, a calendarização dos vários passos a seguir para a sua concretização, e, se for caso disso, os nomes das pessoas responsáveis por essas actividades.

Um bom plano de trabalho ajuda a

- assegurar que o trabalho se desenvolve de forma organizada e nos prazos estabelecidos (a calendarização deverá estar sempre actualizada tendo em conta os atrasos que se verifiquem, de forma a que haja sempre um plano de referência válido); e, no decurso da preparação do plano, ajuda a
- revelar quais as actividades que dependem de outras;
- quais as que podem ser levadas a cabo simultaneamente; e
- aquelas a que se pode dar início antes que o processamento e o tratamento dos dados estejam completos.

³ A análise regressiva, ao manter constantes outras variáveis, permite uma melhor avaliação da “verdadeira” relação entre as variáveis dependentes e independentes. Os analistas que desejem utilizar as ferramentas regressivas na análise dos dados do inquérito deverão consultar fontes especializadas no assunto. Entre estas, incluem-se a United Nations Statistics Division (para breve): *An analysis of operating characteristics of surveys in developing and transition countries: Survey costs, design effects and non-sampling errors*; Deaton, Angus: *The analysis of household surveys: A microeconomic approach to development policy* (2003); e Maddala, G.S. (2001): *Introduction to econometrics* (Terceira edição). Um bom exemplo da aplicação das técnicas regressivas utilizando dados actuais do inquérito nacional SIMPOC sobre o trabalho infantil e uma apresentação e interpretação dos resultados claras, consultar *Child labour e education in Belize: A situational assessment e in-depth analysis* (ILO, 2003i).

1.3 Alargar a base de conhecimentos

O trabalho infantil é um fenómeno complexo e por vezes pouco consensual. Os dados sobre o trabalho infantil deverão ser processados por analistas que:

- tenham um bom entendimento de estatística;
- conheçam bem o contexto socio-económico do país em causa;
- estejam familiarizados com os assuntos relacionados com o trabalho infantil, com a legislação nacional e com as convenções internacionais sobre a temática; e
- tenham um bom conhecimento das ferramentas quantitativas de medição do trabalho infantil e dos sistemas de *software* aplicáveis.

Os dados do inquérito deverão ser analisados em colaboração com os peritos do instituto nacional de estatística, ou outra instituição encarregue do inquérito, por duas razões:

- para acolher as suas informações e conhecimentos valiosos; e, ao envolver entidades locais na análise,
- melhorar as capacidades dessas entidades no que diz respeito à recolha e processamento de dados sobre o trabalho infantil.

Debate com informadores-chave a nível local. Antes da análise, o responsável pela análise dos dados e pela redacção do relatório pode também querer debater as questões pertinentes sobre o trabalho infantil com peritos do Ministério do Trabalho e da Educação, com organizações não-governamentais (ONGs), e com outras pessoas locais com alto interesse e, frequentemente, com alto conhecimento nas áreas em causa. Assim, os analistas poderão:

- recolher conhecimento contextual valioso, ao mesmo tempo que
- aperfeiçoam as suas capacidades analíticas, e
- aumentam o sentimento de participação na análise do relatório por parte dos sectores chave nacionais, e, talvez,
- ganhem a adesão de representantes desses sectores ao longo do processo.

No caso de haver financiamento disponível, certos países poderão mesmo considerar a contratação de um consultor jurídico para ajudar à análise da informação relacionada com o contexto jurídico e para prestar auxílio na transposição da legislação nacional e dos instrumentos internacionais jurídicos para uma medida quantitativa nacional do trabalho infantil (ver Secção 2.7 do presente manual para mais pormenores sobre este tópico).

Fontes secundárias. Além de debater o assunto com informadores chave do país, os analistas podem preparar-se para essa tarefa através da recolha e leitura de publicações relevantes, bem como outra documentação disponível, tal como legislação nacional para o trabalho e educação, artigos sobre o bem-estar e os direitos das crianças no país, e estudos teóricos e empíricos anteriores sobre o trabalho infantil a nível nacional e em outros países.

Manter-se informado. Tendo em conta os debates em curso que envolvem determinados assuntos de medição do trabalho infantil, tais como aqueles relacionados com o trabalho leve e as tarefas domésticas (ver Secção 2.7), e a natureza evolutiva das definições associadas, os analistas devem manter-se informados das últimas descobertas empíricas e dos vários fundamentos preponderantes sobre esses assuntos.

1.4 Produzir um relatório preliminar

A publicação de um relatório nacional demora um tempo considerável. Por essa razão, aconselha-se os países a produzir documentos oficiais preliminares para circulação entre os parceiros chave e participantes.

O relatório preliminar é um documento conciso e descritivo que sumariza os principais resultados do inquérito. O seu objectivo principal é estimular o interesse generalizado pelos resultados do inquérito e criar expectativas para o relatório nacional mais abrangente que se lhe seguirá. A chave para um relatório preliminar eficaz reside na sua publicação imediata e na sua capacidade de transmitir os resultados mais importantes do inquérito de forma clara e eficaz. As seguintes linhas orientadoras poderão auxiliar os analistas a atingir ambos os objectivos:

- Idealmente, o relatório preliminar será publicado no prazo máximo de um mês após a finalização do processamento e tratamento dos dados.
- Para que se poupe tempo, as decisões relativas à escolha das variáveis para análise, a informação que irá constar nas tabelas e outros modos de apresentação gráfica, disposição gráfica geral e os meios de distribuição deverão ser realizados antes da conclusão do estágio de tratamento dos dados. (A lista sugerida de indicadores no Anexo B deste manual fornece uma boa base de informação para o relatório preliminar.)
- O relatório preliminar deve ter um volume de aproximadamente 10 páginas – o leitor deverá ser capaz de completar a sua leitura de uma só vez.
- Os conteúdos de carácter conceptual, descritivo e analítico deverão ser apresentados de forma clara e deverão ser fáceis de compreender.
- Os resultados deverão ser apresentados de forma descritiva em detrimento de uma apresentação analítica. Gráficos claros poderão constituir uma grande vantagem neste tipo de relatórios.
- Deve apresentar-se de forma sumária alguma informação de carácter geral do inquérito, incluindo datas, dimensão da amostra e natureza da população do inquérito.
- A parte principal do relatório deverá focar a incidência do trabalho infantil, a sua distribuição de acordo com as variáveis chave, como a idade, sexo e residência urbana ou rural. Informação relativa às actividades escolares dos rapazes e das raparigas e o envolvimento nas tarefas domésticas poderão ser igualmente referidas.

Apresentação alternativa. O relatório preliminar pode ainda ser apresentado numa série de documentos factuais em que cada um trate de um tópico diferente, como por exemplo:

- distribuição dos menores com trabalho infantil de acordo com variáveis chave de fundo;
- características dos agregados familiares;
- educação das crianças;
- ocupação;
- sector de actividade;
- tempo dedicado ao trabalho;

-
- razões dadas para justificar o trabalho;
 - exposição aos riscos;
 - utilização de ferramentas/equipamento e dispositivos de segurança no local de trabalho; e
 - aspirações para o futuro entre os menores com trabalho infantil.

A informação utilizada no relatório preliminar pode posteriormente servir de input para o relatório nacional.

Capítulo 2 Esboço do relatório

Entre os passos finais relacionados com os inquéritos sobre o trabalho infantil estão as análises da informação recolhida e a preparação do relatório nacional. A caixa 1 descreve os conteúdos de um relatório nacional SIMPOC e fornece um plano geral dos diferentes capítulos, secções e sub-secções. (Ver Anexo A para um plano completo do relatório, incluindo classificação em tabelas exemplificativas.)

Caixa 1	
Relatório nacional SIMPOC	
Plano geral	
A.	Prefácio
B.	Agradecimentos (opcional)
C.	Índice (incluindo listas de tabelas, caixas, e imagens)
D.	Sumário executivo (3 a 5 páginas)
E.	Capítulo 1: Introdução
a.	Contexto geral do país
i.	População e capital humano
1.	Demografia
2.	Saúde
3.	Educação
ii.	Estrutura económica
b.	Justificação para o inquérito
i.	Situação global do trabalho infantil
ii.	Situação nacional do trabalho infantil
iii.	Enquadramento jurídico
iv.	Instituições relacionadas com o trabalho infantil
c.	Objectivos do inquérito
d.	Organização do relatório
F.	Capítulo 2: Metodologia e recolha de dados
a.	Âmbito e abrangência do inquérito nacional sobre o trabalho infantil
b.	Questionário
c.	Plano de amostra e a sua implementação
d.	Pré-teste
e.	Formação dos entrevistadores e supervisores e trabalho de campo

- f. Processamento de dados
- g. Taxas de resposta e ponderadores
- h. Fiabilidade das estimativas (design effect e desvios-padrão)
- i. Ensinos adquiridos e melhoramentos futuros

G. Capítulo 3: Características da população inquirida

- a. Composição da população
- b. Características económicas dos agregados familiares
- c. Características dos agregados familiares e educação

H. Capítulo 4: Definições relacionadas com as actividades das crianças

- a. Actividade económica desenvolvida em qualquer período durante os 12 meses anteriores
- b. Actividade económica actual
- c. Actividade não económica
- d. Trabalho infantil, etc.

I. Capítulo 5: Actividades das crianças

- a. Menores com actividade económica
- b. Actividades domésticas
- c. Frequência escolar
- d. Características do trabalho

J. Capítulo 6: Incidência e características do trabalho infantil

K. Capítulo 7: Trabalho infantil e escolaridade, saúde e bem-estar do agregado familiar das crianças

- a. Escolaridade
- b. Saúde
 - i. Condições perigosas
 - ii. Ferimentos/doenças
- c. Bem-estar do agregado familiar

L. Capítulo 8: O contexto do trabalho infantil

- a. Dimensão do agregado familiar
- b. Estrutura do agregado familiar
- c. Estatuto socio-económico
 - i. Rendimento
 - ii. Educação dos pais
 - iii. “Choques” económicos
- d. Percepções das razões pelas quais a criança trabalha, a contribuição das crianças para o rendimento do agregado familiar e para as poupanças

M. Capítulo 9: Conclusões e recomendações

N. Referências

O. Anexos (questionário, etc.)

Organização do corpo do relatório principal

A introdução apresenta o contexto do país. Isto ajudará o leitor a perceber o meio que envolve o trabalho, as tarefas domésticas e as actividades da escola em que os rapazes e as raparigas participam. No entanto, a atenção principal será dada ao contexto em que ocorre o trabalho infantil. A introdução explica ainda as razões que sustentam o inquérito, e os seus objectivos, e mostra o plano geral da organização do estudo.

O capítulo 2 trata da metodologia e da recolha de dados e expõe os pormenores técnicos relativos à recolha de dados e ao seu processamento.

O capítulo 3 apresenta as conclusões principais relacionadas com a população do inquérito em geral.

O capítulo 4 expõe as principais definições necessárias ao estudo e esclarece os conceitos relacionados com as actividades das crianças referidas na análise.

O capítulo 5 apresenta as conclusões do inquérito relacionadas com o trabalho das crianças e o seu envolvimento nas actividades domésticas, e mostra o modo como estas se relacionam com a escola. Esta informação ajudará a definir o contexto para a apresentação das conclusões sobre o trabalho infantil que se seguirão.

O capítulo 6 limita o foco da análise aos “menores em situação de trabalho infantil” (child labour), i.e., àqueles para os quais o trabalho é prejudicial à sua aprendizagem, à sua saúde ou ao seu desenvolvimento. Estas são as crianças de interesse central para o relatório nacional—aqueles cujo envolvimento em actividades laborais viola a legislação nacional ou as Convenções internacionais.

O capítulo 7 analisa a relação entre trabalho infantil e aprendizagem, saúde e bem-estar familiar. O pressuposto é que o trabalho infantil interfere na educação formal das crianças e prejudica a sua saúde – mesmo nos casos em que os membros da família consideram que o trabalho das crianças beneficia o bem-estar do agregado familiar, pelo menos a curto prazo.

O capítulo 8 examina as variáveis de contexto, na sua maioria relacionadas com as características do agregado familiar, em conjunto com as razões entendidas para o envolvimento no trabalho infantil.

As conclusões e as recomendações finalizam o relatório.

Enquadramento temporal

Os países deverão esforçar-se por produzir o primeiro esboço do seu relatório nacional até dois meses antes do processo de tratamento e processamento de dados. Desta forma, a elaboração do relatório pode começar após a conclusão do trabalho de campo e antes que o processo de tratamento e processamento de dados fique completo. As seguintes secções do relatório são independentes de qualquer resultado e por isso, podem ser escritas antes que o processamento de dados esteja completo:

- Capítulo 1 (Introdução)
- Capítulo 2 (Metodologia e recolha de dados)
- Capítulo 4 (Definições relacionadas com as actividades das crianças)

As *tabelas exemplificativas* também podem ser preparadas *à priori*, de acordo com o plano de apuramentos e com base no questionário do inquérito. (Ver anexo F para sugestões sobre modelos de tabelas com base no exemplo de um questionário de SIMPOC).

Os esboços do relatório nacional devem ser submetidos à apreciação de todos aqueles que – idealmente seriam pessoas de várias áreas do conhecimento – possam dar um contributo e informação adicionais valiosos. O relatório nacional poderá ter de atravessar várias fases de esboço antes de ficar pronto para impressão e publicação. Ainda que o processo de redacção do relatório possa parecer longo e por vezes, enfadonho, cada melhoramento ao esboço ajudará a assegurar que os conceitos relevantes ficam bem definidos, que as metodologias são descritas de modo exacto e conciso, que as definições são claras e de fácil interpretação, e que as tabelas, as imagens e o texto fornecem uma descrição exacta da situação do trabalho infantil no país — todos os pré-requisitos de um relatório nacional sobre o trabalho infantil de alta qualidade e eficaz.

Esta secção fornece ainda a orientação para a preparação de cada capítulo e secção do relatório nacional de SIMPOC, com referência, sempre que for adequado, a alguns ou a todos dos seguintes pontos:

- conteúdo e objectivos do capítulo ou secção;
- tabelas exemplificativas (com referência às tabelas exemplificativas do anexo f deste manual que correspondem à secção; aplicável somente aos capítulos 3, 5, 6, 7, e 8 do relatório nacional);
- discussão e análise, com possíveis interpretações dos resultados;
- considerações para análise;
- fontes sugeridas de informação e referências relevantes.

2.1 Prefácio

Conteúdo e objectivo

O prefácio, ou prólogo, deverá consistir entre dois e quatro parágrafos escritos pela OIT/IPEC, o instituto nacional de estatística, e/ou pelo Ministério do Trabalho. O prefácio geralmente sumaria a importância, a intenção e o conteúdo do relatório. O prefácio constitui igualmente o lugar ideal para os agradecimentos, muito embora estes possam ser apresentados separadamente.

2.2 Tabelas

Conteúdo e objectivo

Deverão ser incluídas as seguintes tabelas e listas:

- Índice
- Lista de tabelas
- Lista de caixas
- Lista de imagens
- Lista de acrónimos (opcional)

O **Índice** apresenta o capítulo, a secção e a subdivisão pela ordem em que aparecem no relatório com os números de página. Começa com o Sumário executivo — e *não* com esses itens antes dele — e finaliza com o último Anexo. As listas de tabelas, caixas e imagens e, caso seja considerado necessário, a lista de acrónimos serão incluídos no índice ou no seu seguimento.

Considerações

O índice deve ser claro, conciso, e de fácil leitura, tendo em conta o facto de fornecer um plano geral de todo o relatório.

Deve verificar-se o índice e as listas de tabelas, caixas, imagens e acrónimos com cuidado. Os autores do relatório deverão certificar-se que os títulos e os números de página listados no índice são os mesmos utilizados no relatório. Deverá tomar-se o cuidado necessário para que os títulos das tabelas, das imagens e das caixas listadas no início do documento sejam os mesmos utilizados no corpo do texto.

2.3 Sumário executivo

Conteúdo e objectivo

O sumário executivo, com uma extensão de três a cinco páginas, deverá consolidar os principais pontos do relatório. Deverá ser suficientemente conciso para que o leitor entenda a essência do estudo, sem, no entanto, deixar de apresentar pormenores em número suficiente para que reflecta de modo preciso os conteúdos do relatório.

Por vezes, o sumário executivo segue o mesmo plano geral utilizado no relatório principal, mas, geralmente, o seu primeiro objectivo é o de realçar os pontos mais relevantes que foram abordados no estudo. Poderá centrar-se na interpretação feita dos resultados principais e nas recomendações abordando levemente as questões metodológicas ou outros aspectos técnicos.

O anexo B deste manual apresenta uma lista dos indicadores principais que resumizam alguns dos resultados principais de um inquérito sobre o trabalho infantil, e uma abordagem destes constituiria um bom resumo para esta secção. O leitor deverá ser capaz de entender o sumário executivo independentemente do relatório.

Se houver financiamento disponível, o sumário executivo poderá constituir a base para uma publicação sumária das conclusões do inquérito. A publicação de uma sinopse do relatório nacional promove a divulgação dos resultados e alcança um público mais vasto.

2.4 Introdução

Conteúdo e objectivo

A introdução ao relatório nacional contém quatro elementos principais:

- informação genérica sobre o país;
- justificação do inquérito;
- objectivos do inquérito; e
- organização do relatório em plano geral.

2.4.1 Informação genérica sobre o país

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão deverá incluir uma abordagem concisa, ainda que abrangente, da situação nacional global relativamente à demografia, à saúde, à educação e à economia. Esta será a informação que servirá de contexto a todas as interpretações relativas às conclusões do inquérito. Os autores do relatório deverão estar conscientes que muitos leitores poderão não estar familiarizados com um determinado país e, assim, esta informação ajudá-lo-á a tomar conhecimento da situação actual.

Considerações

Escolha das variáveis e de outra informação a incluir. O analista deverá escolher com atenção as variáveis e os outros dados a apresentar nesta subdivisão centrando-se na informação que permita recriar o contexto nacional no qual as crianças vivem e trabalham. Os factos apresentados nesta subdivisão devem ser relacionados com a análise que se lhe segue, permitindo deste modo fundamentar a execução do estudo e ainda as suas conclusões e recomendações.

Informação obrigatória. Em qualquer caso, o analista terá que incluir o ano da observação, definições claras de qualquer indicador utilizado, e dados combinados de diferentes fontes que sejam comparáveis (o analista terá que se certificar que, se os dados combinados provêm de fontes diferentes, estes são realmente comparáveis, embora a utilização de tais dados não seja obrigatória).

Fontes e referências

Muitos destes dados poderão ter sido previamente recolhidos e publicados por entidades governamentais, tais como o instituto nacional de estatística; os Ministérios do trabalho, da educação e da saúde; o banco central. Outras fontes importantes para a obtenção de dados sobre a demografia, a educação, a saúde e a economia incluem fontes internacionais tais como o *World development report* (Banco Mundial), o *Demographic e health surveys* (USAID), o *Human development report* (UNDP), *The Int.. Data base* (US Census Bureau), *Yearbook of labour statistics* e os *Key indicators of the labour market* (OIT), *Demographic yearbook* (United Nations Statistics Division), o *Statistical yearbook* (UNESCO), e o *State of the world population* (UNFPA). Ver caixa 2, em baixo para mais informações sobre estas fontes.

Algumas fontes de dados sugeridas para informação contextual de um país

O *World development report* e os *World development indicators*, publicados pelo Banco Mundial, contêm informação sobre mais de 500 indicadores de desenvolvimento. Os dados incluídos no relatório abrangem mais de 200 países e os tópicos incluem a população e demografia, o trabalho e o emprego, a educação, a saúde, o ambiente, o comércio, as finanças governamentais, contas públicas, informação e tecnologia, só para nomear alguns. Além disso, estão ainda disponíveis dados organizados em séries temporais sobre muitos países. Pode aceder-se a essa informação através da Internet em <http://www.worldbank.org/data/wdi2001/> (acedido em 27 Março de 2002).

Os *Demographic e health surveys* são financiados pelo U.S. Agency for International Development (USAID), e são executados pela Macro International Inc. Estes inquéritos fornecem informação sobre a população, a saúde, e a nutrição das mulheres e das crianças em países em vias de desenvolvimento. Foram levados a cabo mais de 100 inquéritos em África, na Ásia, nas Caraíbas, na América Latina, e no Médio Oriente. Pode aceder-se a essa informação on-line em <http://www.measuredhs.com/> (acedido em 27 Março de 2002).

O *Human development report* tem sido publicado anualmente desde 1990 pelo United Nations Development Programme (UNDP). Trata-se de um relatório independente que apresenta informação sobre uma larga variedade de indicadores de modo a fornecer uma avaliação global do bem-estar a longo prazo em mais de 200 países. O relatório inclui índices compostos tais como o índice de desenvolvimento humano, o índice de desenvolvimento relacionado com os sexos, as medidas para a igualdade de direitos dos sexos, o índice de pobreza humana, além de indicadores individuais sobre tópicos como a educação, a saúde, o desempenho económico, o comércio, a despesa pública e a tecnologia. Informação on-line disponível em <http://www.undp.org/hdro> (acedido em 28 Março de 2002).

A *International data base* do U.S. Census Bureau é uma base de dados on-line que fornece estimativas e projecções sobre a população e outras tabelas estatísticas com dados demográficos e socio-económicos relativos a 227 países e áreas geográficas espalhadas pelo mundo. Os dados estão disponíveis por tópicos como a população, a mortalidade infantil e tabelas sobre a esperança de vida, a fertilidade e a sobrevivência das crianças, as migrações, o estado conjugal, o planeamento familiar, a literacia, a mão-de-obra, o emprego e os salários, as etnias, a religião, e a língua. Além disso, estão disponíveis dados sobre as tendências para as várias medidas. Informação on-line disponível em <http://www.census.gov/ipc/www/idbnew.html> (acedido em 28 de Março de 2002).

O *Yearbook of labour statistics*, editado pela primeira vez em 1935/36, é publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contém 31 tabelas sobre tópicos relacionados com o trabalho, como a população activa, o emprego, o desemprego, as horas de trabalho, os salários, o custo da mão-de-obra, os preços de consumo, os acidentes de trabalho, as greves e encerramento do posto de trabalho (*Lockout*). Cada edição anual abrange normalmente os 10 anos precedentes e contém informação relativa a cerca de 190 países. Informação on-line disponível em <http://laborsta.OIT.org/> (acedido em 20 Julho de 2003).

O *Demographic yearbook*, publicado pela United Nations Statistics Division, encontra-se actualmente na sua quinquagésima-primeira edição apresentando informação sobre a população de mais de 223 países e áreas geográficas do mundo. Os dados são cedidos pelos institutos nacionais de estatística e são os mais actuais, abordando tópicos como a dimensão populacional, a composição, a fertilidade, a mortalidade, os casamentos e os divórcios. Os dados são classificados por residência rural e urbana, sempre que possível. Informação on-line disponível em <http://www.un.org/depts/unsd/> (acedido em 28 de Março de 2002).

A UNESCO *statistical yearbook*, compilada pela United Nations Educational, Scientific, e Cultural Organization, é uma compilação abrangente de dados internacionais nos campos da educação, ciência, tecnologia, cultura, e comunicação. Inclui indicadores como o rácio de inscrição nos níveis primário, secundário e terciário de educação; taxas de iliteracia, circulação de jornais, educadores, investigação e desenvolvimento. Informação on-line disponível em <http://www.uis.unesco.org/en/stats/stats0.htm> (acedido em 28 de Março de 2002).

O United Nations Fund for Population Activities' *State of the world population report* é publicado anualmente desde 1978. Cada ano, o relatório é dedicado a um tópico de presente ou de futura preocupação em relação à população, tal como a saúde e os direitos dos adolescentes, os direitos à reprodução e à saúde, a pobreza e o ambiente. O relatório inclui ainda indicadores demográficos, sociais e económicos, além de tabelas e quadros com dados relativos a muitos países. O relatório encontra-se disponível on-line em <http://www.unfpa.org> (acedido em 30 de Outubro de 2003).

a) População e capital humano

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão apresenta informação relativa à demografia, saúde e educação de uma população a nível nacional, dando ênfase, se tal for relevante, à população infantil. Seguem-lhe alguns indicadores importantes e tópicos para consideração:

Demografia

- dimensão da população;
- densidade populacional;
- distribuição por idade, sexo, urbano/rural;
- tendência de crescimento da população; e
- taxa de nascimento e fertilidade.

Saúde

- esperança de vida à nascença;
- mortalidade materna;
- mortalidade infantil e pós-parto;
- vacinação; e
- prevalência do HIV/SIDA, se possível, por sexo, entre a população infantil e adulta.
- discussão do sistema nacional de saúde no que diz respeito ao acesso, apoio financeiro aos cuidados de saúde, programas especiais para rapazes e raparigas, e gastos governamentais na saúde; e
- discussão de qualquer disparidade geográfica ou de sexo relevante nos indicadores de saúde, no acesso, ou na qualidade do tratamento de saúde recebido.

Educação

- taxas de literacia;
- rácios de inscrição primária e secundária;⁴
- rácio de abandono;
- desfasamento entre ano escolar e idade;
- medidas escolares de qualidade (rácios estudante-professor, se for adequado ao país em causa,⁵ ou outros);

⁴ O rácio líquido de inscrição fornece o número de rapazes e raparigas inscritos num nível específico, que estão na idade de se inscreverem nesse nível, como uma percentagem da população com idade para se inscrever nesse nível. Os rácios de inscrição brutos fornecem o número de rapazes ou raparigas inscritos num nível específico como a percentagem da população de idade de se inscrever nesse nível. A idade de inscrição de um grupo etário da população num nível específico é determinada pela legislação nacional de cada país.

⁵ O rácio aluno-professor pode por vezes não ser considerado como uma boa medida da qualidade do ensino num determinado país. A esse respeito, consultar o artigo de P. Glewwe's no *Journal of Economic Literature*, Vol. 40, N.º 2 (Junho 2002), "Schools and skills in developing countries: Education policies e socio-economic outcomes". Outro documento que discute os indicadores baseados nos resultados para a medição da qualidade das escolas é E. Hanushek e V. Lavy's "Do students care about school quality? Dropout behavior e achievement bias in developing countries", *Living Standard Measurement Study Working Paper N.º107*.

-
- acessibilidade física e económica das escolas;
 - diferenças prevalentes a nível do sexo nos indicadores da educação e/ou da discriminação sexual no sistema educativo nacional;
 - programas educativos especiais existentes, por exemplo, frequência de aulas com horários flexíveis ou o regresso à escola de alunos que já atingiram o limite de idade; e
 - suporte total, por parte do governo, das despesas resultantes da educação primária e secundária; suporte total das despesas com a educação como parte do produto interno bruto; taxa de despesa actual e de capitais públicos com a educação e despesa por aluno.⁶

Discussão e análise

A informação demográfica deverá fornecer uma breve perspectiva geral da dimensão e da densidade populacional, bem como das tendências aparentes da população. A distribuição por área geográfica, sexo e idade é particularmente importante na determinação das áreas mais habitadas de um país, independentemente da população revelar um perfil jovem e de estar ou não em equilíbrio a nível da distribuição por sexo.

Os indicadores da saúde e da educação relacionados entre si reflectem o nível nacional de desenvolvimento humano. As variáveis que se relacionam com a saúde e a educação das crianças merecem uma atenção especial.

b) A economia

Conteúdo e objectivo

A situação económica do país constitui outro ponto-chave. O panorama económico fornece informação sobre as recentes tendências do crescimento económico, as recentes mudanças na economia e todos os planos governamentais de relevo, o que, no seu conjunto, pode afectar o trabalho infantil.

Alguns indicadores económicos de importância, e outras informações a considerar:

- rendimento per capita;
- principais fontes de receitas do país e mercadorias de exportação;
- sector produtivo principal e sectores de emprego;
- tendências das taxas de crescimento económicas;
- pobreza (proporção da população em situação de pobreza e tendências da pobreza);
- disparidades a nível dos rendimentos (medido segundo os coeficientes Gini, rácio de rendimento, ou outros);
- discussão sobre mudanças significativas recentes na economia, consequência de choques económicos como crises da moeda corrente, recessão económica ou ainda desastres naturais, como tremores de terra, secas, ou outros, se for caso disso, e;

⁶ Certas despesas — especialmente a nível local, ou quando estão envolvidas várias instituições governamentais — podem não ser declaradas; daí que os dados da despesa pública podem não ser sempre interpretados como reflectindo com precisão tudo aquilo que é gasto na educação. Assim, este indicador deve ser utilizado apenas como uma aproximação genérica das despesas reais.

-
- discussão de planos económicos importantes, políticas governamentais de combate à pobreza, investimentos internacionais significativos, e o panorama económico geral de curto e médio prazos.

Realce do bem-estar da criança. A discussão sobre o contexto económico nacional deve realçar os aspectos relacionados com o bem-estar da criança. A pobreza, por exemplo, é frequentemente referida entre as causas principais do trabalho infantil. As informações relacionadas com o rendimento per capita, com a pobreza e com as disparidades salariais fornecem uma ideia do alcance e da intensidade da insuficiência salarial do país.

As informações sobre a estrutura da economia e sobre os principais sectores empregadores podem ser posteriormente comparados com os sectores onde, de acordo com os resultados dos estudos, se verifica maior número de menores com actividade económica, facilitando assim a tarefa de determinar se o trabalho infantil acompanha o padrão geral da economia.

Mercado de trabalho nacional. Dada a sua relação com o trabalho infantil, é altamente relevante que aqui se proceda à descrição geral do mercado de trabalho nacional. Os seguintes tópicos podem fornecer informações úteis:

- taxas de participação;
- desemprego;
- sub-emprego visível e invisível;
- ordenado mínimo e médio;
- tendências das taxas salariais relativamente ao custo de vida;
- importância do sector informal;
- problemas de emprego enfrentados por homens e mulheres (por exemplo, diferenciação salarial, taxas diferentes de desemprego e sub-emprego); e
- planos governamentais de criação de emprego.

Discussão e análise

As informações sobre o mercado de trabalho de um país permitirão ao leitor construir uma ideia das oportunidades existentes para os adultos e da qualidade do emprego disponível.

- ***Taxas de desemprego e de sub-emprego altas*** apontam para sérios problemas relacionados com o trabalho para os adultos, o mesmo se passando com salários mínimos e médios baixos ou estagnados.
- ***Um vasto sector informal*** indica problemas na qualidade do trabalho disponível, já que as condições de trabalho são geralmente tidas como melhores no sector formal.
- ***Discriminação sexual*** revela-se através de salários mais baixos, maior desemprego e taxas de sub-emprego mais altas entre as mulheres.
- ***Planos governamentais para a criação de emprego*** poderão constituir um indicador de preocupação oficial com a melhoria da situação de emprego de um país e fornecer um panorama positivo para os adultos no mercado de trabalho.

Questões e considerações

Especifique sempre se os dados são reais ou nominais/use dados reais onde for adequado. Sempre que possível, quando discutir dados de cariz económico, especifique se estes são em termos reais ou nominais, e, sempre que for adequado – por exemplo, quando se fazem comparações temporais – os dados deverão ser indicados em termos reais.

Inclua a taxa de câmbio da moeda ou o valor equivalente em dólares americanos, US-dollar. Além disso, para os casos de leitores que não estão familiarizados com a unidade monetária de um determinado país e quando são indicados valores na moeda local, inclua a taxa de câmbio correspondente ou o equivalente em US dollars.

2.4.2 Justificação para o estudo

A presente secção sublinha a relevância da execução do inquérito e da informação recolhida sobre o trabalho infantil no país.

a) Situação do trabalho infantil a nível global e nacional

Conteúdo e objectivo

A segunda principal subdivisão da Introdução (a) descreve a situação⁷ global do trabalho infantil e (b) refere-se a qualquer conhecimento prévio relacionado com a situação do trabalho infantil específica ao país. O contexto do inquérito determina quais dos seguintes elementos serão necessários nesta subdivisão:

- *Necessidade de informação quantitativa quando esta não existe.* No caso de nunca ter havido lugar à recolha de dados sobre o trabalho infantil a nível nacional, discuta a consequente necessidade de informação quantitativa sobre o trabalho infantil a uma escala nacional. Explique a natureza única do esforço de recolha de dados do SIMPOC e o valor do relatório nacional:
 - os dados poderão ser utilizados para fornecer uma base de informação sobre a situação do trabalho infantil actual; e
 - a informação pode ser utilizada em políticas e programas destinados ao combate ao trabalho infantil, e para consciencializar os legisladores, membros do governo, organizações comunitárias e o público em geral sobre a extensão e a natureza do trabalho infantil no seu país.
- *Dados com mais-valia.* No caso de já existirem dados recolhidos anteriormente sobre o trabalho infantil em relação ao país, tal constitui a subdivisão adequada para a discussão da mais-valia dos dados actuais.
- *Valor como acompanhamento em relação a inquéritos anteriores.* As fontes de informação estatística existentes incluem os inquéritos aos agregados familiares nacionais regulares, os inquéritos SIMPOC, os inquéritos agrupados de indicadores múltiplos da UNICEF (que contêm a componente do trabalho infantil), os World Bank Living Standards Measurement Study surveys, e as avaliações rápidas do BIT/IPEC sobre as piores formas de trabalho infantil. No caso de o presente programa ser um programa de acompanhamento, o seu valor poderá ser justificado em termos da sua avaliação dos progressos já conseguidos no que diz respeito ao trabalho infantil e à constatação da utilidade das políticas ou dos programas existentes.
- *Limitações previstas.* Deve ainda ser feita referência às dificuldades de ordem geral encontradas na medição e análise do trabalho infantil e indicar-se as limitações e as faltas de ordem geral do presente inquérito e dos dados sobre o trabalho infantil analisados e apresentados no relatório nacional. É importante explicar-se porque é que essas faltas existem e, se possível, explicar como poderão ser ultrapassadas no futuro.

⁷ Ver, por exemplo, *Every child counts: New global estimates on child labour* (ILO, 2002a).

-
- *Objectivos realistas.* Refira quaisquer lacunas a nível da informação que provavelmente persistirão mesmo após a conclusão do presente inquérito sobre o trabalho infantil.
 - *Nomeie as instituições que participaram.* Para todos os casos, discuta o papel das instituições que participaram nas diferentes fases da execução do inquérito de forma a não minimizar a sensação de partilha do inquérito e da análise.

b) Enquadramento jurídico e instituições relacionadas com o trabalho infantil

Conteúdo e objectivos

Legislação internacional. Ao apresentar o enquadramento jurídico do inquérito, os relatórios deverão especificar se o país ratificou as principais Convenções sobre a matéria:

- ONU Convenção para os Direitos da Criança (1989);
- Convenção da OIT sobre a idade mínima, 1973 (N.º 138);
- Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (N.º 182); e
- Convenção da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a qual estabelece, entre outros, os direitos das mulheres em relação à educação, vocação formativa e emprego.

Legislação nacional. Incluir uma discussão aprofundada sobre a legislação nacional destinada à eliminação do trabalho infantil ou de outra forma associada ao trabalho infantil, como, por exemplo, aquela que frequentemente se encontra:

- na Constituição Nacional;
- no Código do Trabalho; e
- nas políticas educativas.

Especificar claramente a idade mínima, de acordo com a legislação nacional, para o trabalho regular ou para o trabalho leve (se for caso disso), e a idade para a escolaridade mínima obrigatória. Incluir uma breve avaliação da adequação da legislação nacional no que diz respeito à protecção da exploração das crianças através do trabalho infantil.

Instituições de relevo. Indique e avalie as instituições chave nacionais e internacionais e os programas existentes ou planeados que estão na primeira linha do combate ao trabalho infantil a nível nacional.

2.4.3 Objectivos do inquérito

Conteúdo e objectivos

Descreva o objectivo do inquérito, incluindo aquilo que o país espera conseguir com a recolha e a análise dos dados. Ver caixa 3 para possíveis objectivos-chave.

Caixa 3
Possíveis objectivos dos inquéritos SIMPOC sobre o trabalho infantil

- a. Estabelecer um processo sustentável para a recolha de informação sobre as características, a natureza, a dimensão e as razões para a existência do trabalho infantil no país; determinar as condições de trabalho e as suas possíveis consequências na saúde, na educação e no normal desenvolvimento da criança trabalhadora; e permitir a análise das disparidades entre faixas etárias, sexos, grupos étnicos e regiões no mesmo país.
- b. Utilizar os dados e a informação sobre o trabalho infantil como base para estimular a discussão do assunto entre legisladores, investigadores e outros agentes envolvidos.
- c. Aumentar a consciência pública das pessoas em geral para a situação do trabalho infantil a nível nacional, incluindo as possíveis causas e consequências do trabalho infantil e as condições enfrentadas pelos menores em situação de trabalho infantil.
- d. Fornecer dados e informação para utilização em futuras acções de monitorização e avaliação da situação do trabalho infantil aos níveis nacional e regional.
- e. Aumentar a coordenação entre as entidades e as organizações que se ocupam de temas relacionados com o trabalho infantil, em particular, e com o bem-estar das crianças em geral.

A presente subdivisão constitui ainda o local apropriado para a discussão do modo como o inquérito sobre o trabalho infantil se enquadra no plano global do país para a monitorização e avaliação da situação do trabalho infantil dentro das suas fronteiras.

2.4.4 Organização do relatório

Conteúdo e objectivos

Forneça uma descrição sucinta capítulo-a-capítulo do modo como o relatório evoluirá.

2.5 Capítulo 2: Metodologia e recolha de dados

Conteúdo e objectivos

O presente capítulo sumariza a metodologia utilizada para o inquérito e para a recolha de dados, fazendo referência aos seguintes tópicos:

- âmbito e abrangência do inquérito nacional sobre o trabalho infantil;
- questionário;
- plano de amostra e execução;
- pré-teste;
- formação dos inquiridores e dos supervisores, e trabalho de campo
- processamento de dados;
- taxas de resposta e ponderação;
- margem de erro das estimativas (*design and sampling effects*); e
- aprendizagem resultante e melhoramentos futuros.

Considerações

As diferentes fases do inquérito deverão ser utilizadas como informação base para a redacção da presente secção. Sempre que possível e quando tal for adequado, os autores do relatório deverão trocar impressões com o pessoal encarregue da execução do inquérito, como, por exemplo, os supervisores ou o pessoal a cargo do processamento dos dados, a fim de conseguir aproximar-se das suas experiências.

Os pormenores mais técnicos poderão ser preferivelmente incluídos num anexo e não no corpo de texto principal, já que se deve partir do princípio de que o leitor pode não estar familiarizado com a análise estatística avançada.

Cada um dos tópicos acima referidos será discutido numa secção independente do capítulo 2.

2.5.1 Âmbito e abrangência

Conteúdo e objectivos

População alvo. Esta subdivisão identifica a população alvo.

Independente ou suplemento a outro inquérito. Esta subdivisão é igualmente o local adequado para referir se o inquérito é independente ou se serve de suplemento a outro inquérito existente, como por exemplo, um inquérito sobre a mão-de-obra nacional, um inquérito sobre os agregados familiares a nível nacional, um inquérito sobre a Saúde e a Demografia, um inquérito do World Bank Living Standards Measurement Study (LSMS), ou o UNICEF Multiple Indicator Cluster Survey. No caso dos inquéritos suplementares, discuta igualmente quaisquer outras modificações feitas ao inquérito existente, com excepção do módulo das actividades das crianças. Na Costa Rica e em El Salvador, por exemplo, países onde foi adicionado um módulo para as actividades das crianças ao inquérito anual sobre os agregados familiares, a idade limite mais baixa indicada no módulo para as actividades económicas foi igualmente baixada de forma a que se pudesse incluir todas as crianças de cinco e mais anos de idade e reunir informação mais pormenorizada relativamente à população economicamente activa que começa com aquela idade.

Campanha de publicidade anterior ao trabalho de campo. No caso de ter havido uma campanha de publicidade anterior ao trabalho de campo destinada a sensibilizar o público em geral para a realização do inquérito nacional sobre o trabalho infantil, discuta as actividades levadas a cabo, incluindo a utilidade percebida e a aprendizagem resultante da campanha.

Discussão e análise

De forma a conseguir identificar a população alvo poderá ser necessário identificar a população do inquérito e também os segmentos a excluir. No inquérito sobre as Actividades das Crianças levado a cabo na Namíbia, em 1999, por exemplo, a população alvo incluía crianças dos 6 aos 18 anos de idade que viviam em agregados familiares, enquanto que as crianças que viviam em instituições, tais como prisões e hospitais foram excluídas (Ministério do Trabalho, Dezembro de 2000). Nas Honduras, no inquérito aos agregados familiares realizado em 2002, foram excluídas as ilhas Bay e a província de Gracias a Dios devido a dificuldades de ordem logística e ao alto custo associado à deslocação para chegar à reduzida população que habita estas regiões. As unidades de habitação colectiva, tais como, hotéis, hospitais, estabelecimentos prisionais, quartéis e conventos foram também excluídas, assim como as embaixadas e as residências de diplomatas estrangeiros (OIT, 2003d).

2.5.2 Questionário

Conteúdo e objectivos

Inclua uma cópia do questionário, de preferência, em anexo. O questionário constitui um recurso valioso para os leitores e pode vir a servir de modelo para aqueles que estejam interessados em realizar inquéritos sobre o trabalho infantil. No caso de terem sido utilizados vários módulos ou segmentos de questionários, uma breve descrição sobre os módulos, incluindo a informação sobre a quem se destinam as perguntas (i.e., às crianças ou aos pais/tutores), fornece uma informação chave sobre o âmbito dos dados recolhidos. Importa ainda referir as restrições à elegibilidade dos respondentes. Na Colômbia, por exemplo, os trabalhadores domésticos, independentemente da sua idade, não foram autorizados a responder a questões relacionadas com as actividades dos rapazes e das raparigas dentro do agregado familiar (OIT, 2003f).

2.5.3 Concepção da amostra e execução

Conteúdo e objectivos

Uma descrição clara e concisa da concepção da amostra estabelecerá o contexto de todos os resultados que se lhe seguem. Será ainda de grande utilidade para os investigadores que desejam levar a cabo as suas próprias análises sobre os dados do trabalho infantil.

As decisões relativas à concepção da amostra e à sua execução deverão ser descritas em pormenor (as linhas orientadoras para a planificação e execução do presente inquérito sobre o trabalho infantil ultrapassam o âmbito deste manual).⁸ A subdivisão dedicada ao plano da amostra deve incluir informação pormenorizada sobre o enquadramento da amostra. Geralmente, o enquadramento baseia-se nos censos mais recentes à população. Os relatórios devem indicar a fonte do enquadramento da amostra, o ano em que este foi produzido (e indicar, no caso de um censo, se houve actualizações de enquadramento entre censos), e se este contém quaisquer deficiências conhecidas.

Seguidamente, apresenta-se uma descrição das áreas de enumeração, incluindo a dimensão e outras estratificações ou segmentações, tais como unidades de amostra primárias e quaisquer outras desagregações das unidades da amostra. Será útil apresentar uma tabela que descreva o número de áreas de enumeração ou unidades de amostra primárias dentro de cada estrato. No relatório do inquérito nacional da África do Sul, por exemplo, as unidades de amostra primárias foram divididas por províncias e em quatro tipos de áreas: urbano formal, urbano informal, tribal e quintas comerciais.

⁸ Está para breve o manual do BIT/SIMPOC sobre técnicas de inquérito. Actualmente encontra-se disponível um manual sobre processamento de dados no Website do BIT, <http://www.ilo.org>.

Tabela 1 Número de unidades de amostra primárias por província e extracto África do Sul, 1999

Província	Urbano formal	Urbano informal	Quintas comerciais	Outros tipos rurais	Total
Western Cape	59	25	20	0	104
Eastern Cape	39	21	20	29	109
Northern Cape	23	10	20	6	59
Free State	35	20	20	12	87
KwaZulu-Natal	50	26	20	26	122
North West	28	20	20	18	86
Gauteng	91	45	20	0	157
Mpumalanga	25	20	20	18	83
Northern Province	22	20	20	32	94
Total	372	208	180	141	901

Fonte: *Inquérito das actividades dos jovens: Metadata* (disponível on-line em <http://www.OIT.org/public/english/standards/IPEC/SIMPOC/southafrica/index.htm>).

Após a exposição do número e da estratificação das unidades, descreva em pormenor o processo passo-a-passo usado para a selecção de cada uma das unidades finais de análise. Trata-se de um procedimento muito importante, já que essa informação ajudará a descrever exactamente o modo como foi calculada a ponderação da população e, assim, permitir a determinação da ponderação a empregar na análise, onde tal for necessário, por parte de quem trabalha os dados.

Existem ainda outros aspectos que devem ser apresentados nesta subdivisão. No caso do inquérito sobre o trabalho infantil ser, por exemplo, um suplemento a um inquérito já existente sobre a mão-de-obra, e se tiver sido utilizado um padrão rotativo, ou se subgrupos particulares da população tiverem sido sobre-representados, essas características deverão ser claramente expostas nesta subdivisão.

2.5.4 Pré-teste

Conteúdo e objectivos

A informação relativa ao pré-teste – por exemplo, o número de agregados familiares entrevistados e todo o conhecimento resultante da experiência deste exercício – tem um carácter muito informativo para quem está a planear a execução de inquéritos sobre o trabalho infantil.

As dificuldades encontradas e a sua remediação, incluindo quaisquer desafios imprevistos ou resultados inesperados e o modo como estes foram tratados são informações de grande utilidade. Esse conhecimento deve ser registado. De acordo com o relatório nacional da Etiópia, por exemplo, durante o estudo piloto de preparação para o inquérito independente sobre o trabalho infantil de 2001, “observou-se que as crianças com menos de 10 anos de idade são demasiado tímidas e têm dificuldades em compreender as perguntas. Além disso, as suas respostas revelaram-se inconsistentes e ilógicas. Assim, decidiu-se limitar o emprego do [questionário para as crianças] apenas àquelas com idades entre os 10-17 anos de idade.” (Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Autoridade Estatística Central e OIT, 2002)

2.5.5 Formação dos entrevistadores e dos supervisores, e trabalho de campo

Conteúdo e objectivos

A **informação sobre os parâmetros de selecção** para os entrevistadores (como por exemplo, experiência, conhecimento, sexo, conhecimento de línguas, capacidade para interagir com crianças) e os *métodos utilizados na formação* dos supervisores e dos entrevistadores será útil em inquéritos de acompanhamento e para outros investigadores que estejam a planear o seu próprio inquérito.

A **informação sobre o trabalho de campo** poderá incluir o número de entrevistadores do sexo masculino e feminino encarregues da recolha de dados; o número de supervisores do sexo masculino e feminino; o número de entrevistadores por supervisor; o relacionamento em campo entre supervisores e entrevistadores; e as medidas tomadas para minimizar os erros na recolha de dados (ex., novas entrevistas feitas pelos supervisores). Ver caixa 4.

Caixa 4

Exemplo de um relatório sobre a formação

“Um total de 195 entrevistadores e 40 chefes de equipa recrutados pelo CSO, MPSSLW e o Ministério da Educação receberam formação durante o terceiro nível de formação. A formação iniciou-se a 14 de Setembro de 1999 e concluiu-se a 17 de Setembro de 1999. O terceiro nível de formação consistiu em dois dias de instruções de ordem teórica e entrevistas fictícias. Foi deixado um dia para a prática em campo usando respondentes reais e outro dia para a discussão das experiências do trabalho de campo. No final da formação, os formandos foram testados na sua compreensão dos conceitos e das definições expostas no manual que foram abordados durante as sessões formativas. Durante este período de formação manteve-se o contacto entre os três centros de modo a assegurar a uniformidade da formação” (CSO e MPSSLW, Página 12).

Questões relacionadas com o calendário. Exponha quaisquer questões relacionadas com o calendário que possam ter afectado os resultados— ex., o início e o fim de um período particular de colheita ou a estação das chuvas, um desastre natural, ou ainda a incapacidade em chegar a certas áreas devido à falta de segurança ou outros motivos.

Esta subdivisão deve ainda incluir qualquer outra informação sobre o trabalho de campo que seja pertinente, incluindo o tempo que demorou a recolha dos dados. Apesar do erro não atribuível à amostra ser difícil de quantificar, a informação acima, no seu conjunto, pode clarificar alguns aspectos pertinentes passíveis de afectar o erro não atribuível á amostra do inquérito.

2.5.6 Processamento de dados

Conteúdo e objectivos

O processamento de dados — parte integral do esforço global do inquérito — tem tendência para receber atenção insuficiente durante os debates sobre a recolha de dados e as actividades de inquérito. No entanto, o processamento de dados tem efeitos sobre a qualidade das bases de dados e, por essa razão, deve ser considerado tão importante como o questionário, a concepção da amostra, e a análise de dados.⁹

⁹ Para mais informação sobre processamento de dados, ver o manual do BIT/SIMPOC *Child labour survey data processing and storage of electronic files: A practical guide* (Geneva, ILO, 2002).

Métodos de introdução de dados. Os relatórios nacionais devem incluir informação sobre os métodos utilizados para a introdução de dados— ex., “entrada dupla” ou “entrada de dados inteligente”— e sobre os programas informáticos escolhidos para a introdução e para o tratamento dos dados. O Central Statistical Office (CSO) na Zâmbia e o National Statistics Office nas Filipinas, por exemplo, utilizaram o sistema Norte-Americano Census Bureau’s Integrated Microcomputer Processing System (IMPS) em todas as entradas de dados dos inquéritos sobre o trabalho infantil. O CSO da Zâmbia utilizou igualmente o sistema Statistical Analysis System (SAS) no tratamento de todos os dados.

Técnicas de imputação. Esta subdivisão deve também incluir a análise sobre quaisquer técnicas de imputação que tenham sido utilizadas, por exemplo, nos casos em que uma proporção relativamente alta de valores das variáveis está em falta, tal como datas de nascimento ou rendimento do agregado familiar. O debate terá que descrever o modo como os resultados poderão ser afectados por tais imputações.

Consistência ou verificação lógica. A descrição da consistência ou da verificação lógica utilizada para melhorar a qualidade dos dados pertence igualmente a esta subdivisão.

2.5.7 *Taxas de resposta e ponderação*

Conteúdo e objectivos

As taxas de resposta mostram a fracção da amostra que respondeu e fornecem informação importante sobre a qualidade do inquérito e até que ponto é que os resultados poderão ser generalizados com precisão relativamente à população de interesse.

As taxas de resposta podem ser apresentadas em vários estádios do processo de selecção da amostra. As taxas de resposta do indivíduo e agregado familiar ou da criança deverão ser apresentadas em todos os relatórios, se possível, por sexos, de modo a que seja possível a detecção de padrões para se conseguir entrevistas com rapazes ou homens e raparigas ou mulheres.

Métodos de cálculo da ponderação da amostra. Os autores dos relatórios nacionais devem também fornecer, se for caso disso, uma descrição pormenorizada das fórmulas e dos métodos utilizados nos cálculos da ponderação da amostra para os agregados familiares e para os indivíduos.

Ajustamentos à ponderação da amostra. Qualquer ajustamento feito à ponderação da amostra para a cobertura por excesso ou por defeito, ou ainda para a não resposta, por exemplo, deve ser devidamente registada. No inquérito sobre o trabalho infantil levado a cabo na Nicarágua, por exemplo, as províncias na região atlântica foram representadas estatisticamente, mas tinham uma taxa de amostra baixa, devido à fraca densidade populacional e à inacessibilidade de certas comunidades que habitam essa região. Por outro lado, os agregados familiares de baixos rendimentos em regiões urbanas foram considerados por excesso a nível da amostra. Este processo de amostragem por excesso ou por defeito foi compensado com ajustamentos em relação à ponderação da amostra, tal como explicado no relatório nacional (OIT, 2003e).

Fontes e referências

- Couper, M; De Leeuw, E. “Nonresponse in cross-cultural e cross national surveys”, in Harkness, J; van de Vijver, F; Mohler, P. (2000). *Cross-cultural survey methods* (New York, Wiley).

-
- American Association for Public Opinion Research. *Standard definitions: Final dispositions of case codes and outcome rates for surveys*. Disponível on-line em: http://www.aapor.org/default.asp?page=survey_methods/standards_and_best_practices/standard_definitions.
 - Hussmans, R.; Mehran, F.; Verma, V. (1990). *Surveys of economically active population, employment, unemployment and underemployment: An OIT manual on concepts and methods*.
 - OIT/IPEC. No prelo. *Child labour statistics: Methodologies for data collection through surveys*.

2.5.8 Fiabilidade das estimativas (design and sampling effects)

Conteúdo e objectivos

A presente subdivisão geralmente inclui a discussão sobre a fiabilidade das estimativas baseadas nos dados do inquérito nacional.

Os erros de amostragem e aqueles não relacionados com a amostragem afectam de igual modo a fiabilidade das estimativas baseadas no inquérito de amostragem.

Os erros não relacionados com a amostragem são erros que derivam normalmente, mas não necessariamente, das fases de recolha e de processamento de dados, incluindo:

- incapacidade de obtenção de informação sobre todos os indivíduos da amostra;
- Indiferentes interpretações das questões;
- incapacidade ou a não vontade dos respondentes para dar informações correctas;
- incapacidade dos respondentes para se lembrarem de informação;
- erros na recolha e no processamento dos dados;
- erros na estimativa dos valores dos dados em falta;
- e falha na apresentação de todos os agregados familiares e de todos os indivíduos incluídos nos agregados familiares da amostra (cobertura por defeito).

Exemplos. Os inquéritos aos agregados familiares podem subestimar a taxa de participação das raparigas, por exemplo, devido ao facto de, por razões culturais, não considerarem as actividades económicas das raparigas como trabalho e, assim, registá-las como inactivas quando elas são economicamente activas. Por exemplo, um estudo que, através de segundas entrevistas, avaliou o trabalho dos entrevistadores que desempenharam funções de recolha de dados no inquérito Current Population Survey dinamizado pelo Departamento para o Trabalho Norte-Americano destinado a medir o emprego e desemprego nos Estados Unidos, revelou que “os dados publicados pelo CPS estão sujeitos a preconceitos sistemáticos moderados.” (U.S. Department of Labor, 2001)

O erro de amostragem é, geralmente, mais específico do plano de amostragem e refere-se à incerteza derivada de factores ocasionais que afectam a selecção de certas unidades dentro da amostra.

Os erros de amostragem são em parte uma função do plano de amostragem utilizado e do método de estimativa escolhido. Para uma determinada estimativa, estes podem ser medidos através da margem de erro. Segundo Hussmans, Mehran, e Verma (1990), “é amplamente reconhecido

como boa prática fazer acompanhar os resultados de inquéritos com informação pormenorizada relativamente à variação da amostragem das estimativas do inquérito, e, para efeitos de interpretação dos resultados, ter em conta essa variação” [pág. 323].

É demasiado moroso e penoso que, para efeitos de apresentação, se mostre a margem de erro para cada estimativa. No entanto, é extremamente útil que se discuta brevemente e se apresente a margem de erro para alguns indicadores chave. Pode-se incluir, por exemplo, a apresentação das margens de erro para a população total e para os subgrupos populacionais, tais como os níveis e proporção de crianças que trabalham ou que frequentam a escola (possivelmente para grupos de idade específica ou divididos por sexo). A caixa 5 mostra um exemplo sobre como apresentar margens de erro, intervalos de confiança, e coeficientes de variação (CV), outra medida de dispersão, para variáveis chave no Inquérito aos Agregados Familiares para Vários Fins levado a cabo em 2002 na Costa Rica.

Caixa 5						
Tabela 2 Cálculos de variação de variáveis escolhidas do Inquérito aos Agregados Familiares para Vários Fins, Costa Rica, 2002						
Variável	Estimativa	Erro standart	CV (%)	95% Intervalo de Confiança		Número de Observações
				Inferior	Superior	
População Total	3 997 883	83.519	2.09	3 834 186	4 161 580	44 138
Mão-de-obra	1 695 018	34.37	2.03	1 627 653	1 762 383	18 176
Empregados	1 586 491	32.074	2.02	1 523 625	1 649 357	17 044
Desempregados	108 527	5.503	5.07	97 741	119 313	1 132
Inactivos	1 365 809	27.62	2.02	1 311 675	1 419 943	15 076
Pessoas de idade inferior a 12 anos	937 056	29.527	3.15	879 182	994 935	10 886
Total agregados familiares						
Pobres	20.6	0.6	3.13	19.3	21.9	2 156
Com necessidades básicas por satisfazer	14.9	0.5	3.3	14.0	15.9	1 502
Em estado de extrema pobreza	5.7	0.3	5.83	5.0	6.3	654
Não pobres	79.4	0.6	0.81	78.1	80.7	7 188
Agregados familiares urbanos						
Pobres	17.3	0.8	4.73	15.7	18.9	726
Com necessidades básicas por satisfazer	13.8	0.7	5.00	12.4	15.1	576
Em estado de extrema pobreza	3.5	0.3	9.66	2.9	4.2	150
Não pobres	82.7	0.8	0.99	81.1	84.3	3 159
Agregados familiares rurais						
Pobres	25.4	1.0	3.92	23.4	27.3	1 430
Com necessidades básicas por satisfazer	16.6	0.7	3.98	15.3	17.9	926
Em estado de extrema pobreza	8.8	0.6	6.98	7.6	10.0	504
Não pobres	74.6	1.0	1.33	72.7	76.6	4 029

Fonte: OIT, 2003b.

Certos institutos nacionais de estatística poderão ter os seus próprios critérios para apresentar as estimativas e as respectivas margens de erro e os intervalos de confiança. O Departamento Administrativo Nacional da Colômbia para a Estatística, (DANE), por exemplo, adoptou os seguintes critérios gerais para avaliar a qualidade da informação:

Tabela 3 Critérios de avaliação da qualidade dos dados na Colômbia

CV	Qualidade
Menor que 5%	Bom
Entre 5% e 10%	Aceitável
Entre 10% e 15%	Fraco
Superior a 15%	Não desejável

Fonte: OIT, 2003f..

Para as estimativas com um coeficiente de variação (CV) superior a 10 por cento, o DANE recomenda que a apresentação da estimativa seja acompanhada do intervalo de confiança. O número de rapazes e raparigas à procura de trabalho na cidade de Bogotá, por exemplo, foi estimado em 2.3 por cento, mas com um coeficiente de variação de 21 por cento. Assim, neste caso, verificada a qualidade “não desejável” da estimativa, criou-se o intervalo de confiança de 95 por cento, e o número de rapazes e raparigas à procura de trabalho na cidade é apresentado como variando entre os 1.4 por cento e os 3.2 por cento.

O design effect (*deff*) O design effect pode revelar-se extremamente útil na medição do efeito global do plano de amostragem na variação da amostra. Esse efeito descreve o nível de inflacionamento da variância do plano de amostragem em comparação com a variância, caso esta se tratasse de uma simples amostra aleatória. Pode definir-se como o “rácio da variância da amostra do plano para amostra, considerando uma amostra simples aleatória”. (G. T. Henry, 1990) O efeito de plano é calculado através da seguinte fórmula:

$$deff = \frac{s^2}{s_o^2} emque$$

σ^2 = a variação de uma estimativa com base no plano de amostragem actual e

σ_o^2 = a variação de uma estimativa considerando uma amostra simples aleatória

O *design effect* de 1.0 indica que o plano de amostragem empregue é tão eficaz quanto uma amostra simples aleatória, ao passo que um efeito de plano superior a 1.0 indica o aumento do erro de amostragem com base no plano actual que é mais complexo e menos eficaz.

Os programas informáticos podem ajudar no cálculo das variâncias e *design effects*. Os Inquéritos Demográficos e da Saúde utilizam o sistema Integrated System for Survey Analysis (ISSA), que permite a computação das margens de erro de planos de inquérito complexos. Os pacotes de software STATA e SUDAAN calculam ainda os *design effects* e as margens de erro com base em planos de inquéritos complexos.

Poder-se-á concluir esta subdivisão com a avaliação global da qualidade e da fiabilidade dos dados.

Considerações

Documentar cuidadosamente todas as fases do trabalho de campo. No caso de terem sido entregues relatórios por parte dos entrevistadores ou dos supervisores após o trabalho de cam-

po, ou no caso de ter havido lugar a uma sessão de troca de informações após a recolha de dados entre as pessoas envolvidas, estes podem servir de elementos valiosos para a avaliação qualitativa da informação, podendo mesmo fornecer uma ideia do erro não atribuível à amostra. Mais uma vez se reforça a ideia da necessidade de documentar cuidadosamente todas as fases do trabalho de campo.

Fontes e referências

Para uma discussão mais aprofundada sobre a margem de erro, consultar Hussmans, R.; Mehran, F.; Verma, V. (1990). *Surveys of economically active population, employment, unemployment e underemployment: An OIT manual on concepts e methods*. Para exemplos de países que fornecem informação para que os utilizadores possam calcular as margens de erro aproximadas, consultar qualquer uma das seguintes publicações: Prof. David Stoker's "Technical note on the estimation e the use of standard errors" (June 2001); U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics' *Employment e earnings* (2001); Statistics Canada (Fevereiro 2001).

2.5.9 *Aprendizagem resultante e melhoramentos futuros*

Conteúdo e objectivos

Os inquéritos de acompanhamento são sempre altamente desejáveis. Além de fornecerem dados actualizados sobre o trabalho infantil, ajudam a identificar quaisquer alterações que ocorram no trabalho infantil ou tendências a nível nacional ou regional, e nas condições em que trabalham rapazes e raparigas. Esta informação é vital para a monitorização dos progressos alcançados a nível nacional e constitui o ponto de partida para encorajar legisladores e outros agentes chave para dirigir a sua atenção e os seus recursos para o tema do trabalho infantil.

Uma forma de aumentar a probabilidade de execução de um inquérito de acompanhamento consiste em torná-lo parte integral do sistema de informação nacional global, realçando simultaneamente o seu valor para os mais diversos fins. Ao identificar a aprendizagem resultante e ao sugerir melhoramentos futuros, disponibiliza-se ao mesmo tempo informação vital para

- futuros inquéritos no país; e
- noutros países ou organizações interessadas em levar a cabo os seus próprios inquéritos sobre o trabalho infantil.

No Zimbabwe, por exemplo, através do Inquérito Nacional sobre o Trabalho Infantil de 1999, descobriu-se que as crianças com idade inferior a nove anos tinham muitas dificuldades em perceber e em responder de forma lógica a algumas questões colocadas sem a ajuda dos pais ou dos tutores. Além disso, a expressão "inquérito ao trabalho infantil" era frequentemente mal-entendida e levantava a suspeição entre os pais e entre os empregadores em relação aos objectivos do inquérito. Por essa razão, durante a sua implementação, o inquérito foi algumas vezes referido como o "inquérito às actividades das crianças". Este tipo de informação pode vir a provar-se útil na fase de preparação de inquéritos de acompanhamento.

Limitações de ordem metodológica. Deve incluir-se uma discussão abrangente sobre as limitações de ordem metodológica, bem como sugestões sobre como estas podem ser ultrapassadas em esforços futuros.

2.6 Capítulo 3: Características da população do inquérito

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão contém informação demográfica e económica relativa à população-alvo, especialmente relativa às raparigas e rapazes de idades entre os 5 e os 17 anos. Fornece ao leitor um contexto mais alargado sobre o relatório, antecipando a abordagem que se fará posteriormente a assuntos como menores que trabalham (Capítulo 5), crianças que desempenham tarefas domésticas (Capítulo 5) e, o mais importante, menores em situação de trabalho infantil (*child labour*) (Capítulos 6, 7, e 8).

Esta subdivisão deverá incluir informação relativa a:

- composição da população;
- informação económica do agregado familiar; e
- características do agregado familiar e da escolaridade.

2.6.1 *Composição da população*

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão fornece a informação demográfica geral sobre a população do inquérito, incluindo a informação sobre a idade, e a estrutura por sexo da população, a sua distribuição regional ou por províncias e urbana ou rural.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- População total por sexo e grupo etário (Tabela 1).
- População segundo a residência rural ou urbana e sexo, segundo o grupo etário (Tabela 2).
- População de crianças dos 0 aos 17 anos de idade por sexo e idade (Tabela 3).
- População por residência urbana ou rural e sexo, segundo a província ou região e rácio do sexo por residência urbana ou rural, por província ou região (Tabela 4).

Discussão e análise

Poderá debater-se

- se a população é relativamente jovem ou não (informação que se determina facilmente através de uma pirâmide de população);
- o grau de urbanização do país, revelado através da proporção de pessoas no país que residem em áreas urbanas;
- o equilíbrio do sexo, revelado através dos rácios do sexo;
- a identificação das áreas urbanas e rurais mais populosas do país; e
- as diferenças aparentes na dimensão relativa ou na composição por sexo da população infantil entre as áreas urbanas e rurais, as regiões e as províncias.

2.6.2 Características económicas do agregado familiar

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão deverá contribuir para uma melhor compreensão da situação económica global a nível nacional dos agregados familiares e dos indivíduos, especialmente, dos rapazes e das raparigas. Isto será particularmente útil para contextualizar o trabalho infantil, já que muitos estudos apontam para uma relação entre trabalho infantil e pobreza.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- Número e percentagem de agregados familiares por quintil salarial, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 5).
- Número e percentagem de agregados familiares com mulheres representantes de família¹⁰ por quintil de rendimentos, província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 6).
- Número e percentagem de agregados familiares por actividade principal a partir da qual provém o rendimento para o agregado, por região e residência urbana ou rural (Tabela 7).
- Percentagem de agregados por propriedade de bens, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 8).
- Número e distribuição de agregados familiares por número cumulativo de bens, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 9).
- Número e distribuição de agregados familiares com crianças por número de bens cumulativos, por região e residência urbana ou rural (Tabela 10).
- Número e percentagem de agregados familiares por tipo de propriedade da casa, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 11).

Discussão e análise

Esta subdivisão destina-se a aferir o bem-estar socio-económico entre os agregados familiares a nível nacional. O debate deverá determinar se

- a maior proporção de agregados familiares com crianças se encontra nos quintis de rendimentos mais baixos;
- a sua principal fonte de rendimentos pode ser considerada relativamente estável;
- a propriedade de bens é alta ou baixa; e
- uma grande proporção de agregados familiares possui uma casa ou não, o que pode indicar um nível mais alto na escala socio-económica.

¹⁰ Um agregado familiar chefiado por uma mulher é aquele em que uma mulher é identificada como a cabeça do agregado familiar (ou o indivíduo de referência) durante a entrevista. É preciso ter em atenção que a identificação do chefe do agregado familiar é frequentemente criticada por se julgar ser uma escolha preconceituosa, já que existe a tendência para identificar os elementos masculinos como chefes, mesmo quando são as mulheres que mais contribuem financeiramente para o agregado, tomam as decisões mais importantes, etc.

Refira quaisquer diferenças a nível regional. O estatuto socio-económico sofre frequentemente variações dentro dos próprios países e torna-se importante salientar quaisquer diferenças a nível regional.

A distribuição dos agregados com representante de família mulher por quintis deverá ser comparada à de todos os agregados familiares, a fim de determinar se estas são mais afectados pela pobreza.

Considerações

Rendimento declarado por defeito Os rendimentos são frequentemente declarados por defeito nos inquéritos, já que as pessoas frequentemente não desejam partilhar essa informação com os inquiridores. A informação declarada sobre os rendimentos algumas vezes também se limita aos rendimentos provenientes do emprego ou ao salário, e não inclui o rendimento que provém de outras fontes, como rendas, dividendos ou juros. Além disso, nos países em vias de desenvolvimento — especialmente nas áreas rurais, dado que muitos agregados familiares dependem em parte ou totalmente da agricultura de subsistência ou da agricultura sazonal, a qual só pode ser esporádica—o status económico pode revelar-se particularmente difícil de medir através dos rendimentos declarados.

Dever-se-á apresentar ao leitor uma vasta gama de medidas que ajudam a identificar o bem-estar económico de um agregado familiar. Dever-se-á incluir informação sobre:

- as principais fontes de rendimento do agregado familiar;
- despesas;
- propriedade de bens tais como automóveis, bicicletas, e televisores; e,
- tipo de casa e de propriedade.

Outras limitações. (a) Os bens estão associados a custos variados, e este facto não é tido em conta quando se faz a agregação directa e as comparações de propriedade de bens. (b) A fiabilidade da informação sobre o tipo de propriedade de casa foi igualmente questionada, especialmente nos países onde a ocupação de espaços e as disputas de propriedade da terra são frequentes. Os entrevistadores raramente pedem para ver os títulos de propriedade durante as entrevistas.

Aplicar um “índice de bem-estar”. Uma opção mais avançada consiste na apresentação do status económico de um agregado familiar através de um índice de bem-estar (ver caixa 6 para as instruções de construção de um índice de bem-estar utilizando os dados do inquérito). Uma vez calculado, o índice de bem-estar pode ser utilizado em comparações e nos apuramentos como medida alternativa do status económico dos agregados familiares no que diz respeito às variáveis do rendimento e dos bens.

Por exemplo, uma forma de mostrar as variações do trabalho infantil de acordo com o estatuto económico dos agregados familiares é agrupá-los em quintis ou decis segundo o índice de bem-estar, e a incidência do trabalho infantil será então calculada para cada um dos grupos. As tabelas que mostram a incidência e a distribuição do trabalho infantil de acordo com as diferentes variáveis chave e com o índice de bem-estar substituiriam as tabelas exemplificativas 5 e 6 em cima, e as tabelas 7 a 11 seriam então desnecessárias. De igual forma, o índice de bem-estar poderia substituir as variáveis do rendimento e dos bens nos quadros.

Caixa 6

Aferição do estatuto socio-económico do agregado familiar

A informação sobre os rendimentos obtida através de inquéritos aos agregados familiares é muitas vezes suspeita, já que as pessoas tendem a declarar os rendimentos por defeito aos entrevistadores. (a) Na ausência de informação completa ou fiável sobre os rendimentos, os dados relativos à despesa de consumo, caso estejam disponíveis, podem fornecer uma aproximação aceitável ao estatuto socio-económico, mesmo que se torne necessário fornecer informação sobre os preços para construir uma imagem mais completa relativamente ao bem-estar. (b) Outras ferramentas úteis para avaliar o estatuto socio-económico do agregado familiar são os índices de bens ou de bem-estar — estudos recentes sugerem a existência de uma relação muito estreita entre os bens do agregado familiar e o consumo (Filmer e Pritchett, 1998 and others). Estes índices são construídos a partir de informação, como por exemplo as características da residência (materiais de construção, número de divisões), acesso à electricidade, água e saneamento, e propriedade de certos bens de consumo, como por exemplo, aparelhos de rádio, televisores, frigoríficos, bicicletas, e automóveis.

Para construir estes indicadores representativos de bem-estar ou do estatuto socio-económico pode-se utilizar o método do “componente principal” de forma a agregar a informação sobre a propriedade de bens e sobre as características da residência num único factor (ver Filmer e Pritchett, 1998). A análise do componente principal (PCA) é uma técnica de redução de dados que permite reduzir as variáveis a um único factor que melhor sumariza ou representa, através de combinações lineares do conjunto original, a “essência” das variáveis individuais e a variação na base de dados original. O índice assume a seguinte forma:

$$\text{Índice} = a_1X_1 + a_2X_2 + a_3X_3 + \dots + a_nX_n$$

em que os X_i são as variáveis na base de dados original, ou derivam delas, as quais serão combinados de forma a construir o índice, e os a_i são os pesos (coeficientes dos componentes principais) a anexar a cada uma das variáveis correspondentes e que serão determinadas com base nos dados.

O primeiro passo a seguir quando se calcula o índice de bem-estar é escolher as variáveis que serão combinadas para aferir o bem-estar. Em seguimento do que foi feito para construir o índice de bem-estar, e com base nas variáveis presentes no questionário de amostra do SIMPOC, sugere-se a seguinte lista de variáveis que, no entanto, poderia ser adaptada caso-a-caso para se ajustar à informação recolhida num determinado inquérito:

- posse de aparelho de rádio (binário)
- posse de televisor (binário)
- posse de frigorífico (binário)
- posse de bicicleta (binário)
- posse de moto (binário)
- posse de carro (binário)
- número de pessoas por quarto no local de residência (quantitativo)
- acesso a electricidade (binário)
- fonte principal de água potável (categorias: água canalizada dentro de casa/água canalizada fora de casa/serviço de abastecimento/poço/rio/ribeiro/furo de água/escavação/tanque/rio)
- tipo principal de instalações sanitárias (categorias: sistema de esgoto ou fossa asséptica/vazamento em latrina (tipo água vedada)/latrina escavada no solo melhorada (exemplo, VIP/latrina escavada no solo tradicional/fossa a céu aberto/balde/outro)
- fonte principal de combustível (categorias: gás/electricidade/energia solar/querosene/madeira/carvão vegetal/outro)

As variáveis devem ser preferencialmente ordinais, em vez de nominais, e são inseridas na equação num conjunto de variáveis modelo.

A combinação linear que explica a maior variação é chamada de primeiro componente principal e é este que é habitualmente utilizado como índice de bem-estar. Os analistas deverão ter o cuidado de testar o índice derivado comparando-o com as outras variáveis, tais como as despesas de consumo ou o estatuto ocupacional. Pode-se esperar que valores do índice mais altos estejam relacionados com maiores despesas de consumo e com certos estatutos ocupacionais, e, verificando a existência destas relações pode ser uma boa maneira de testar a adequação do índice derivado.

Os componentes principais podem ser facilmente calculados através de pacotes de *software* de estatística. Por exemplo, no SPSS, em *Analyze*, com a opção *Factor* em *Data Reduction*, pode-se seleccionar o *Principal Component Method* para a *Extraction* utilizando a *Correlation Matrix* para calcular o primeiro componente principal, que poderá ser então utilizado como um indicador representativo do estatuto socio-económico ao longo da análise, como acima explicado. Ver o relatório sub-regional sobre o trabalho infantil para a América Central e República Dominicana para um exemplo de cálculo do índice de bem-estar com dados de oito inquéritos do SIMPOC (OIT 2004a).

2.6.3 Características do agregado familiar e da educação

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão descreve a composição e a estrutura dos agregados familiares, incluindo a informação referente a:

- sexo do representante da família (ou pessoa de referência);
- dimensão do agregado familiar;
- número de crianças e número de adultos em idade de trabalho no seio do agregado familiar;
- características da educação dos membros do agregado familiar; e
- distribuição por sexo dos membros que trabalham em cada agregado familiar.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- Dimensão média do agregado familiar e percentagem de agregados familiares segundo a dimensão, por província ou região e por residência urbana ou rural (Tabela 12).
- Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o número de crianças, por província ou região e por residência urbana ou rural (Tabela 13).
- População de 5 anos de idade ou mais, pelo nível mais alto de escolaridade completado, por grupo etário e por sexo (Tabela 14).
- Número médio de anos escolares completados numa população de 10 anos ou mais, por residência urbana ou rural e sexo, por grupo etário (Tabela 15).
- Número e percentagem de crianças entre os 5 e os 17 anos de idade que frequentam actualmente a escola por sexo e idade (Tabela 16).

Discussão e análise

Esta subdivisão fornece uma descrição geral dos agregados familiares e dos seus membros, e deve destacar

- qualquer diferença observável em relação à dimensão dos agregados e à distribuição do número de crianças entre áreas urbanas e rurais e regiões;
- se a população demonstra níveis altos ou limitados de escolaridade ou não;
- quaisquer diferenças observáveis em relação à frequência escolar relacionada com o sexo, idade, grupo etário, ou localização da residência; e
- frequência escolar das crianças (este é um factor muito importante, já que funcionará de variável ao longo da análise das actividades das crianças e do trabalho infantil).

Considerações

Ajustamento necessário. Nos diversos países, a escolaridade obrigatória inicia-se em diferentes idades (4, 5, ou 6 anos, ou outra), de modo que se torna necessário proceder a um ajustamento de forma a incluir somente as crianças em idade escolar para a análise respectiva.

2.7 Capítulo 4: Definições relacionadas com as actividades das crianças

Conteúdo e objectivo

O presente capítulo revela-se de grande importância no sentido de possibilitar ao leitor a compreensão dos temas e a interpretação dos resultados apresentados no relatório nacional—deverá ser, por essa razão, redigido o mais claramente possível. Em termos gerais, o capítulo

- apresenta as definições jurídicas de conceitos chave relacionados com as actividades das crianças; e
- discute as maiores diferenças entre estas e as medidas estatísticas utilizadas no relatório com base nos resultados do inquérito.

As definições jurídicas são por vezes vagas e frequentemente complexas, incluindo cláusulas e estatutos condicionais difíceis de compatibilizar na sua totalidade com as medidas estatísticas. Os redactores do relatório devem nessa altura avisar o leitor e explicar as diferenças entre (a) definições jurídicas de conceitos como “trabalho leve” e “trabalho perigoso” e (b) as medidas quantitativas desenvolvidas para aproximá-los. O relatório deve ainda expor claramente (a) os debates em curso à volta de muitos destes conceitos e (b) as dificuldades de ordem prática na medição numérica do trabalho infantil.

O capítulo inclui distinções conceptuais, tais como

- actividade económica *versus* actividade não económica;
- trabalho actual *versus* trabalho em qualquer altura durante os últimos 12 meses; e
- actividades domésticas *versus* trabalho infantil *versus* trabalho perigoso.

A medição quantitativa de conceitos como “trabalho infantil” e “trabalho perigoso” irá divergir à luz da legislação dos diversos países. Por essa mesma razão, este manual não pode fornecer definições válidas para todos eles. Conceitos básicos como “trabalho actual” e “trabalho realizado em qualquer altura durante os últimos 12 meses”, assim como “actividade económica” e “não económica” foram definidos pela OIT,¹¹ e encontram-se, entre outros conceitos, sumariamente descritos de seguida de forma a ajudar a fundamentar as definições presentes no relatório. No entanto, será ainda necessário assegurar que esses conceitos e definições são as mesmas que são utilizadas nas publicações e estatísticas sobre o trabalho no país de destino.

População economicamente activa. De acordo com a OIT (2000a), a população economicamente activa “compreende todas as pessoas de ambos os sexos que provêm o fornecimento de trabalho para a produção de bens e serviços económicos, tal como definido pelo sistema de contas e balanços nacionais das Nações Unidas durante um período temporal de referência específico.”

A definição de actividade económica inclui assim

- aqueles com emprego pago (pago em dinheiro ou em géneros);
- pessoas com auto emprego;
- trabalhadores por conta-própria;
- aprendizes que recebem pagamento em dinheiro ou em géneros;
- trabalhadores familiares não pagos que consomem ou produzem bens ou serviços económicos para consumo do seu próprio agregado familiar; e
- os desempregados.

O que não se enquadra na definição. Esta definição exclui as tarefas domésticas realizadas no seio do próprio agregado familiar e as actividades que fazem parte da escola.

Menores que trabalham. Para efeitos de análise, trabalhando com os dados do inquérito sobre o trabalho infantil do relatório nacional, a medida quantitativa para os menores que trabalham compreenderá as crianças que declaram ter trabalhado durante o período de referência na produção de bens e serviços económicos, tal como definido pelos sistemas de contas e balanços nacionais (SNA) das Nações Unidas. Esta definição engloba os menores presentes nos pontos directamente acima referidos, exceptuando os “desempregados”.

Quem não se enquadra na definição. A definição acima referida exclui aqueles que se encontram sem trabalho, mas que estão em processo de procura.

“Trabalho”. O trabalho pode ser definido de acordo com a redacção das questões do questionário sobre o trabalho infantil. Se, no inquérito, for utilizada a redacção adequada, pode considerar-se que rapazes e raparigas trabalham se

- tiverem participado em qualquer trabalho, incluindo trabalho doméstico, para alguém que não faz parte do seu agregado familiar; ou
- desempenharam qualquer trabalho familiar, por exemplo, numa quinta ou num negócio familiar.

¹¹ A este respeito, ver as resoluções relativas às estatísticas sobre a população economicamente activa, o emprego, o desemprego, e sub-emprego, adotadas pela Trigésima Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (Outubro 1982).

Considerações

A definição de “Menores que trabalham” permanece controversa. A definição de menores que trabalham não é consensual, e é muitas vezes discutida, já que esta restringe o grupo de menores que trabalham às crianças que desempenham actividades que entram no SCN, e exclui actividades tais como as tarefas domésticas na própria casa que, por vezes, podem ser tão ou mais prejudiciais do que aquelas relacionadas com o desempenho de actividades económicas.

Crianças à procura de trabalho. Os inquéritos sobre o trabalho infantil muitas vezes não incluem questões relacionadas com a vontade de trabalhar e com as actividades relacionadas com a procura de trabalho entre as crianças inactivas.

A medição dessas crianças à procura de trabalho poderá fornecer uma ideia dessas crianças como correndo o “alto risco” de se tornarem trabalhadores porque, de facto, elas declaram estar disponíveis para trabalhar se lhes for oferecido trabalho. No Panamá, os resultados do inquérito sobre o trabalho infantil de 2000 revelaram que, embora 6.3 por cento dos rapazes e raparigas entre os 5 e os 17 anos no país se encontravam a trabalhar, existia ainda uma percentagem de 1.3 do total das crianças que, apesar de não estar a trabalhar, declarou estar disposta e pronta a trabalhar, e estar activamente à procura de trabalho— i.e., eles não se encontravam a trabalhar, mas corriam o risco considerável de virem a tornar-se trabalhadores (OIT, 2003g). Se se recolher dados sobre este grupo de rapazes e raparigas que procuram trabalho no inquérito de um país, deve-se incluir uma descrição breve e simples sobre as características principais do grupo no relatório, e assim fornecer uma imagem mais completa acerca da mão-de-obra total relativa ao trabalho infantil. O grupo de menores com actividade económica e das crianças à procura de trabalho não precisa de ser combinado para análise.

Considerações

O perigo da subestimativa. A medição das crianças à procura de trabalho deve ser porém interpretada com cuidado. Muitos rapazes e raparigas podem muito bem iniciar-se nas actividades laborais vindos directamente da inactividade económica— contornando qualquer estágio de procura activa de trabalho— o que sugere que esta medição pode subestimar a real população de crianças que corre o risco de começar a trabalhar.

Utilização inadequada da medição. A medição feita às crianças à procura de trabalho não deve ser adicionada às taxas de desemprego dos adultos de forma a disparar os números da taxa de desemprego de um país— naquelas idades, muitos destes rapazes e raparigas nem sequer deviam estar à procura de trabalho.

O desemprego juvenil é uma preocupação política séria nos países desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento:

- Por um lado, uma taxa de desemprego juvenil alta condiciona a produtividade laboral e o desenvolvimento económico nacional no futuro, devido ao facto de os jovens desempregados não adquirirem grandes competências profissionais ou experiência.
- Por outro lado, os jovens envolvidos em trabalho perigoso e noutras piores formas de trabalho infantil, de acordo com a Convenção da OIT n.º 182, devem ser imediatamente retirados e impedidos de realizar essas actividades.

Somente pelo facto de rapazes e raparigas estarem à procura de emprego não significa que se deve criar postos de trabalho para eles sem se ter em atenção o seu tipo. Um número elevado de jovens à procura de trabalho— por exemplo, jovens maiores de 14 ou 15 anos de idade—

pode constituir um bom indicador da necessidade nacional de uma formação vocacional mais desenvolvida e de maior relevo.

“*Actividade económica actual*” e “*actividade económica realizada em algum período durante os últimos 12 meses*”. A OIT define a população actualmente activa da seguinte forma (2000a):

A mão-de-obra ou a “população actualmente activa” compreende todas as pessoas que preencham os requisitos para a sua inclusão entre os empregados ou os desempregados.

Os inquéritos sobre o trabalho infantil também costumam incluir algumas questões dirigidas a crianças que foram economicamente activas em algum período durante os 12 meses anteriores ao inquérito. Em ambos os grupos de crianças economicamente activas, para efeitos de análise, as crianças são consideradas trabalhadores se declararem ter trabalhado, independentemente de terem sido ou não pagas em dinheiro ou em géneros pelas suas actividades.

Ao inquirir menores que trabalham, pode ser necessário empregar apenas estas duas concepções de trabalho:

- aqueles que trabalharam no ano anterior, ou nos 12 meses precedentes ao inquérito, independentemente do tempo trabalhado durante o ano; e
- aqueles que estão a trabalhar presentemente ou que trabalharam pelo menos uma hora nos 7 dias precedentes.

Discussão e análise

O valor da medição mais alargada. A medição mais alargada “trabalho em algum período de tempo durante os últimos 12 meses” é útil para realizar a estimativa do número de crianças que estiveram envolvidas em alguma forma de trabalho ao longo do ano anterior, e assim, descobrir

- fluxos laborais importantes de carácter sazonal; e, potencialmente,
- aquelas crianças que trabalham apenas durante as férias escolares ou esporadicamente em função das necessidades familiares; e
- um número mais vasto de crianças que, como acontece frequentemente, se envolvem no trabalho apenas de forma descontinuada.

O valor da medição mais limitada. A medição da actividade de trabalho actual— normalmente mais baixa do que a medição do trabalho em algum período de tempo durante os últimos 12 meses— revela-se útil na determinação dos padrões de trabalho habituais entre as crianças. Além disso, as questões mais aprofundadas relacionadas com as condições de trabalho (por exemplo, horário de trabalho, altura do dia em que são desempenhadas as actividades, pagamentos) podem ser colocadas às crianças que declararam ter trabalhado na semana anterior— as crianças e até os pais ou os tutores consideram muito mais fácil recordar actividades nas quais se encontram actualmente envolvidos do que aquelas em que estiveram meses atrás. Deste modo, pode-se sujeitar as crianças que se encontram a trabalhar a uma análise mais minuciosa.

Os membros seleccionados de uma e de outra categoria podem ser consideravelmente diferentes. Em parte, isto deve-se ao facto de a maior parte dos menores que trabalham em mui-

tos países trabalharemos na agricultura, um sector altamente sazonal. Outra grande proporção de crianças trabalha apenas durante as férias escolares ou de forma descontínua. Por exemplo, o Inquérito sobre o Trabalho Infantil e Juvenil na Nicarágua de 2000 recolheu informação sobre aproximadamente 290,500 crianças que trabalharam em algum período nos últimos 12 meses precedentes ao inquérito, comparado com as somente 253,100 crianças que se encontravam a trabalhar (OIT, 2003e).

Informação sobre ambas as categorias. Será preferível utilizar a população de rapazes e raparigas que se encontra a trabalhar para realizar análises mais minuciosas sobre os menores que trabalham; no entanto, a população de crianças que trabalharam em algum período nos últimos 12 meses precedentes ao questionário será igualmente de interesse, e uma secção do relatório deverá apresentar uma breve análise relacionada (ver subdivisão 2.8.1], neste manual).

Uma breve comparação de estatísticas resumidas de ambos os grupos poderá desvendar diferenças e similaridades interessantes.

Economicamente não activo. A OIT (2000a) define população “economicamente não activa” como “todas as pessoas, independentemente da idade, incluindo aquelas que se encontram abaixo da idade especificada para a medição da população economicamente activa, que não são”economicamente activas”.

Actividades não económicas. As pessoas podem, independentemente de serem economicamente activas ou não, estar envolvidas em actividades não económicas. Os serviços domésticos ou pessoais prestados por membros não pagos do agregado familiar – actividades que estão além dos limites estabelecidos pelo sistema de contas nacionais das Nações Unidas – incluindo os seguintes:

- actividades domésticas como limpar, decorar, preparar e servir refeições;
- tomar conta de crianças, inválidos, ou idosos dentro da própria casa; e
- realizar pequenas reparações na própria casa.

A população envolvida em actividades não-económicas assume particular importância quando se analisa as actividades dos rapazes e das raparigas, já que estas englobam indivíduos que trabalham em casa em actividades domésticas, a maioria das quais são frequentemente raparigas.

Considerações

A análise das actividades não económicas dos rapazes e das raparigas utilizando os dados do inquérito limita-se muitas vezes à investigação do seu envolvimento nas tarefas domésticas, já que a informação sobre outras actividades não económicas não é muitas vezes recolhida.

Trabalho infantil, as piores formas de trabalho infantil, e trabalho perigoso

Estes grupos de menores em situação de trabalho infantil (*child labour*) são de maior interesse analítico do que o grupo mais alargado de menores que trabalham em geral (*child work*).

O “**trabalho infantil**” (*child labour*) é proibido pela legislação nacional e pelas Convenções internacionais. A Convenção da OIT para a Idade Mínima, 1973 (N.º 138) e a Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (N.º 182), e as suas Recomendações correspondentes N.ºs 146 e 190, respectivamente, servem de linhas orientadoras para a definição de trabalho infantil.

A Convenção da OIT para a Idade Mínima, 1973 (N.º 138) fornece a definição internacional mais abrangente e categórica sobre a idade mínima para a admissão a um emprego ou trabalho, e estabelece o critério de que o trabalho não pode ser prejudicial à saúde, ao desenvolvimento e à escolarização da criança. A Convenção obriga os países a definirem uma idade mínima para que a escolaridade obrigatória seja completada, a qual, nunca poderá ser inferior a 15 anos de idade.

Porém, a Convenção permite alguma flexibilidade. Os países com infra-estruturas económicas ou educacionais menos desenvolvidas poderão estabelecer a idade mínima nos 14 anos de idade. A Convenção permite ainda que os países estabeleçam a idade mínima para o “trabalho leve” nos 12 ou 13 anos de idade em função da idade mínima para admissão a um emprego regular ser de 14 ou 15 anos.

O “**trabalho leve**” encontra-se definido na Convenção como trabalho que a) não é passível de ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento; e que b) não prejudica a frequência escolar, a participação em programas de orientação vocacional ou de formação aprovados pelas autoridades competentes, ou a capacidade de beneficiar da instrução recebida.” (OIT, 1973a)

“**As piores formas de trabalho infantil**”, de acordo com a Convenção da OIT N.º 182, incluem:

- todas as formas de escravatura ou práticas similares à escravatura;
- trabalho forçado ou obrigado;
- exploração sexual de carácter comercial;
- actividades ilícitas; e
- trabalho perigoso.

O “**trabalho perigoso**” refere-se ao trabalho que, pela sua natureza ou circunstâncias nas quais é desempenhado, é passível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. (OIT, 2002d, pág.20) A Recomendação N.º 190 (R. 190) fornece informação mais pormenorizada sobre os países que procuram definir trabalho perigoso dentro das suas próprias fronteiras. A R. 190 especifica que se deve ter em particular consideração:

- o trabalho que expõe as crianças a abuso físico, psicológico ou sexual;
- o trabalho subterrâneo, subaquático ou a altura perigosa, e em espaços confinados;
- o trabalho com maquinaria, equipamentos, e ferramentas perigosas, ou que envolva o manuseamento manual ou transporte de cargas pesadas;
- o trabalho em ambientes pouco saudáveis que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes, ou processos perigosos, ou ainda expo-las a temperaturas, níveis de ruído ou a vibrações que danifiquem a sua saúde; e
- o trabalho sob condições particularmente difíceis, como por exemplo, trabalho por longas horas ou durante a noite, ou o trabalho onde a criança esteja desproporcionalmente sujeita a condições impostas pelo empregador.

Restrições da legislação nacional. O trabalho leve e o trabalho perigoso têm que ser definidos de acordo com as restrições da legislação nacional. Os dados do inquérito deverão incluir genericamente em “*trabalhador infantil*” aquela criança que (a), durante a semana de referência,

trabalhe com vista a um pagamento em dinheiro ou em géneros, (b) trabalhe para a família ou como trabalhador doméstico sem pagamento, e (c) que preencha uma das seguintes condições:

- esteja abaixo da idade mínima legal estabelecida a nível nacional para a indústria ou tipo de trabalho desempenhado;
- trabalhe horas excessivas ou mais do que o máximo estabelecido na legislação para a idade, indústria, ou tipo de trabalho;
- trabalhe sob uma das piores formas;
- trabalhe em condições perigosas.

Para definir trabalho perigoso e trabalho infantil quantitativamente, os analistas deverão começar por consultar a legislação do seu país em matéria de trabalho e de escolaridade infantil, à luz dos textos das Convenções da OIT N.º 138 e N.º 182 e das suas Recomendações correspondentes N.º 146 e N.º 190.

Caixa 7

Alcançar uma medição quantitativa do trabalho infantil (*child labour*): Alguns exemplos

Os países deverão fazer sempre referência à sua legislação interna relevante, incluindo a Constituição e o Código do Trabalho, para orientação na definição de trabalho infantil e trabalho perigoso para efeitos do inquérito (OIT, 1996). Em todo o caso, sectores de actividade, ocupações e actividades consideradas perigosas para os adultos devem consideradas igualmente perigosas para os rapazes e raparigas, o que pode servir de ponto de partida para a determinação do trabalho perigoso para as crianças. Geralmente, a maior parte dos sectores de actividade, ocupações, ou actividades tidas como perigosas para as raparigas e rapazes, e por essa razão, proibidas segundo a legislação nacional, incluem a indústria mineira, marítima, trabalho com maquinaria em movimento, trabalho que envolva grandes pesos e cargas, construção, demolição, transportes e entretenimento.

Em El Salvador, o Código do Trabalho proíbe explicitamente o trabalho de crianças durante a noite, subterrâneo, subaquático, com materiais explosivos ou substâncias inflamáveis, na construção ou demolição, nos trabalhos que envolvam o risco de envenenamento por substâncias tóxicas ou emissões de gases ou vapores nocivos, ou ainda trabalhos que prejudiquem a moral ou os bons hábitos das crianças, como por exemplo, em casinos, bares, teatros, cabarets, ou em prensas de impressão de textos ou imagens pornográficas. A medição estatística do trabalho perigoso neste país implicaria a identificação dos sectores de actividade e ocupações que se enquadram em qualquer uma das descrições acima feitas.

No sentido de realizar uma estimativa global sobre o trabalho infantil, estabelecendo a idade mínima para o trabalho leve nos 12 anos e a idade mínima para admissão no emprego regular nos 15, a OIT procede à estimativa da incidência do trabalho infantil no mundo utilizando uma medição que inclui: (a) todas as crianças entre os 5 e os 11 anos de idade envolvidos em qualquer actividade económica; (b) todas as crianças de idades entre os 12 e os 14 anos, excepto aquelas que fazem trabalho leve; e (c) todas as crianças entre os 15 e os 17 anos de idade envolvidas em trabalho perigoso e nas piores formas de trabalho infantil (OIT, 2002a). O trabalho leve é medido como o trabalho desempenhado por rapazes e raparigas acima dos 11 anos de idade que não é perigoso e não é executado por mais de 14 horas semanais (em média, duas horas por dia). O trabalho perigoso, por seu turno, inclui o trabalho executado por mais de 43 horas semanais e o trabalho mineiro e da construção, bem como ocupações seleccionadas que são frequentemente consideradas perigosas em muitos países.

Uma medição semelhante foi utilizada em Portugal, com base na sua legislação nacional (Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil, 2002). Neste caso, os dados de Outubro de 2001 do inquérito: “*Social characterisation of school age children and their families*” foram utilizados para realizar uma estimativa do número de crianças a trabalhar e da categoria mais limitada dos menores em situação de trabalho infantil. O grupo de crianças a trabalhar incluiu aquelas em actividades produtivas, remuneradas ou não, executadas durante pelo menos uma hora durante a semana de referência. Do trabalho infantil foram excluídas as crianças de idade igual ou superior a 12 anos que trabalharam menos de 15 horas por semana em trabalhos leves, e aqueles de idade igual ou superior a 15 anos envolvidos em trabalho profissional, i.e., com trabalho de 15 a 35 horas semanais e que não é considerado perigoso no que diz respeito às tarefas envolvidas, ao local de trabalho, ou ao ambiente de trabalho.

Considerações

Embora, conceptualmente, o trabalho infantil não devesse ser considerado como um sub-departamento do trabalho de SNC (sistema nacional de contas) desempenhado pelas crianças, nos inquéritos dos agregados familiares — onde os dados sobre as piores formas de trabalho infantil terão baixa probabilidade de serem recolhidos — a medição do trabalho infantil tornar-se-á num subgrupo da medição do trabalho SNC desempenhado pelas crianças.

Outro aspecto também muito debatido sobre este tipo de medição é a exclusão das actividades domésticas da definição. Assim, na análise dos dados do relatório nacional, os menores em situação de trabalho infantil constituem o subgrupo dos menores que trabalham cujo trabalho é prejudicial à sua saúde, escolarização, ou desenvolvimento.

A delimitação do grupo seleccionado para análise de menores em situação de trabalho infantil também é problemática, devido:

- ao carácter vago que frequentemente se encontra a nível da legislação de cada país;
- à falta de investigação e de resultados científicos adequados para apoiar o estabelecimento de valores uniformizados de horas laborais para o trabalho leve e profissional; e
- à falta de definição de ocupações e sectores de actividade perigosos.

Desenvolvimento da natureza da medição estatística do trabalho infantil. Espera-se que a investigação em curso forneça orientação sobre estes assuntos, permitindo que, no futuro, se possam realizar medições quantitativas mais minuciosas sobre o trabalho infantil. Por enquanto, a medição estatística do trabalho infantil deverá ser vista como uma medição em desenvolvimento, como um tipo de medição que vai evoluindo à medida que se atinge um maior nível de conhecimento sobre o assunto, e que assim permitirá um maior grau de determinação das ocupações e sectores de actividade perigosos, bem como do valor de horas para o trabalho leve e regular.

A necessidade de um juízo pessoal. (a) Os países que ratificaram a Convenção N.º 182 estão obrigados a definir os sectores de actividade e as ocupações consideradas perigosas. Porém, muitos países ainda não o fizeram explicitamente. Este facto levanta problemas ao analista que tenta medir o trabalho infantil e requer o uso do seu juízo pessoal para a adopção das definições relevantes; aumenta assim a necessidade de o analista incluir, na sua investigação e nos seus relatórios, explicações explícitas sobre qualquer medição relativa ao trabalho perigoso que daí decorra. (b) O mesmo se aplica ao trabalho leve, o qual não se encontra ainda previsto na legislação de muitos países.

2.8 Capítulo 5: Actividades das crianças

Conteúdo e objectivo

Este capítulo apresenta uma perspectiva geral das actividades nas quais as crianças participam. A secção seguinte do relatório descreve o envolvimento dos rapazes e raparigas no trabalho, nas actividades domésticas e escolares, incluindo os seguintes tópicos:

- trabalho na semana de referência e nos 12 meses anteriores ao inquérito;
- actividades domésticas;
- frequência escolar das crianças; e
- características do trabalho.

O grupo seleccionado para análise neste capítulo abrange apenas crianças, com ênfase para as menores que trabalham e para aquelas que dedicam uma quantidade mínima de tempo às actividades domésticas. Esta informação deverá fornecer a noção do que é que as crianças fazem nesse país e o modo como elas conciliam as actividades, e estabelece um contexto mais limitado para análise do grupo de menores em situação de trabalho infantil, o grupo seleccionado para análise nos capítulos 6, 7, e 8.

Considerações

Crianças “inactivas”. Os dados irão certamente incluir o grupo de crianças que não trabalha, nem vai à escola, grupo que, em certos países, pode ser bastante grande. Alguns destes rapazes e raparigas pode ter declarado que este estado de inactividade se deve a incapacidade ou a outras razões, mas, no entanto, será provável que, pelo menos algumas destas crianças, trabalhem de facto, mas aparecem no grupo dos “inactivos” nos dados. Este grupo declarado de crianças inactivas levanta problemas em relação à análise das actividades das crianças, pelo que já existe investigação em curso que visa aprofundar o conhecimento sobre as verdadeiras actividades destes rapazes e raparigas.

Relativamente a um grupo declarado de crianças inactivas de número significativo, dever-se-á incluir uma descrição breve das suas características principais, focando a sua distribuição por variáveis chave principais, i.e., grupo etário, sexo, localização da residência, e província ou região. O seu envolvimento nas actividades domésticas também é de interesse para a análise.

Classificação em tabela de certos dados desagregados. Quando se proceder à apresentação em tabelas dos dados relativos às actividades das crianças, sempre que possível, será conveniente desagrega-los, o que permitirá obter informação bastante mais interessante. O procedimento baseia-se nos grupos que incluem combinações de escolhas “trabalha/não trabalha” e “vai à escola/não vai à escola”—i.e., “trabalha e vai à escola”, “apenas trabalha”, “apenas vai à escola”, e “não trabalha nem vai à escola”. A seguinte tabela, publicada no relatório nacional de El Salvador (OIT, 2003c), mostra a distribuição da população entre os 5 e os 17 anos de idade por grupo etário de acordo com estas categorias. Nota: A percentagem de rapazes e raparigas que declararam não trabalhar nem ir à escola é de magnitude nitidamente significativa e requer maior atenção durante a análise.

Tabela 4 . Distribuição das crianças entre os 5 e os 17 anos de idade por grupo etário, segundo o tipo de actividade de El Salvador, 2001

Tipo de actividade	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	Todos
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Trabalho	1.5	13.0	27.6	11.5
• apenas trabalha	0.4	4.3	16.8	5.4
• trabalha e vai à escola	1.1	8.8	10.8	6.1
Apenas vai à escola	72.4	78.4	54.5	70.9
Não trabalha nem vai à escola	26.1	8.6	17.8	17.6

Fonte: OIT (2003c).

2.8.1 Menores que trabalham

Conteúdo e objectivo

Apresentar a incidência do trabalho entre as raparigas e rapazes responde essencialmente à pergunta “quantos?”. A caixa 8 mostra como as respostas a esta questão podem divergir grandemente em relação à sua significância, dependendo do facto de os considerarmos taxas ou números absolutos.

Caixa 8
Medição da incidência do trabalho entre as crianças

Os indicadores da magnitude do grupo “menores que trabalham” responde às questões relativas a “quantos?”. A incidência do trabalho entre raparigas e rapazes deve ser descrita de acordo com variáveis chave, incluindo o sexo, grupo etário, província ou região, e residência urbana ou rural, bem como quaisquer outras tidas como relevantes para o país. Além disso, as medições de menores a trabalhar deverão ser apresentadas em números absolutos (número efectivo de rapazes e raparigas trabalhadores) e em taxas. Frequentemente acontece que as taxas de menores a trabalhar são baixas quando o total da população infantil é considerado como a base, no entanto, o número efectivo de menores a trabalhar poderá ser bastante alto, produzindo uma imagem bastante diferente da situação. Na África do Sul, por exemplo, enquanto que apenas 1.7 por cento de todas as crianças de idades entre os 5-17 anos se encontram a trabalhar e *não* vão à escola, este número equivale a quase um quarto de milhão de crianças.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos de idade que trabalhou nos últimos 12 meses e nos últimos 7 dias por sexo e idade (Tabela 17).
- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos de idade que trabalhou nos últimos 12 meses e nos últimos 7 dias por residência urbana ou rural e por província ou região (Tabela 18).

Discussão e análise

A informação relativa ao número e percentagem de rapazes e raparigas trabalhadores revela ao leitor a amplitude do envolvimento das crianças em actividades económicas, juntamente com a sua distribuição de acordo com variáveis tais como o sexo e a região.

Os resultados sobre os rapazes e raparigas que trabalharam durante a semana de referência destinam-se a revelar informação relacionada com os padrões de trabalho regular das crianças, ao passo que, os resultados sobre os rapazes e raparigas que trabalharam nos 12 meses anteriores ao inquérito apreenderá outros aspectos sazonais ou esporádicos do trabalho das crianças.

A análise deverá examinar a distribuição dos menores a trabalhar por província ou região, localização da residência, grupo etário, e sexo. A análise deverá mostrar se os menores a trabalhar pertencem mais a um sexo e grupo etário e se estes se concentram em partes específicas do país. Quaisquer diferenças observáveis nas taxas dos menores com actividade económica entre rapazes e raparigas, localização urbana ou rural, grupo etário, ou província ou região deverão ser igualmente analisadas.

2.8.2 Actividades domésticas

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão apresenta informação relativa ao envolvimento dos rapazes e raparigas em actividades domésticas nas suas próprias casas. Os tópicos principais para discussão são

- o número e percentagem de rapazes e raparigas que desempenham tarefas domésticas nas suas próprias casas acima de um mínimo de horas por semana estabelecido;

-
- o número de horas por semana que dedicam a essas actividades; e
 - a distribuição destas crianças de acordo com o sexo, idade, residência urbana ou rural, e região.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos de idade envolvidas em actividades domésticas por número de horas empregue por semana, por sexo e por grupo etário (Tabela 19).
- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos de idade envolvidos em actividades domésticas por número de horas empregues por semana, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 20).
- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos de idade envolvidos em actividades domésticas por número de horas empregues por semana por residência urbana e rural, e por sexo e idade (Tabela 21).

Discussão e análise

Os preconceitos do sexo e outros relativos às tarefas domésticas. Os analistas deverão dar realce a quaisquer diferenças perceptíveis na participação de raparigas e de rapazes nas actividades domésticas, bem como diferenças relativas ao grupo etário e entre residentes urbanos e rurais.

Número excessivo de horas de trabalho. O número de horas empregue nestas actividades é frequentemente excessivo. O número de horas de actividade deve ser igualmente considerado em relação à idade da criança—turnos de trabalho que parecem aceitáveis para crianças entre os 15-17 anos de idade, por exemplo, poderão ser de nível extremo para rapazes e raparigas entre os 5-9 anos.

Considerações

Estabelecimento de um valor analítico de tempo para as actividades domésticas. A vasta maioria das crianças, especialmente as raparigas, executam tarefas domésticas de pelo menos uma hora por semana. Os investigadores poderão querer estabelecer um valor de tempo para proceder à análise das tarefas domésticas das crianças. Seguem-se alguns exemplos:

Na Costa Rica, por exemplo, o limite foi estabelecido nas 10 horas semanais, já que se observou que a frequência escolar diminuía drasticamente entre os rapazes e as raparigas que executavam tarefas domésticas além desse limite—um número de horas superior gasto nas tarefas pode interferir com a escola (OIT, 2003b).

Na Colômbia, foi estabelecido um mínimo de 15 horas por semana, com a fundamentação lógica de que, abaixo desse valor, as tarefas domésticas poderiam ser socialmente vantajosas, contribuindo para o processo de aprendizagem da criança e para o sentimento de satisfação por prestarem a sua contribuição para o agregado familiar. Acima desse valor, porém, o volume de trabalho afectaria adversamente o desenvolvimento escolar e pessoal da criança (OIT, 2003f).

Na ausência de um valor de horas padrão, o analista deverá justificar o padrão de horas adoptado relativo ao número de horas mínimo para a realização das tarefas domésticas por

semana, assim como para as categorias de horas. Por outro lado, existe investigação em curso nesta área e espera-se chegar a um consenso sobre esses valores no futuro.

2.8.3 A frequência escolar das crianças

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão mostra os níveis de frequência escolar entre os diferentes grupos de crianças:

- que trabalham;
- que não trabalham; e
- que estão envolvidos em actividades domésticas.¹²

A informação sobre o número de horas trabalhadas e o número de horas empregues nas actividades domésticas e a sua relação com a frequência escolar deverá ser igualmente incluída.

Tabelas exemplificativas (ver anexo F)

- Número e percentagem de menores a trabalhar dos 5 aos 17 anos de idades por frequência escolar e envolvimento em actividades domésticas, por sexo e grupo etário (Tabela 22).
- Número e percentagem de crianças dos 5 aos 17 anos que não se encontram a trabalhar, por frequência escolar e envolvimento em actividades domésticas, por sexo e grupo etário (Tabela 23).
- Número médio de horas trabalhadas por semana dos menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade que frequentam e não frequentam a escola por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 24).
- Número médio de horas semanais empregues em actividades domésticas para crianças dos 5 aos 17 anos que frequentam e não frequentam a escola por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 25).

Discussão e análise

A discussão deverá centrar-se não só no número e na percentagem de crianças em cada um dos grupos que frequenta e não frequenta a escola, mas também em quaisquer semelhanças e diferenças perceptíveis entre os grupos, tais como

- menores que trabalham e menores que não trabalham;
- rapazes e raparigas trabalhadores envolvidos em actividades domésticas;
- rapazes e raparigas trabalhadores que não executam actividades domésticas;
- rapazes e raparigas não trabalhadores envolvidos em actividades domésticas; e
- rapazes e raparigas não trabalhadores que não executam actividades domésticas.

¹² Existe uma sobreposição óbvia entre aqueles que executam actividades domésticas e os rapazes e raparigas que trabalham e não trabalham.

A discussão sobre as horas trabalhadas e as horas empregues em actividades domésticas e a sua relação com a frequência escolar deverá produzir a noção sobre o modo como a intensidade do trabalho e das tarefas domésticas se podem relacionar com a frequência escolar, sendo que o pressuposto *a priori* é o de que a frequência escolar decresce sempre que aumenta a intensidade do trabalho e das tarefas domésticas.

2.8.4 *Características do trabalho*

Conteúdo e objectivo

Esta subdivisão analisa com mais pormenor experiências de trabalho diferenciadas entre os rapazes e raparigas, incluindo

- sector de actividade no qual trabalham;
- ocupação;
- situação perante o trabalho;
- localização do trabalho; e
- número de horas trabalhadas.

O objectivo é conseguir uma imagem o mais abrangente possível dos menores que trabalham através do fornecimento de informação sobre as características e as condições do seu trabalho. Isto revela-se importante para estabelecer o cenário do trabalho infantil que é o assunto principal do relatório e o foco dos Capítulos 6, 7, 8 e seguintes.

Tabelas exemplificativas (ver Anexo F)

Sector de actividade

- Número e percentagem de menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade por sector de actividade, por sexo e grupo etário (Tabela 26).
- Número e percentagem de menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade por sector de actividade, por província e residência urbana e rural (Tabela 27).

Ocupação

- Número e percentagem de menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade por ocupação, por sexo e grupo etário (Tabela 28).
- Número e percentagem de menores com actividade económica dos 5 aos 17 anos de idade por ocupação, por província ou região e residência urbana e rural (Tabela 29).

A situação perante o trabalho

- Número e percentagem de menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade segundo a situação perante o trabalho, por sexo e idade (Tabela 30).

-
- Número e percentagem de menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade segundo a situação perante o trabalho, por província ou região e residência urbana e rural (Tabela 31).

Localização do trabalho

- Número e percentagem de todos os menores que trabalham dos 5 aos 17 anos de idade que trabalham em casa ou fora de casa por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 32).

Horas de trabalho

- Número médio de horas, e número e percentagem de menores que trabalham por número de horas trabalhadas por semana, por sexo e idade (Tabela 33).
- Número médio de horas trabalhadas, e número e percentagem de menores que trabalham por número de horas trabalhadas por semana, por província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 34).
- Número médio de horas trabalhadas, e número e percentagem de menores que trabalham por número de horas trabalhadas por semana, por sector de actividade (Tabela 35).

Discussão e análise

A informação sobre o **sector de actividade** descreve os sectores nos quais se pode encontrar os rapazes e as raparigas a trabalhar. No relatório, são de particular interesse

- os sectores de actividade nos quais se pode encontrar mais frequentemente crianças a trabalhar;
- qualquer tendência diferenciada entre rapazes e raparigas;
- quaisquer diferenças observáveis entre áreas geográficas; e
- diferenças entre crianças de diferentes grupos etários.

Os dados sobre a **ocupação e a posição no emprego** descrevem o tipo de trabalho que as crianças se encontram a realizar. No relatório, são de especial interesse

- aqueles com a concentração mais alta de rapazes e raparigas; e
- diferenças e semelhanças entre grupos de crianças.

A **localização** do local de trabalho pode ajudar a revelar os tipos de perigos que as crianças enfrentam no trabalho. O relatório deverá especificar os potenciais perigos, sobretudo com

- O trabalho fora de casa (por exemplo, na rua, trabalho na casa do empregador); isto é de particular importância para aqueles grupos passíveis de serem mais vulneráveis, em particular, crianças mais novas e raparigas.

As *horas trabalhadas* constituem uma das medidas da intensidade do trabalho entre rapazes e raparigas. De especial interesse são:

- As crianças que trabalham por longos períodos; e
- Sectores de actividade que exigem um alto número de horas de trabalho.

Considerações

Ocupação e sector de actividade:

A informação relacionada com a *ocupação* revela

- o tipo de trabalho nos quais os rapazes e as raparigas se encontram ocupados;
- pistas sobre a dimensão do problema.

Os dados sobre o *sector de actividade*, por seu turno, revelam informação relativa aos empregadores ou aos sectores, e podem constituir mais facilmente a base para intervenções de carácter político a aplicar nos locais de trabalho

Esquemas de classificação específicos de um país. Alguns países empregam o seu próprio esquema para classificar dados de acordo com o sector de actividade e a ocupação. Sempre que tal seja útil, pode utilizar-se esse método no relatório nacional. Porém, algumas das categorias utilizadas poderão ser pouco familiares e claras para os leitores. Estas deverão ser explicadas mais pormenorizadamente, por exemplo, em nota de rodapé ou em anexo.

Promoção da comparabilidade internacional e da facilidade de agregação. No caso de o *International Standard Industry Classification (ISIC)* e o *International Standard Classification of Occupations (ISCO)* não serem utilizados para a classificação dos respectivos dados sobre o sector de actividade e a ocupação na análise principal, deverão ser incluídas em anexo tabelações que utilizem esses esquemas de classificação. Permitir-se-á assim a comparação dos resultados a nível internacional e a facilidade de agregação entre países.

Os pormenores podem esconder-se no nível mais alto de agregação. A apresentação das categorias do sector de actividade e da ocupação ao nível mais alto de agregação pode frequentemente esconder informação pormenorizada de interesse. Na Costa Rica, por exemplo, um inquérito revelou que 74.5 por cento dos menores que trabalham encontram-se em “ocupações primárias”, no entanto existe uma vasta quantidade de ocupações incluídas nesta categoria que vão desde vendedores de rua até aos trabalhadores agrícolas e da construção (OIT, 2003b). Nestes casos, poderá ajudar desagregar os dados, pelo menos parcialmente, em subcategorias maiores que melhor reflectam os tipos de trabalho nos quais se pode encontrar um vasto número de crianças a trabalhar. Por outro lado, quando se faz incidir a observação em mais do que uma categoria, o analista deve considerar agregar algumas delas, fornecendo sempre uma explicação clara do que está incluído em cada uma das novas categorias “agregadas”.

Respostas improváveis. Em muitos casos, os inquéritos nacionais sobre o trabalho infantil registaram números baixos de crianças em ocupações que, dada a sua idade, são muito pouco prováveis para elas. Categorias ocupacionais como “legisladores, oficiais seniores, e gestores” e “profissionais” são improváveis em crianças e geralmente reflectem a má interpretação das questões durante a entrevista ou erros de anotação, codificação ou inserção dos dados. (Ver Subdivisão 5.2.2 deste manual para conselhos sobre como tratar respostas improváveis.)

2.9 Capítulo 6: Incidência e características do trabalho infantil (child labour)

Conteúdo e objectivo

Como referido anteriormente, o presente capítulo e os dois seguintes (Capítulos 7 e 8) centram-se apenas nos “menores em situação de trabalho infantil”¹³ — excluem as crianças que não trabalham, e aquelas que trabalham, mas cuja participação nessas actividades laborais não é considerada prejudicial e é permitida de acordo com a legislação do país.

Este capítulo apresenta as principais características daquelas crianças cuja escolarização, saúde, ou desenvolvimento é prejudicado pelo trabalho e cuja participação nas actividades laborais é proibida pela legislação do país.

Alguma da informação principal para apresentação no relatório relaciona-se com:

- O número e percentagem de todas as crianças envolvidas no trabalho infantil; e
- A percentagem de menores com actividade económica que estão em situação de trabalho infantil.

Outra informação que ajudará a traçar um cenário mais completo sobre a situação do trabalho infantil a nível nacional inclui

- o sector de actividade em que trabalham;
- a sua ocupação;
- a sua situação perante o trabalho;
- a localização do seu trabalho; e
- a parte do dia e as horas trabalhadas.

Tabelas exemplificativas (ver Anexo F)

Incidência do trabalho infantil

- Número e percentagem de todas as crianças e de todos os menores que trabalham entre os 5 e os 17 anos de idade que estão em situação de trabalho infantil por sexo e grupo etário (Tabela 36).
- Número e percentagem de todas as crianças e de todos os menores que trabalham entre os 5 e os 17 anos de idade que estão em situação de trabalho infantil por residência urbana ou rural e província ou região (Tabela 37).

Sector de actividade

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade segundo o sector de actividade, por sexo, grupo etário, província ou região e residência urbana ou rural (Tabela 38).

¹³ O enquadramento legal descrito no capítulo 1 deve ser tomado em consideração tanto quanto possível durante a determinação dos níveis quantitativos a utilizar para medir o trabalho infantil, tal como explicado na secção 2.7.

Ocupação

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade segundo a ocupação, por sexo e idade (Tabela 39).

Situação perante o trabalho

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade segundo a situação perante o trabalho, por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 40).

Localização do trabalho

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade que trabalham em casa ou fora de casa por idade, sexo, e residência urbana ou rural (Tabela 41).

Parte do dia e horas trabalhadas

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade segundo a parte do dia trabalhada, por sexo, grupo etário, e residência urbana ou rural (Tabela 42).
- Número médio de horas trabalhadas por semana para os menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade, segundo o ramo de actividade, por sexo, grupo etário, e residência urbana ou rural (Tabela 43).

Discussão e análise

A informação relativa à incidência do trabalho infantil clarifica a magnitude do problema entre os sexos, as faixas etárias e a sua distribuição geográfica pelo país. Ver Subdivisão 1.2.8 d) para os assuntos específicos que digam respeito à análise e à interpretação dos dados sobre as características do trabalho.

À luz da definição de trabalho infantil, este capítulo (e os dois seguintes) centram-se nas crianças que:

- estão abaixo da idade mínima estabelecida para o tipo do sector de actividade ou trabalho executado;
- trabalham mais do que o número máximo de horas estabelecido para a sua idade, sector de actividade, ou tipo de trabalho; e
- trabalham em condições perigosas.

O que é que torna o trabalho prejudicial? Os dados apresentados neste capítulo deverão realçar os pormenores relacionados com a idade, sector de actividade, ocupação, horas trabalhadas, condições, ou outras, que tornam o trabalho prejudicial para os menores que trabalham.

O que é que, especificamente, torna o trabalho “trabalho infantil”. O relatório deverá clarificar quais as características que, num dado caso, definem as menores que trabalham como “trabalhadores infantis”. Esta informação incluirá a sua idade, o número de horas trabalhado, a ocupação, o sector de actividade em que trabalham, as condições enfrentadas no trabalho, ou a combinação destas.

Considerações

Ver a Secção 2.7 para os assuntos relativos à medição quantitativa do trabalho infantil e a Subdivisão 2.8.4) para os assuntos relativos ao sector de actividade e à ocupação.

2.10 Capítulo 7: O trabalho infantil e a escola, a saúde e bem-estar do agregado familiar

Conteúdos e objectivos

O relatório sobre a relação entre o trabalho infantil e outras variáveis, tais como a educação, a saúde e o bem-estar do agregado familiar das crianças deverá começar com uma breve discussão sobre investigações anteriores sobre as consequências do trabalho infantil e as dificuldades encontradas nestas acções. As potenciais consequências do trabalho infantil incluem as consequências do trabalho na escolarização e na saúde dos rapazes e das raparigas, bem como o seu efeito no rendimento familiar e no bem-estar do agregado familiar.

Esta informação deverá ajudar o leitor a contextualizar os resultados do presente inquérito e a compará-los com resultados de estudos noutros países. As diferenças entre os resultados obtidos noutros países e os resultados actuais poderão sugerir áreas para investigação futura mais aprofundada.

Seguidamente, deverão ser apresentados e discutidos os resultados do inquérito. Este capítulo deverá centrar-se:

- nas relações observadas entre trabalho infantil e os diferentes aspectos da educação formal das crianças e das questões de saúde; e
- na importância percebida do trabalho infantil para o bem-estar do agregado familiar, tal como relatado no inquérito.

Tabelas exemplificativas (Ver Anexo F)

Educação

Frequência escolar

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil e sem actividade económica, que frequentam presentemente a escola, por sexo, grupo etário, residência urbana e rural, e região (Tabela 44).
- Número e percentagem de menores com trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, que frequentam a escola e não frequentam a escola por sector de actividade (Tabela 45).
- Número médio de horas trabalhadas por semana por menores com trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, que frequentam e não frequentam a escola por sexo, idade, e residência urbana e rural (Tabela 46).
- Número e percentagem de todos os menores com trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, que estão a frequentar actualmente a escola e que declaram que o trabalho afecta a sua frequência normal ou os seus estudos, por sexo e idade (Tabela 47).

Razões indicadas para a não frequência escolar

- Percentagem de menores com trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, segundo a razão indicada para não frequentar a escola, por sexo, idade e residência urbana e rural (Tabela 48).

Desfasamento entre idade e ano escolar

- Desfasamento entre idade e ano escolar nos menores com trabalho infantil e sem trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, que frequentam a escola por idade (Tabela 49).

Insucesso escolar

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil e sem actividade económica, entre os 5 e os 17 anos de idade, que são repetentes, por sexo e por grupo etário (Tabela 50).

Abandono escolar

- Número e percentagem de todos os menores com trabalho infantil e sem actividade económica, entre os 5 e os 17 anos de idade, que abandonaram a escola, por sexo e por grupo etário (Tabela 51).

Saúde e segurança

- Número e percentagem de todos os menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade que não são supervisionados por um adulto no trabalho por sexo, idade, residência urbana e rural, região e ocupação (Tabela 52).
- Número e percentagem de todos os menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade que declararam trabalhar em condições perigosas por sexo, grupo etário e sector de actividade (Tabela 53).

Bem-estar do agregado familiar

- Número e percentagem dos menores com trabalho infantil por efeito declarado no agregado familiar no caso da criança deixar de trabalhar por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 54).

Discussão e análise

Educação formal e efeitos do trabalho. A informação relativa à educação formal visa clarificar o efeito do trabalho sobre a escolarização das crianças. O pressuposto *a priori* é que o trabalho infantil produz um efeito adverso na escolarização das crianças porque (a) retira-lhes tempo para a sua frequência normal e/ou para a realização dos trabalhos escolares, e (b) provoca cansaço suficiente para interferir com a aprendizagem. Um cenário mais completo requer a discussão de assuntos como a frequência escolar e o modo como esta varia, não apenas entre sexos, províncias ou regiões, e grupos etários, mas também por sectores de actividade e horas trabalhadas. Assim, poder-se-á indicar de melhor forma quais os sectores de actividade que mais interferem com a escolarização das crianças e o modo como a capacidade de conciliação do trabalho e frequência escolar pode depender da intensidade do trabalho. Outro item importante para análise são as razões indicadas para a não frequência, com especial atenção para as razões indicadas relacionadas com o trabalho. O sistema de educação poderá ser responsável por outros factores significativos, e esta informação deve ser igualmente de interesse para a elaboração de políticas e dos programas.

Desfasamento dos dados relativos ao ano escolar frequentado e à idade. O desfasamento entre a idade e o ano escolar frequentado pela criança¹⁴ poderá constituir um indicador sobre a

¹⁴ A idade de entrada para o primeiro ano da escola primária é frequentemente estabelecida nos 6 anos de idade, mas, na realidade, esta varia de acordo com o país. A informação específica sobre a idade que corresponde a um certo ano escolar poderá ser obtida através da legislação sobre a educação do país em causa.

normal progressão dos rapazes e das raparigas na escola, bem como sobre a entrada na escola em idade desadequada.

- Uma alta taxa de desfasamento poderá revelar que as crianças:
 - Não são inscritas na escola quando deviam ser, ou
 - Estão a progredir mais lentamente do que deviam.

Repetentes. Altas taxas de repetentes deverão ser interpretadas como prova da existência de problemas na normal progressão escolar das crianças apenas em relação ao ano anterior.

Abandono escolar. O conceito de abandono escolar das crianças é mais estrito do que o da não frequência, já que as crianças que abandonam a escola frequentavam-na anteriormente, ao passo que, aquelas que não frequentam, dependendo do caso, podem ter ou não frequentado a escola anteriormente. Assim, a taxa de abandono escolar revela informação sobre as crianças que frequentaram a escola em algum período, mas tiveram que abandonar o sistema de educação formal por alguma razão.

Dificuldades na percepção das questões de saúde e segurança no trabalho. A informação recolhida nos inquéritos nacionais sobre o trabalho infantil pode quanto muito sugerir um panorama incompleto dos reais perigos enfrentados pelos rapazes e raparigas no trabalho e os efeitos do trabalho infantil na sua saúde.

- A supervisão por parte de um adulto no local de trabalho poderá indicar uma probabilidade mais alta de maior segurança no trabalho, ainda que seja necessário recolher mais informação para confirmar esse facto.
- A informação relativa a crianças que declaram trabalhar em situação perigosa deve igualmente indicar a magnitude dos perigos enfrentados.
- O relatório deverá igualmente discutir a informação do inquérito que se relaciona com a ocorrência de acidentes e de doenças declaradamente relacionadas com o trabalho.

Representação sobre o efeito no agregado familiar se a criança deixasse de trabalhar. Quando o rapaz ou a rapariga deixam de trabalhar, os dados do respondente poderão indicar que o agregado familiar (a) não se sente dependente da contribuição da criança, (b) sente-se relativamente dependente, ou que (c) se sente muito dependente dessa contribuição.

Considerações

Os problemas observados com a educação e com a saúde não podem ser atribuídos com certeza absoluta ao trabalho infantil. Os analistas deverão interpretar cuidadosamente as relações aparentes entre as variáveis do trabalho infantil, escolarização e saúde. As correlações observadas não fornecem uma prova de causalidade, já que outras variáveis relevantes, tais como o status socio-económico não foram tidas constantemente em conta nas tabulações cruzadas. Uma análise adequada do efeito prejudicial do trabalho infantil sobre a escolarização, saúde, entre outros, requer a utilização de dados concretos.

O efeito sobre o agregado familiar da criança que deixa de trabalhar. O analista deverá lembrar-se que as respostas às questões são apenas percepções relatadas e não factos estabelecidos. Esta informação, porém, pode ser de interesse para a idealização de uma intervenção a nível do trabalho infantil.

Fontes e referências

Para informação sobre estudos importantes conduzidos no campo do trabalho infantil, consultar a publicação do BIT/IPEC *Annotated bibliography on child labour* (OIT, 2003h). Artigos interessantes sobre as possíveis consequências do trabalho infantil e de assuntos que giram à volta destes temas, ver Rosati, F.; Rossi, M. (Outubro 2001) *Children's working hours, school enrolment and human capital accumulation: Evidence from Pakistan and Nicaragua*; and O'Donnell, O.; van Doorslaer, E.; Rosati, F. (Janeiro 2002) *Child labour and health: Evidence and research issues*.

2.11 Capítulo 8: O contexto do trabalho infantil

Conteúdo e objectivo

Este capítulo deverá começar com uma breve análise dos resultados de estudos anteriores sobre as possíveis causas correlacionadas do trabalho infantil. Variáveis analisadas nesses estudos incluem, entre outras, as que se relacionam com:

- as condições socio-económicas do agregado familiar;
- os problemas no sistema de educação formal; e
- os choques económicos.

Estes dados fornecem ao leitor um conhecimento prévio teórico e a informação empírica que possibilita a comparação do presente inquérito com os resultados de outros anteriores. O restante deste capítulo deverá discutir os resultados do inquérito em relação:

- às variáveis seleccionadas para contextualizar os agregados familiares;
- às razões declaradas para o facto de as crianças trabalhar, de acordo com as respostas do inquérito; e
- à contribuição das crianças para os rendimentos do agregado familiar e comportamento da poupança.

Tabelas de exemplificativas (ver Anexo F)

Dimensão e estrutura do agregado familiar

- Dimensão média do agregado familiar, número de crianças, número de adultos, e rácio de dependência para os menores com trabalho infantil e sem trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idades, por idade e residência urbana ou rural (Tabela 55).
- Número e percentagem de menores com trabalho infantil e sem trabalho infantil por sexo, por estrutura do agregado familiar e sobrevivência paternal (Tabela 56).

Rendimento

- Rendimento médio do agregado familiar dos menores com trabalho infantil e sem actividade económica, entre os 5 e os 17 anos de idade, por estrutura de agregado familiar, sobrevivência paternal, dimensão da família, residência urbana ou rural, e província ou região (Tabela 57).

-
- Percentagem de crianças em cada quintil de rendimento por situação perante o trabalho (Tabela 58).

Educação dos pais

- Tabela 59. Número e percentagem de menores com trabalho infantil e sem trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, por nível de escolarização mais alto atingido pelo pai/tutor (Tabela 59).

Percepção das razões pelas quais a criança trabalha, a contribuição da criança para o rendimento do agregado familiar, e poupanças da criança

- Número e percentagem de menores com trabalho infantil, entre os 5 e os 17 anos de idade, segundo a razão declarada pelo pai/tutor para deixar a criança trabalhar, por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 60).
- Número e percentagem de todos os crianças, entre os 5 e os 17 anos de idade, que ganham um salário segundo a contribuição para o rendimento do agregado familiar, por sexo, idade, e residência urbana ou rural (Tabela 61).
- e, percentagem dos menores com trabalho infantil entre os 5 e os 17 anos de idade que ganham um salário e poupam segundo a razão para a poupança, por sexo, idade e residência urbana ou rural (Tabela 62).

Nota: Se tiver sido calculado um índice de bem-estar, este deverá ser aplicado à tabelas 57 e 58.

Discussão e análise

A relação da dimensão do agregado familiar com a dependência consiste no número dos membros do agregado que dependem economicamente daqueles que sustentam economicamente o agregado familiar. Resultados empíricos anteriores sugerem que o trabalho infantil terá maior probabilidade de ocorrer em agregados familiares numerosos e agregados familiares com um largo número de crianças relativamente aos adultos. Este facto poderá indicar questões de dependência, e uma necessidade crescente de os membros do agregado, as crianças inclusivé, contribuírem para a economia familiar conforme o agregado cresce em dimensão.

Correlação entre a pobreza no agregado familiar e o trabalho infantil. O trabalho infantil é geralmente associado a pobreza e a incidência do trabalho infantil por rendimento do agregado (de acordo com um índice de bem-estar) poderiam indicar que tal correlação existe no país em causa.

Correlação entre o grau de escolarização dos pais e a incidência do trabalho infantil. Em relação ao grau de escolarização dos pais, observa-se frequentemente que pais com níveis de escolarização mais baixos se encontram associados a proporções de menores com trabalho infantil mais altas, facto que frequentemente se explica sugerindo que o baixo grau de educação deixa os pais menos conscientes das consequências adversas presentes e futuras do trabalho infantil.

A discussão sobre as razões indicadas pelos pais/tutores para permitirem que a criança trabalhe poderá indicar a sua dependência auto-percepcionada das contribuições directas ou indirectas das crianças para a economia do agregado. Outras razões possíveis para o facto de a criança trabalhar— embora as respostas sejam determinadas pelas perguntas correspondentes— poderá residir no facto de a criança contribuir directamente para o rendimento do agregado familiar ou para as suas poupanças para um objectivo específico no futuro.

Considerações

Estabelecer relações de causalidade. Tal como referido no capítulo anterior, o analista deverá ser prudente em interpretar associações observadas como relações de causalidade estabelecidas. Com maior certeza que determinar a natureza das relações observadas, requer frequentemente:

- manter outras variáveis a níveis constantes;
- mais informação; e
- uma análise mais profunda.

Ao descrever as razões que levam a criança a trabalhar, o analista deve ter em atenção que os dados reflectem apenas as *percepções declaradas* das razões, pelas quais as crianças trabalham e não factos estabelecidos. Porém, essa informação poderá ser altamente relevante para a concepção da intervenção em relação ao trabalho infantil.

Dificuldade em avaliar as contribuições para o agregado familiar provenientes de menores com trabalho infantil não pagos. Enquanto que muitos menores com trabalho infantil trabalham e contribuem para o rendimento do agregado familiar, um número significativo de outros menores com trabalho infantil trabalham sem serem pagos por isso, e a sua contribuição para a economia do agregado familiar manifesta-se de forma indirecta e é muitas vezes mais difícil de medir.

Fontes e referências

Para informação sobre estudos importantes levados a cabo no campo do trabalho infantil, consultar a publicação do BIT/IPEC *Annotated bibliography on child labour* (OIT, 2003h). Resultados interessantes relativos às possíveis causas do trabalho infantil são apresentados em Deb, P.; Rosati, F. (Dezembro 2002) *Determinants of child labour and school attendance: The role of household unobservables*.

2.12 Capítulo 9: Conclusões e recomendações

2.12.1 Conclusões

Conteúdo e objectivo

Seguidamente à apresentação e à discussão dos resultados do inquérito sobre o trabalho infantil, o relatório deverá reunir as principais conclusões numa única secção que:

- sumarize as principais relações dos resultados do inquérito a que se fez referência ao longo do relatório;
- reveja o que se descobriu sobre as actividades das crianças e sobre o trabalho infantil em particular;
- apresente cada conclusão de forma relativamente sucinta, já que os pormenores já se encontram descritos na análise principal;
- não apresente novas ideias; e
- atribua a cada tópico o destaque proporcionado de acordo com a análise precedente.

2.12.2 Recomendações

Conteúdo e objectivo

Com base nos resultados do inquérito, deve-se apresentar as recomendações relacionadas com:

- uma variedade de assuntos; e
- diferentes sectores da sociedade.

Essas recomendações deverão relacionar-se com os problemas principais identificados no relatório e sumariados nas conclusões.

As recomendações não devem ser propostas de carácter meramente genérico ou teórico. As recomendações eficazes são sugestões específicas, explícitas, exequíveis em concreto.

As recomendações podem ser organizadas de acordo com o destinatário da informação ou com o assunto, especialmente quando a lista:

- é extensa;
- compreende muitos tópicos; ou
- se destina a variados sectores da sociedade.

No relatório nacional do Belize, por exemplo, as recomendações estão agrupadas em três secções: “Convenções internacionais e leis e políticas nacionais”; “Novos programas de intervenção”; e “Futuras áreas de investigação” (OIT, 2003a). No relatório da Nicarágua, a longa lista de recomendações está organizada de acordo com o assunto: “Parceiros”; “Normas laborais internacionais e cooperação a nível técnico”; “Trabalho infantil e estratégias de redução da pobreza”; “Acção nacional normativa”; “Investigação”; “Programas de acção”; e “Sensibilização e mobilização social” (OIT, 2003e).

Finalmente, cada recomendação deve expor claramente:

- como, quando e por quem é que esta deve ser implementada;
- de que forma é que irá combater o problema ao qual se destina;
- qual o resultado que se pode esperar de forma realista; e
- os obstáculos ou as dificuldades previsíveis da sua implementação.

2.13 Referências

Conteúdo e objectivo

Esta secção enumera todos os materiais de referência utilizados ao longo do relatório. Sugere-se a seguinte apresentação:

- **Livros:** Sobrenome, nome próprio, data, *Título do livro* (Cidade: Editora).

-
- **Artigos:** Sobrenome, nome próprio, data, “Nome do artigo”, *Título do livro ou da publicação*, Número ou (Cidade: Editora).

Ou:

- **Livros:** Sobrenome, inicial do nome próprio. Data. *Título do livro*. Editora, cidade, país.
- **Artigos:** Sobrenome, inicial do nome próprio. Data. “Título do artigo”, *Título do livro ou da publicação*, Número. Editora. Cidade, País.
- **Referências electrónicas:** Sobrenome do autor, inicial do nome próprio. Data da publicação. *Título*. Data da gravação. URL.

Todas as referências deverão ser enumeradas por ordem alfabética a partir do sobrenome do autor. Sempre que se cite mais do que uma obra de um autor, estas deverão ser enumeradas por ordem cronológica a partir da primeira. Se for citado mais do que um estudo do mesmo autor, então estes distinguir-se-ão através de letras minúsculas escritas após o ano (exemplo, OIT 2003a, OIT 2003b, e por aí adiante).

Ao longo do relatório, as fontes de informação deverão ser cuidadosamente referenciadas com citações correctas e completas. A fim de evitar que o corpo de texto principal fique atulhado com informação biográfica, pode mencionar-se apenas o nome do autor e a data da fonte entre parêntesis *no corpo do texto principal*. No caso das citações directas, o ano e os números de página deverão ser inseridos entre parêntesis. Em ambos os casos, a citação completa será posteriormente apresentada na secção de referências do relatório seguindo a apresentação acima descrita.

Capítulo 3 Redacção do relatório nacional de acompanhamento sobre o inquérito nacional do trabalho infantil

Sempre que os países realizarem um segundo inquérito ou um outro subsequente sobre o trabalho infantil, os investigadores irão querer fazer comparações ao longo do tempo.

Problemas com as comparações. Os inquéritos realizados em diferentes pontos no tempo podem não ser completamente comparáveis devido a

- diferenças na planificação da amostra;
- definições utilizadas; e
- perguntas efectuadas.

Qualquer estudo comparativo deverá avaliar e explicar claramente até que ponto é que estas diferenças podem afectar a comparação dos resultados. Por exemplo, em 1998, um inquérito sobre o trabalho infantil na Costa Rica identificou mais de 140,000 menores a trabalhar entre os 5 e os 17 anos de idade. Um inquérito subsequente em 2002 mostrou que esse número tinha caído para aproximadamente 113,000. Embora ambos os inquéritos sobre o trabalho infantil fossem adendos ao inquérito nacional e anual sobre os agregados familiares, estes resultados não são comparáveis. O plano de amostragem foi alterado em 2001 e os factores de ponderação para as áreas urbanas e rurais foram ajustadas, tornando inadequada a comparação dos resultados entre 1998 e 2002.

Apresentação das tendências ao longo do tempo. Provavelmente, o método mais fácil e mais claro de apresentar tendências ao longo do tempo é o de criar tabelas com colunas ao lado

para as mesmas variáveis em dois (ou mais) anos diferentes. A seguinte tabela é uma representação parcial de uma outra que foi apresentada no relatório nacional de 2001 em Portugal (Ministério do Trabalho e SIETI, 2003), na qual se fez uma comparação entre os dados recolhidos nos inquéritos de 1998 e 2001. Esta tabela mostra claramente uma redução na percentagem de crianças que trabalham em turnos com maior volume de horas na agricultura e no comércio entre 1998 e 2001.

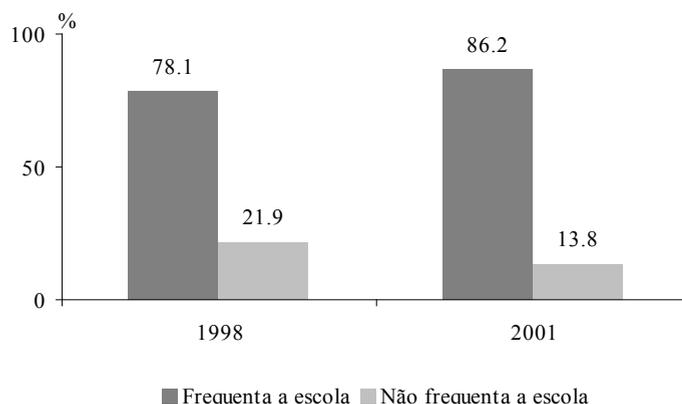
Tabela 5. Crianças na agricultura e no comércio, por número de horas de trabalho diárias durante a semana de referência, Portugal, 1998 e 2001

Número de horas	Agricultura		Comércio	
	1998	2001	1998	2001
< 1 hora	13.8	11.2	13.4	11.2
1 – 3 horas	51.9	69.1	38.8	58.0
4 – 6 horas	24.7	14.7	22.4	15.2
> 6 horas	9.5	5.1	25.4	15.7
Total	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho e SIETI, 2003.

Do mesmo modo, pode apresentar-se simultaneamente os dados de dois (ou mais) anos diferentes num mesmo gráfico de forma a tornar as tendências óbvias. No seguinte gráfico, é fácil observar que as taxas de frequência escolar entre menores com actividade económica cresceram no período entre os dois inquéritos.

Gráfico 1 Crianças em actividades económicas por frequência escolar, Portugal, 1998 e 2001



Fonte: Ministério do Trabalho e SIETI, 2003.

Quando se descreve a informação apresentada em tabelas e gráficos comparativos, a análise deve começar pelo ano mais recente, seguida de uma explicação sobre como esta informação difere dos dados anteriores e assim salientando quaisquer tendências aparentes.

Capítulo 4 Relatórios para outros tipos de inquéritos sobre o trabalho infantil

Os relatórios referentes aos estudos sobre o trabalho infantil que não sejam inquéritos nacionais aos agregados familiares, por exemplo, inquéritos aos estabelecimentos e inquéritos às escolas — podem normalmente, apenas com alguns ajustes, seguir o mesmo formato e linhas orientadoras apresentadas neste manual. O capítulo sobre a metodologia do relatório terá que ser modificado de modo a descrever quaisquer técnicas alternativas utilizadas; De qualquer forma, o relatório incluirá sempre o âmbito e abrangência do inquérito, o questionário, a amostra,

as actividades de formação, o tratamento de dados, a fiabilidade da informação recolhida e as aprendizagens resultantes.

Nos **inquéritos aos estabelecimentos**, se a informação das características do agregado familiar for recolhida, esta deverá ser analisada, mas o estudo dos dados relacionados com o estabelecimento deverá constituir o âmago do relatório. A análise deverá incidir sobre a informação relativa

- à dimensão e a outras características do local onde trabalham as raparigas e os rapazes;
- às características de outros trabalhadores encontrados nestes estabelecimentos;
- aos salários ganhos pelos rapazes e pelas raparigas e por outros trabalhadores;
- ao respeito pelos direitos do trabalhadores; e
- às condições de trabalho em geral.

Nos **inquéritos às escolas** o relatório deve igualmente apresentar qualquer informação recolhida sobre as características dos agregados familiares, mas deverá incidir sobre a informação relativa às escolas e ao ensino. Tal deverá incluir informação relativa:

- às atitudes em relação à educação formal;
- às percepções dos professores sobre os rapazes e as raparigas que trabalham e o ensino; e
- a qualquer informação recolhida sobre as características dos menores que trabalham.

Parte II

Outras questões sobre o trabalho infantil

Na segunda parte do manual abordamos as questões relativas à:

- preparação das bases de dados;
- análise dos dados; e
- apresentação dos resultados que não foi referida na Parte I.

Capítulo 5 Preparação, análise e apresentação dos dados sobre o trabalho infantil

5.1 Preparação da base de dados para análise

No processo de preparação da base de dados para a análise em que esteja envolvido mais do que uma pessoa no plano de apuramentos e no tratamento dos dados, deverá haver alguém para supervisionar e documentar cuidadosamente a criação da base de dados final. Mesmo nos casos em que cabe apenas a uma pessoa proceder à preparação e ao tratamento da base de dados, é importante que todos os passos na sua preparação sejam cuidadosamente documentados para futuras referências.

Antes que se possa obter qualquer resultado, a base de dados irá provavelmente requerer algum tratamento, como explicado em baixo.

5.1.1 Estudo do questionário e de outra documentação

Se os analistas quiserem sentir-se à vontade com a base de dados, terão que estudar previamente o questionário para ganharem uma perspectiva geral clara:

- das definições utilizadas;
- das perguntas;
- das perguntas de sondagem;
- das categorias de resposta;
- dos padrões de validação; e
- dos subgrupos dos entrevistados para as diferentes secções do questionário.

O responsável pela análise dos dados poderá começar por estudar o questionário e discuti-lo com outras partes relevantes antes que a fase de processamento de dados fique completa. Uma revisão dos índices de codificação e de outra documentação relevante será igualmente útil.

5.1.2 Escolha das variáveis a incluir na análise

A preparação da base de dados utilizada para a análise será em grande parte guiada pelas decisões relativas às variáveis essenciais. Para que se poupe tempo, tais decisões poderão ser tomadas antes que os dados fiquem completamente processados, mas depois de uma revisão aprofundada do questionário e da lista de variáveis úteis.

A grande decisão relativamente à escolha das variáveis. Uma das grandes decisões relativamente à escolha das variáveis relaciona-se com as questões sobre o envolvimento das crianças em actividades laborais, que são utilizadas para determinar o número de menores a trabalhar. Os inquéritos do SIMPOC sobre o trabalho infantil contêm idealmente um conjunto de questões direccionadas aos pais ou tutores, e um outro conjunto de questões que são colocadas directamente às crianças, onde se incluem questões como, se os rapazes ou as raparigas trabalharam durante a semana de referência. Mesmo quando algumas das perguntas são iguais, as respostas nem sempre coincidem. Os analistas devem decidir caso-a-caso, qual o conjunto de respostas a utilizar, as das crianças ou as dos pais/tutores, para realizar o cálculo do número de menores a trabalhar e o subgrupo de menores com trabalho infantil, em cada caso, utilizando a informação considerada mais fiável.¹⁵

Apresentação de respostas comparativas de ambos os grupos. Em alguns tópicos, nomeadamente aqueles relacionados com as percepções, a apresentação de respostas comparativas de ambos os grupos pode ser interessante. O Inquérito sobre o Trabalho Infantil na República Dominicana em 2000, por exemplo, revelou que, de acordo com 50.1 por cento dos pais e/ou

¹⁵ Investigação do IPEC encontra-se actualmente a comparar as respostas e a avaliar a adequação da utilização de respostas a perguntas direccionadas a adultos versus perguntas direccionadas às crianças. Os resultados preliminares ainda não se encontram disponíveis, mas espera-se que os resultados da investigação ajudem a orientar as decisões relativamente a que respostas utilizar durante a estimativa do número de menores a trabalhar e menores em situação de trabalho infantil.

tutores, a razão principal para permitir que as crianças trabalhem é para que eles aprendam uma arte de utilidade. Mas quando a pergunta foi colocada directamente às crianças, apenas 32.3 por cento partilhavam dessa opinião.

5.1.3 *Junção de ficheiros de dados*

Quando os dados estiverem divididos em múltiplos ficheiros, como por exemplo, ficheiros separados contendo informação sobre agregados familiares e indivíduos, poderá ser necessário juntar os ficheiros. Esta operação deverá ser levada a cabo com extrema precaução, e os resultados deverão ser verificados para assegurar que a informação de um ficheiro está associada com a informação correspondente no outro ficheiro. A nova base de dados deve ser também cuidadosamente examinada, sempre que haja valores em falta, para assegurar que tal facto não reflecte observações mal associadas.

5.1.4 *Criação e recodificação das variáveis e das suas categorias*

Sempre que for necessário, pode-se criar ou recodificar variáveis e categorias de variáveis de forma a facilitar as análises. As variáveis e as categorias de variáveis devem ser sempre verificadas após a sua criação — por exemplo, utilizando a estatística descritiva ou a classificação em tabela cruzada — para que a correcção seja assegurada. As variáveis que são frequentemente criadas incluem as variáveis sobre a situação perante o trabalho (trabalho/não trabalho) e sobre os agregados familiares com menores a trabalhar (sim/não); as categorias de variáveis frequentemente criadas incluem as variáveis para os grupos etários (5-9, 10-14, e 15-17, ou outros), para o sector de actividade, e grupo principal de ocupação (de acordo com os sistemas de classificação normativos).

Na recodificação, a boa prática sugere que — em lugar de recodificar para a mesma variável ou nome de categoria variável — se recodifique para uma nova. Os analistas deverão utilizar nomes para os valores que tenham algum significado e que sejam auto-explicativos, para que alguém que utilize a base de dados possa mais rapidamente entender os nomes, reduzindo o risco de erro. As categorias frequentemente recodificadas incluem categorias para o sexo (“masculino” e “feminino”, em lugar de “1” e “2”), e para a localização da residência (“urbana” e “rural”, em lugar de “1” e “2”).

5.1.5 *Criação de um subgrupo para dados*

Uma vez que esteja decidido quais são as variáveis a utilizar no estudo, que os ficheiros dos dados tenham sido agregados, se for caso disso, e que quaisquer variáveis e categorias de variáveis tenham sido criadas ou recodificadas, os analistas devem criar um ficheiro contendo apenas o subgrupo das variáveis necessárias para proceder à análise, e assim:

- tornam a base de dados mais pequena e mais fácil de tratar; e
- reduzem a probabilidade de erro.

5.2 **Estudo da base de dados e identificação dos problemas relacionados com os dados**

Depois de terem compreendido o questionário em profundidade e terem criado a base de dados, os analistas deverão estudar os seus dados muito bem e este processo demora frequentemente algum tempo.

Familiarizar-se cedo com os dados. Quanto mais familiares os dados forem para os analistas, menos erros poderão esperar no processo mais tarde. Por exemplo, os utilizadores deverão estar familiarizados com os códigos válidos para os dados em falta (exemplo, “7”, “8”, “9”, “77”, “88”, “99”, “-9”, “-99”, “-999”), variáveis a utilizar em ponderações (sejam ponderações de indivíduos ou de agregados familiares), o esquema do código utilizado para ocupações e sectores de actividades, e outras variáveis tais como a data de nascimento.

Matrizes “scatter-plot”. O estudo preliminar da base de dados pode ainda levar a que os analistas identifiquem padrões nos dados, possíveis valores incongruentes, e outros potenciais problemas. A matriz scatter-plot oferece um método fácil de estudar padrões, de identificação de possíveis situações fora do âmbito do estudo e de descobrir possíveis associações entre os pares de variáveis quantitativas.

Problemas pós-preparação e processamento dos dados. Embora muitos dos problemas dos dados sejam resolúveis na fase de apuramento e de processamento, podem subsistir outras dificuldades. Antes de realizar quaisquer tabulações, os analistas deverão escrutinar as variáveis para a evidência de qualquer um dos seguintes problemas:

- Dados em falta;
- Valores incongruentes;
- Variáveis que apresentam padrões pouco comuns ou que apresentam um número suspeito de respostas “sim” ou “não”, ou outra categoria particular;
- Variáveis com um número alto de respostas “outro” ou “não aplicável”; e
- Variáveis com respostas improváveis para alguns casos (muitos poderão estar em situações fora do âmbito de estudo).

Perante qualquer destas inconsistências subsistentes ou problemas, os analistas terão que avaliar a situação e decidir o modo como tratar os dados para proceder à análise e apresentação. Uma regra geral simples consiste no seguinte:

Quando um analista não confiar na informação de uma variável particular, ou acredita fortemente que esta não reflecte a realidade — e quando a transformação dos dados ou outras opções não for desejável ou exequível — é mais seguro excluir essa variável da análise.

Olhar em frente e melhorar inquéritos subsequentes. Esses problemas com os dados poderão reflectir problemas de concepção do questionário, de recolha de dados, de codificação, de transcrição, ou dos estádios de processamento. Estes problemas deverão ser cuidadosamente discutidos com os responsáveis por cada uma destas actividades, procurando-se encontrar as medidas ideais para melhorar a qualidade dos dados no inquérito seguinte.

As melhores soluções para resolver os vários problemas dos dados na fase da análise terão que ser determinadas caso a caso. Porém, existem algumas medidas aplicáveis que se apresentam de seguida.

5.2.1 Tratamento de valores em falta

As bases de dados contêm muitas vezes valores em falta para algumas das variáveis, em parte devido a

- incapacidade do entrevistado para responder a algumas questões;
- incapacidade dos entrevistadores em colocar as questões, ou registo das respostas de forma ininteligível ou incorrecta; ou
- erros ocorridos na transcrição ou na inserção dos dados.

Tempo para medidas de imputação. Idealmente, as técnicas de imputação deverão ter já sido utilizadas antes da fase de análise dos dados e, por essa razão, os dados em falta poderão não constituir um problema quando se quiser criar as tabulações para o relatório nacional (ver OIT 2004b).

Valores que faltam raramente ou de forma aleatória. Numa determinada base de dados, se os valores em falta forem ocorrências raras ou aleatórias, então o problema poderá ser ignorado com margem de segurança. Considera-se que os dados estão em falta de forma inteiramente aleatória se a probabilidade da sua falta não depender de valores em falta ou de quaisquer outros valores registados (exemplo, não estão ligados a instruções de salto).

Padrões nos dados em falta. Algumas vezes, porém, os dados em falta seguem um padrão. Se se ignorar esse problema nestes casos introduzir-se-á um enviesamento, e todas as inferências estarão incorrectas.

Determinação da extensão dos dados em falta para cada uma das variáveis usadas. Dever-se-á determinar a extensão dos dados em falta para cada variável utilizada na análise. Os analistas deverão ter em atenção qualquer variável que apresente um larga proporção de valores em falta,¹⁶ já que isso poderá indicar que a ocorrência dos dados em falta não é aleatória, e que, por esse motivo, as grandes proporções de dados em falta poderão originar resultados enviesados.

Respondentes que não sabem responder ou que escondem informação. No inquérito sobre o Trabalho Infantil e Adolescente na Nicarágua em 2000, uma das taxas mais altas de não resposta (27 por cento) ocorreu na questão colocada aos pais ou tutores relativamente ao seu conhecimento da existência de perigos no trabalho para os rapazes ou raparigas que trabalhavam. Defendeu-se que esta alta taxa de não resposta não era aleatória, mas antes poderia reflectir a falta de conhecimento por parte dos respondentes, ou embaraço dos pais ou tutores por saberem que existiam perigos para as crianças no local de trabalho. Outra ocorrência muito comum nos valores em falta em inquéritos advém do facto de os respondentes não prestarem informação relativamente aos rendimentos devido à sua relutância em revelar uma informação que eles consideraram sensível.

¹⁶ Nos inquéritos aos agregados familiares, alguns analistas consideram que 10 por cento representa a fronteira entre uma quantidade aceitável de dados em falta e uma grande proporção de dados em falta que terá que ser tratada com cuidado. Ver, por exemplo, o *manual UNICEF para os inquéritos de indicadores múltiplos de final de década* (2000).

Estratégias para imputar dados em falta. Existem muitas estratégias para imputar dados em falta, incluindo

- dedução;
- médias;
- *bootstrapping*; ou
- imputação com base na regressão.

Técnicas adequadas de substituição de respostas. Os analistas deverão estudar o padrão de todas as variáveis com dados em falta, determinando a técnica mais adequada para criar respostas que sirvam para o caso. Deverá tentar-se substituir os valores em falta por estimativas adequadas e assim, completar as bases de dados a utilizar na análise e reduzindo o nível de estimativas enviesadas no inquérito.

Abandono de variáveis que contêm valores persistentemente em falta. Sempre que mesmo assim, persistirem os valores em falta, e se estes constituírem uma grande proporção ou se se considerar que não ocorrem aleatoriamente, poderá avaliar-se a adequação da variável em causa na análise. No caso de o analista decidir incluir a variável na análise, terá que se decidir se se irá incluir essas observações nas tabulações e nos gráficos.

Eliminação. Um método muito utilizado para tratar dados em falta é o de eliminar quaisquer observações que contenham valores em falta para cada uma das variáveis que é parte da análise. ***Esta é geralmente a opção pré-configurada nos diferentes pacotes de software estatístico.*** Sendo embora fácil de aplicar, este método frequentemente origina perda de informação relevante e de poder estatístico ao reduzir a dimensão da amostra, e poderá ter um efeito enviesante, já que assenta no pressuposto de que os valores em falta são completamente aleatórios.

Classificação em tabela e gráficos com valores em falta. Este é provavelmente o método mais simples e mais largamente utilizado para tratar dados em falta quando se publicam tabulações e gráficos nos inquéritos nacionais sobre o trabalho infantil e consiste em criar uma categoria separada para os respondentes em falta, tal como “Não respondeu”, ou

“Não especificado”. O gráfico seguinte, por exemplo, foi utilizado nas Filipinas nos dados do inquérito sobre o trabalho infantil:

Gráfico 2 Proporção de crianças entre os 5 e os 17 anos de idade que trabalharam durante os últimos 12 meses, por ocupação principal, Filipinas, Outubro 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e OIT, 2002.

No entanto, esta opção pode revelar-se extremamente embaraçosa quando se apresenta muitas variáveis em tabulações cruzadas já que, potencialmente, cada uma das variáveis poderá ter valores em falta. Assim se explica em parte porque é que é tão importante fazer todos os esforços para obter informação completa durante a fase de recolha de dados, ou se possível, deduzir os valores em falta a partir da informação existente na fase de edição, especialmente para variáveis chave basilares. No caso da idade, por exemplo, um valor em falta pode ser facilmente deduzido a partir da informação sobre a data de nascimento, por exemplo, e no caso do sexo, um valor em falta pode ser facilmente deduzido do tipo de parentesco do chefe do agregado familiar- por exemplo, “filha”, “esposa” ou “neta” implicaria um elemento do sexo feminino, e respostas como “filho”, “marido” ou “neto” implicaria um elemento masculino.

5.2.2 Tratamento de outros tipos de problemas relacionados com os dados

Outliers. Estes elementos consistem em valores extremos ou observações que são inconsistentes com o padrão evidente nos restantes dados.

Determinação da extensão do seu efeito na análise. Sempre que se detecte a existência de um elemento deste tipo, o primeiro passo é o de determinar o seu efeito na análise.

- Os casos mais extremos terão maior influência nos resultados do que os casos menos extremos.
- *Outliers* com grande peso terão maior efeito nos resultados do que aqueles com menor peso, e o peso relativo das observações podem ser facilmente apresentados e avaliados visualmente utilizando as *bubble plots*, especialmente se o subgrupo analisado não for demasiado grande.
- Uma comparação dos resultados com e sem tais observações extremas e fora do comum ajuda a determinar o seu efeito real. Se os analistas determinarem que esses elementos não terão um efeito significativo, estes podem ser ignorados com segurança. Isso acontecerá tanto mais quanto a dimensão da amostra for maior. Dependendo das características desses elementos, tal como explicado acima, e parcialmente nas estatísticas a calcular, esses elementos não terão necessariamente um efeito significativo nos resultados, ou não se desenvolverão dentro dos problemas dos dados.

Escolha de estatísticas menos susceptíveis de outliers. Os analistas dever-se-ão recordar que algumas estatísticas são mais susceptíveis a outliers que outra — por exemplo, a média é mais susceptível do que a mediana. Uma forma de reduzir os problemas com os outliers consiste em escolher estatísticas menos passíveis de serem afectadas por eles.

Outras formas de tratar os outliers. Os analistas não deverão ignorar o problema de os *outliers* terem uma influência na estatística particular calculada. Ao estudar os *outliers* com influência, deverão tentar encontrar uma explicação lógica para a sua existência, e determinar em que caso estes se podem eliminar com segurança de modo a não afectar a análise ao apresentar resultados que não reflectem os padrões observados geralmente. Por exemplo, uma falha no sistema público de abastecimento de água numa área particular na altura do inquérito poderá trazer valores zero às somas das respostas às questões: “Quanto pensa ter gasto em água no mês passado?”. Num caso como este, seria incorrecto utilizar a informação recolhida para realizar interferências relativamente ao status socio-económico de uma área particular. Seria preferível excluir essas observações extremas. Um outro método frequente para tratar outliers consiste em considerá-los como pontos em falta e agrupá-los na categoria “outros”.

Quando os analistas não conseguirem encontrar um razão lógica para a existência de outliers influenciáveis e não desejarem tratá-los como pontos em falta, deverão questionar a utilização da variável para análise.

Padrões pouco comuns e categorias de resposta anormalmente grandes. Se possível, a informação externa poderá revelar-se útil em determinar se uma variável apresenta um padrão anormal ou demasiados “sim”, “não”, ou outras respostas.

Uma comparação da distribuição dos indivíduos entre os 5 e os 17 anos de idades de acordo com o inquérito nas Honduras e de acordo com o censo de população realizado no ano anterior, por exemplo, sugeriu que o inquérito subestimava os número de raparigas de certas idades, enquanto que sobrestimava as raparigas de outras idades. Com os rapazes, também, parecia que o estudo subestimava os rapazes de umas idades e sobrestimava os outros. Neste caso, o estudo foi conduzido inteiramente utilizando os grupos etários 5-9, 10-14 e 15-17, em lugar de simples anos de idade, porque, ao contrário dos anos individuais de idade, a distribuição destes grupos etários provou coincidir com a distribuição sugerida pelos resultados do censo (OIT, 2003d). Neste caso, a agregação foi suficiente para chegar a uma distribuição esperada das variáveis. Porém, noutros casos, a exclusão poderá ser a melhor opção para as variáveis com padrões anormais ou proporções anormalmente grandes em certas categorias de resposta que o analista presente não reflectirem a realidade.

Respostas pouco prováveis. As respostas pouco prováveis podem aparecer nos dados devido a várias razões, incluindo

- questões mal interpretadas;
- informação prestada de forma errada durante a entrevista; ou
- informação mal registada ou transcrita.

“Ocupação profissional” para crianças é uma resposta pouco provável em inquéritos sobre o trabalho infantil. Dada as idades das crianças, é altamente improvável que elas tenham ocupações profissionais. As respostas, porém, podem passar facilmente despercebidas pelos editores de dados a menos que comparem directamente as idades e as ocupações. Quando forem poucos casos, poderá ser seguro excluí-los. Uma solução alternativa fácil é considerá-los pontos em falta e agrupá-los na categoria “outros”. Fará parte da população total para a variável e irá aparecer nas tabulações e gráficos como “outros”, mas não necessitará de análise.

Grandes categorias “não aplicável”. Grandes números de respostas “outros” ou de “não aplicável” poderá indiciar uma formulação mal feita da pergunta e esse assunto deverá ser levantado com os responsáveis pela concepção do questionário. Deverá ser cuidadosamente avaliada a utilidade da inclusão de tais variáveis no estágio de análise dos dados, já que estes não fornecem muita informação.

5.3 Utilização de dados ponderados

A amostra do estudo destina-se a representar uma determinada população. Assim, cada observação na amostra, uma vez ponderada utilizando o factor de ponderação correspondente, representa vários casos na população total. O factor de ponderação não será o mesmo para todas as observações, de acordo com o plano de amostragem. Assim, no cálculo estatístico dessas taxas e proporções para variáveis diferentes, deverá utilizar-se os dados ponderados de forma a evitar resultados enviesados. Desta forma assegura-se ainda que as estatísticas calculadas são consistentes com os números totais apresentados para as diferentes variáveis no relatório.

Quando utilizar dados ponderados. Porém, sempre que se realize regressões ou testes significativos deve-se utilizar dados não ponderados.

As bases de dados contêm frequentemente vários factores de ponderação (por exemplo, para os agregados familiares, para os indivíduos, para os diferentes módulos), assim, os analistas deverão utilizar sempre o factor correcto para a população em análise.

5.4 Desagregação dos dados

A maior parte dos analistas quer apresentar o maior número possível de pormenores nas tabulações.

Problemas das amostras de menor dimensão. Quanto maior for o número de variáveis e categorias utilizadas para a desagregação dos dados, tanto menor será a dimensão da amostra que serve de base para as estimativas e, conseqüentemente, a estimativa resultante será menos precisa. Quando há poucas observações para uma determinada categoria, as estimativas baseadas nesses poucos casos poderão não ser fiáveis. Conseqüentemente, os analistas deverão prestar muita atenção à dimensão do subgrupo da amostra, já que as análises aos subgrupos originam muitas vezes estimativas pouco fiáveis. A fiabilidade de uma estimativa depende do número não ponderado de respostas reais numa categoria particular e não num número ponderado. As soluções alternativas incluem:

- *Não fazer estimativas.* Quando se considera que a análise dos subgrupos não é fiável e que não é desejável colapsar as categorias, uma possibilidade é simplesmente não fazer estimativas.
- *Critérios mínimos.* Se os países decidirem apresentar os resultados e, dado que todas as estimativas com base em dados da amostra se encontram associados a graus variáveis de erro de amostragem, os países deverão desenvolver ou adoptar um conjunto de critérios mínimos para a publicação ou apresentação de estimativas com base em dados do inquérito sobre o trabalho infantil.

Desenvolvimento de critérios mínimos. A decisão sobre o número mínimo não ponderado de observações (i.e. denominador mínimo) necessário para a apresentação dos resultados pode restringir a desagregação extensiva dos dados. Certos países poderão estabelecer os seus próprios critérios para a publicação dos dados e é recomendável que os continuem a utilizar desde que a metodologia utilizada para criar os critérios se aplique ao inquérito nacional sobre o trabalho infantil. Por exemplo, o Central Statistical Office (CSO) no Belize utiliza normalmente o denominador mínimo de 30 observações para servir de base às estimativas que publica. (Esse valor mínimo foi também utilizado para apresentar os resultados do Inquérito Nacional sobre as Actividades das Crianças em 2001). Se um determinado país ainda não tiver desenvolvido uma metodologia para a publicação de estimativas baseadas em inquéritos sobre o trabalho infantil, a OIT/SIMPOC recomenda que seja adoptado o seguinte critério:

Se uma estimativa for baseada em 25 ou menos observações, deve-se apresentar a estimativa em tabelas com um asterisco (*) junto do número. O asterisco deverá então ser definido por baixo da respectiva tabela. O aviso poderá ser o seguinte: “* Os dados deverão ser interpretados com precaução já que as estimativas são baseadas em amostra de pequena dimensão.”

A caixa 9 fornece um exemplo.

Caixa 9
Apresentação de valores com base em
células de pequena dimensão

Para a apresentação de estimativas, os analistas terão que saber o número de observações não ponderadas nas quais se baseia cada estimativa. Se o número for inferior ao critério mínimo, deve-se fazer acompanhar a estimativa por um aviso, tal como se mostra no exemplo em baixo.

Tabela 6 Rendimento médio mensal dos menores com actividade económica em alguns sectores de actividade, Nicarágua, 2000

Ramo de actividade	Rendimento médio mensal	Número de observações (não ponderadas)
Agricultura, caça, silvicultura, e pesca	\$43.09	274
Extracção mineira e pedreiras	-	4
Indústrias	\$63.44	125
Electricidade, gás, e abastecimento de água	\$34.15*	21
Construção	\$83.43	49
Mercado grossista e retalhista, hotéis e restaurantes	\$51.71	195
Serviços comunitários, sociais e particulares	\$40.27	189

- Valor não apresentado por existirem menos do que 10 observações.

* O valor deve ser interpretado com precaução, já que as estimativas são baseadas em amostra de pequena dimensão.

Fonte: Inquérito Nacional sobre o Trabalho Infantil e Adolescente, Nicarágua, 2000.

Para mais informações sobre como este critério foi desenvolvido, ver Anexo E (Ritual, A.; Mehran, F. March 2002. “Estimate Release Criteria for SIMPOC Surveys”).

Valor mínimo das observações. Em certos casos, porém, o número de observações é tão baixo que se torna preferível nem sequer apresentar estimativas com base nelas, nem sequer acompanhadas pelo aviso. O valor de 10 observações é por vezes utilizado como o valor mínimo de observações necessárias para apresentar estimativas, como descrito no exemplo da caixa 9.

Assuntos confidenciais. O analista deverá prestar sempre atenção em relação à confidencialidade quando avalia até que ponto é que os dados devem ser desagregados e analisados, evitando a exposição de informação de carácter mais sensível:

- Quanto mais pequenas se tornam as células, maior probabilidade existe de se tipificar o crescimento de agregados familiares em particular, aumentando também o risco de comprometimento da confidencialidade da informação fornecida no inquérito.
- Os profissionais que tratam os dados terão que identificar quaisquer variáveis ainda presentes na base de dados que possa comprometer a confidencialidade, e tratá-los com cuidado, excluindo-os, se necessário, da análise e da base de dados.

5.5 Escolha das variáveis chave

Os inquéritos nacionais contêm uma informação imensa, mais informação do que um relatório poderia alguma vez abordar. Os responsáveis pela redacção dos relatórios deverão manter-se concentrados. As seguintes medidas poderão ajudar:

- Tópicos dos indicadores desejados e das tabulações poderão ajudar a evitar o caos dos dados.

-
- Os autores dos relatórios poderão ser aconselhados a apresentar alguns dos resultados por variáveis chave, já que a base de dados completa, que esconde a diversidade dentro dos países ou dentro dos grupos de pessoas nos países, frequentemente falha na produção dos resultados mais interessantes. As principais variáveis basilares incluem, entre outras, sexo, região ou província, residência urbana ou rural, e anos individuais ou grupos etários, muitos dos quais são sugeridos nas tabulações exemplificativas apresentadas no anexo F.

Variáveis importantes para certos países e não para outros. Certas variáveis chave, como por exemplo a nacionalidade e o grupo étnico, podem ser muito importantes para certos países e não para outros, dependendo da sua estrutura. No Belize, por exemplo, os resultados do Inquérito sobre as Actividades das Crianças de 2001 mostrou taxas de participação altamente variáveis entre os três principais grupos étnicos: 27.6 por cento para as crianças Maias, 11.1 por cento para os Mestizos, e 6.6 por cento para os Crioulos. De facto, a etnia deve ser considerada como uma variável chave importante relativamente a este país, mas pode demonstrar-se que não é importante nem sequer aplicável noutros países.

Importância das semelhanças e das diferenças entre os grupos. Os analistas deverão prestar muita atenção à escolha das variáveis chave e às suas categorias, tendo em mente que, por vezes, as semelhanças entre os grupos são tão importantes como as diferenças entre eles, e por isso não devem ser ignoradas.

Explicação da importância das categorias das variáveis chave. Será ainda importante explicar a importância das diferentes categorias das variáveis chave, como por exemplo, a importância das categorias relativas às horas de trabalho escolhidas ou dos grupos etários relativamente à legislação sobre a educação e sobre o trabalho de um determinado país.

O perigo da desagregação demasiadamente extensiva. Os analistas deverão ser cuidadosos sempre que dividirem os dados em diferentes categorias para que não aconteça que a desagregação se torne tão extensiva que os dados resultantes da dimensão da amostra sejam considerados não fiáveis (ver Secção 5.4). Em áreas geográficas, embora seja interessante analisar os dados em unidades altamente desagregadas, os analistas deverão estabelecer qual a unidade geográfica mínima permitida pelo plano de amostragem utilizado.

Adaptação das tabelas exemplificativas no anexo F. As variáveis chave e as suas categorias apresentadas nas tabelas exemplificativas no anexo F, foram escolhidas para efeitos ilustrativos e não é suposto que estas sejam aplicáveis de forma universal ou exaustiva. Os países deverão assim realizar as alterações nas tabulações exemplificativas, nas variáveis chave utilizadas, e nas suas categorias.

5.5.1 Grupos etários

Ao estabelecer as categorias relativas à idade, os países poderão escolher grupos etários que sejam relevantes em termos do ensino nacional e da legislação laboral.

Na Nicarágua, por exemplo, os grupos etários de 5-9, 10-13, e 14-17 anos de idade foram utilizados na análise devido ao facto de a idade mínima para trabalhar ter sido definida para os 14 anos. Na Colômbia, os grupos etários utilizados foram os de 5-9, 10-11, 12-14, e de 15-17 anos de idade, com base nas idades mínimas diferenciadas para o trabalho em áreas urbanas e rurais.

Utilização de limites para o trabalho leve e para o trabalho em geral. Outra opção que pode revelar resultados significativos é a utilização de limites de idade para o trabalho leve

e para o trabalho em geral. Num determinado país em que a idade mínima para o trabalho leve seja aos 12 anos, por exemplo, e a idade mínima para o emprego geral seja aos 14, seria interessante e significativo utilizar grupos etários de 5-11, 12-13, e 14-17 anos— i.e., grupos de crianças demasiado novas até para o trabalho leve; crianças autorizadas a realizarem trabalho leve, mas ainda não autorizadas para o trabalho geral; e as crianças autorizadas para o trabalho geral.

Comparação e facilidade de agregação entre países. Por outro lado, a norma utilizada para os grupos etários de 5-9, 10-14, e 15-17 anos de idades permite a realização de comparações entre países dos resultados e permite que os dados sejam facilmente agregados entre os países de forma a produzir estimativas regionais. Nos casos em que os limites entre estes últimos grupos não coincida com a idade máxima de um país para a escolaridade obrigatória e/ou para a idade mínima para trabalhar, o país deverá conduzir a sua análise principal fazendo uso das categorias que são importantes de acordo com a sua legislação—mas, de modo a permitir a comparação a nível internacional, deverá incluir nos apuramentos outras categorias (5-9, 10-14, e 15-17 anos) num anexo.

Adaptação das tabelas exemplificativas no anexo F. Nas tabelas exemplificativas apresentadas no anexo F do presente manual, as categorias de 5-9, 10-14, e 15-17 anos de idade são utilizadas para os grupos etários. O país deverá realizar os ajustes adequados nas tabelas, caso venha a utilizar outros grupos etários.

5.6 Análise do género

A perspectiva relativamente ao género é necessária para a análise dos dados do inquérito do trabalho infantil, de modo a que seja possível revelar disparidades baseadas no sexo entre rapazes e raparigas.

Mais do que uma simples desagregação por sexo. A análise relativa ao sexo pode ser realizada desde que sejam recolhidos dados desagregados ou sensíveis ao sexo durante o inquérito. Mas é preciso mais. A observação do fenómeno através de uma “lente do sexo” significa igualmente uma análise abrangente e uma interpretação dos dados desagregados por sexo ou sensíveis a ele, caso os investigadores queiram entender o como e o porquê da natureza e das possíveis causas das diferenças entre o trabalho infantil nos rapazes e nas raparigas e o modo como estes os afecta diferentemente.

O objectivo da incorporação de uma perspectiva baseada no sexo não é o de apresentar o sexo como um tópico predominante ao longo do relatório, mas antes o de incluir a variável do sexo entre as variáveis relevantes, atingindo-se assim uma compreensão mais aprofundada das actividades das crianças e do trabalho infantil nas suas múltiplas dimensões. Desta forma, será de interesse perceber as diferenças, as semelhanças, e as relações entre os rapazes e as raparigas de uma forma geral.

Para que se percebam as diferentes dimensões da experiência de trabalho entre rapazes e raparigas, deverão ser analisadas várias variáveis de relevo, entre as quais se incluem

- O status socio-económico;
- A ocupação;
- A situação perante o trabalho;

-
- A natureza do emprego (permanente, sazonal, etc.);
 - O nível de rendimentos;
 - Os benefícios recebidos no trabalho;
 - As horas de trabalho;
 - A localização;
 - A altura do dia de trabalho;
 - A frequência escolar; e
 - A incidência de acidentes e de doenças relacionados com o trabalho.

As desvantagens diferenciadas por sexo. O inquérito do Nicarágua, por exemplo, revelou que, enquanto os rapazes estão mais envolvidos em actividades laborais perigosas e por isso, com maior risco de sofrer acidentes e doenças do que as raparigas, elas trabalham em média mais horas do que os rapazes reduzindo assim o tempo disponível que teriam para estudar e descansar (OIT, 2003e). Estas simples conclusões mostram que ambos os grupos se encontram em situação de desvantagem, mas de formas diversas, e demonstra a necessidade de estabelecer um quadro mais completo sobre o trabalho infantil para realizar a análise dos muitos aspectos do trabalho relacionados com cada grupo.

A importância de incluir as tarefas domésticas na análise. Quando se trata de rapazes e de raparigas, é especialmente importante incluir as tarefas domésticas na análise. Quando a análise se restringe às actividades económicas, os rapazes aparecem em desvantagem significativa. Mas quando se passa a incluir as tarefas domésticas no estudo torna-se evidente o fardo suportado por muitas raparigas. A análise realizada no Belize, por exemplo, mostrou que, enquanto 14.8 por cento dos rapazes e apenas 7.3 por cento das raparigas entre os 5 e os 17 anos de idade se encontravam envolvidas em actividades económicas, a medição das actividades das crianças que incluía tanto as actividades económicas, como as tarefas domésticas, identificou um total de 78.0 por cento de rapazes comparados com 79.7 por cento de raparigas activas (OIT, 2003a).

As qualidades necessárias ao analista. A incorporação bem sucedida da temática do sexo no relatório implica que o analista possua uma familiaridade prévia com a análise dessa temática, ou que, pelo menos, seja sensível a ela, reflectida numa consciencialização e compreensão dos factores culturais e sociais que determinam o contexto para as diferenças baseadas no sexo.

Fontes suplementares. Para um resumo compreensivo dos diferentes assuntos que giram à volta do sexo nas estatísticas relativas ao trabalho, ver OIT working paper *Incorporating gender issues in labour statistics* (2001). Para uma boa visão global das preocupações nos esforços relacionados com o trabalho infantil, consultar a publicação do BIT *Good practices: Gender mainstreaming in actions against child labour* (2002f). O manual do United Nations Department of Economic and Social Information's (1997) *Handbook for producing national statistical reports on women and men* fornece igualmente uma orientação clara para a apresentação e discussão das estatísticas de forma a mostrar as semelhanças, as disparidades, e as relações entre homens e mulheres.

5.7 Grupos de controlo

As comparações entre menores que trabalham e menores que não trabalham, e entre “trabalhadores infantis” e crianças que não estão em situação de trabalho infantil, não fornecem prova de causalidade. No entanto, podem esclarecer quando se utiliza os dados do inquérito para mostrar a força das relações entre as variáveis e até sugerir possíveis causas e consequências do trabalho infantil. Na Costa Rica, por exemplo, o inquérito sobre o trabalho infantil de 2002 revelou que, enquanto 44.1 por cento dos menores a trabalhar tinham abandonado a escola e 51.7 por cento daquelas que ainda se encontravam a frequentar a escola estavam num nível abaixo em relação à sua idade, apenas 6.9 por cento das crianças que não trabalham, do mesmo grupo etário, tinham abandonado a escola, e apenas 26.6 por cento estavam abaixo do nível correspondente à sua idade (OIT, 2003b). Tomando o grupo dos não trabalhadores como grupo de controlo, parece que o trabalho representa um obstáculo adicional à retenção das crianças na escola e à sua progressão escolar normal.

Ao interpretar os resultados e tirar conclusões, os analistas deverão ter em atenção que, enquanto a análise das correlações e das comparações com o grupo de controlo pode insinuar relações de causalidade, estas não fornecem provas sólidas das causas e das consequências do trabalho infantil.

5.8 Utilização de fontes de informação externas

A informação qualitativa e quantitativa proveniente de fontes externas deverá ser incluída ao longo do relatório de forma a fortalecer a análise:

- Esta informação poderá ser utilizada para fundamentar as conclusões e as recomendações feitas com base no inquérito sobre o trabalho infantil.
- Mesmo nos casos em que a informação externa seja inconsistente com os resultados do inquérito, a discussão sobre as possíveis razões das diferenças encontradas poderá levar a conclusões interessantes.
- Nos casos em que os dados do inquérito sobre os agregados familiares não possam fornecer grandes pormenores ou estimativas fiáveis devido a um número limitado de observações, as fontes externas podem ser utilizadas por vezes para corroborar os resultados. No relatório nacional do Belize, por exemplo, os resultados do inquérito baseados em poucas observações relativamente a ferimentos e doenças relacionadas com as actividades laborais entre rapazes e raparigas ficaram fortalecidos com a apresentação da informação do conselho da segurança social:
- Os dados do Conselho da Segurança Social indicaram que 149 indivíduos entre os 14 e os 17 anos de idade ficaram feridos no trabalho em 2001. A maioria dos ferimentos das crianças consistiam em feridas abertas e ferimentos dos vasos sanguíneos (53 por cento), e outros 32 por cento foram classificados como perto do trauma (cabeça, dedos, pés, etc.). As crianças nos distritos de Orange Walk, Corozal and Stann Creek contribuíram para 74 por cento de todos os ferimentos. Estes são os distritos onde estão sediadas as indústrias da cana do açúcar, dos citrinos, e da banana, e onde se suspeita que as crianças estão mais expostas a trabalho com ferramentas agrícolas. Só o número total de ferimentos neste grupo etário ascendeu a 3,484 dias perdidos e aproximadamente BZ\$47,990 (Belize Social Security Board, 2002).” *OIT, 2003a, pág.49.*

5.9 Apresentação dos resultados

Uma boa apresentação dos resultados dependerá de:

- tipo de dados (dados de medição contínua ou discreta, categóricos ou binários);
- espaço disponível; e
- outros factores.

Utilização de tabelas e de gráficos. Os resultados podem ser simplesmente discutidos no texto, mas a sua apresentação em tabelas (de uma, duas ou de várias formas diferentes) é geralmente muito útil para o leitor. Até um certo ponto, os gráficos são igualmente úteis.

5.9.1 Tabelas

Um relatório nacional eficaz:

- apresenta os principais resultados do relatório em tabelas pormenorizadas e organizadas; e
- fornece interpretações óbvias dos resultados.

As tabelas mostram a informação de forma concisa e ordenada. No entanto, nem todos os dados recolhidos no inquérito precisam de ser tabulados ou apresentados em tabelas cruzadas. Os analistas deverão escolher quais as tabelas a incluir no relatório, quais as variáveis a escolher, quais as categorias de variáveis e variáveis cruzadas que são mais interessantes.

O anexo F consiste em tabelas exemplificativas que podem servir de guias na preparação das tabelas modelo antes de se dar início à análise dos dados. Os relatórios nacionais deverão incluir todas as tabelas exequíveis — os analistas deverão escolher as tabelas adequadas num determinado inquérito.

Ver caixa 10 para sugestões úteis para a preparação de tabelas claras e abrangentes.

Caixa 10

Conselhos para a preparação de tabelas claras e abrangentes

- **As tabelas deverão ser apresentadas próximo da primeira referência que se faz a elas no texto.**
- **As tabelas deverão ser sequenciadas numericamente ao longo do relatório.**
- **Os títulos das tabelas deverão ser concisos e descritivos.**

O título deve dar ao leitor uma ideia clara sobre o assunto da tabela, da população incluída, e do período de referência. O título deverá começar por um tópico geral, seguido pelos itens em colunas, e por itens em linhas. Por exemplo, o título de uma tabela sobre a população, com as categorias de sexo em colunas e as categorias da idade em linhas poderia ser “População segundo o sexo, por grupo etário”. Os títulos das tabelas não devem ser muito longos — a informação adicional pode ser incluída nas notas no fundo da tabela. A fonte de informação deve ser indicada no fundo da tabela, e a referência da fonte deverá ser apresentada por baixo de todas as outras notas.

- **O “total” de linhas e colunas deve ser sempre incluído.**
- **A aparência deverá ser consistente para todas as tabelas.**

As características como: as fontes dos caracteres, os efeitos dos caracteres, o uso de maiúsculas, a configuração da página, e os espaços deverão ser utilizados de forma consistente ao longo das tabelas. O tamanho dos caracteres poderá variar de acordo com o espaço disponível, mas nunca deverá ser tão pequeno a ponto de dificultar a leitura. A localização da coluna e da linha do “total” deverá manter-se a mesma entre as tabelas, i.e., ou no topo ou no fundo (no caso das linhas), ou centrado à esquerda ou à direita (no caso das colunas).

- **Apresentar os números e as proporções sempre que adequado.**

Os resultados do inquérito fornecem informação mais fiável em percentagem/proporção do que em resultados absolutos, e assim a tendência na maior parte dos relatórios nacionais tem sido a de apresentar proporções em vez de valores absolutos. Mesmo assim, sempre que sejam declaradas proporções, é necessário incluir a informação do número total de casos. Isto permite ao leitor calcular a estimativa absoluta, caso assim o deseje. Frequentemente a apresentação dos valores absolutos dá uma aproximação maior à realidade quando comparada com as proporções, e, quando são apresentados valores absolutos, estes devem ser sempre acompanhados pelas respectivas proporções. Em suma, as proporções devem ser sempre apresentadas, fazendo-se acompanhar pelo valor absoluto para as categorias ou apenas pelo número total de casos.

- **Citar as estatísticas apresentadas nas tabelas.**

No caso de se apresentar as proporções em tabelas, esses valores deverão ser igualmente citados no corpo do texto. Isto é, não se deve publicar uma tabela apenas com as proporções, mas citar os números absolutos no texto. Isso poderia confundir o leitor.

- **Nem todos os valores apresentados nas tabelas precisam de ser discutidos no texto.**

- **Tabelas de frequência e tabulações cruzadas.**

A utilização de tabelas revela-se adequada para apresentar dados binários e em categorias. Os dados podem ser divididos em diferentes categorias ou então ser apresentados em medições sumárias, tais como médias, medianas, e desvio-padrão. As tabulações cruzadas entre duas ou mais variáveis, por outro lado, poderão revelar informação relativa à relação entre as variáveis.

- **Os números altos podem ser arredondados para as centenas.**

É pouco provável que os dados do inquérito forneçam resultados com a precisão de um dígito. Por isso, valores como 189,882 podem ser apresentados como 189,9 (em milhares).¹ Em números pequenos, porém, não é recomendável que se efectue este procedimento.

- **Percentagens arredondadas a um dígito depois das décimas.**

É pouco provável que os dados do inquérito forneçam resultados com uma precisão acima de um dígito para as décimas; por isso, as percentagens deverão ser apresentadas apenas com uma décima, como por exemplo 45.7 por cento em vez de 45.74 por cento.

- **Ser consistente na utilização de pontos decimais dentro das tabelas**

Se as percentagens forem apresentadas ao nível de um ponto decimal, deve-se certificar que todas as percentagens utilizam um ponto decimal. Por exemplo, as percentagens devem ser apresentadas como 14.7 e 30.0.

- **As somas das colunas ou das linhas têm que ser calculadas utilizando valores arredondados, e o total deve ser também adequadamente arredondado.**

Caso seja necessário, poderá adicionar-se esta nota no fundo da tabela: “Detalhes não adicionados devido a arredondamento.”

- **Assegurar que todos os totais estão de acordo entre as tabelas que têm o mesmo denominador populacional.**

Todas as tabelas que se referem aos mesmos grupos de população deverão ter os mesmos totais de população. Se, por exemplo, a tabela que apresenta a informação relativa à educação de todos os menores com actividade económica inclui o número total dos menores com actividade económica, e outra tabela apresenta os valores relacionados com a saúde de todos os rapazes e raparigas trabalhadores com o número total dos menores com actividade económica, os valores totais dos menores com actividade económica em cada tabela deverão estar de acordo. Se tal não acontecer, isso talvez se deva a números diferentes de dados em falta sobre a educação e saúde. Nesses casos, dever-se-á incluir uma nota no fundo das tabelas indicando que faltam um certo número de casos.

- **Definir todos os símbolos e acrónimos utilizadas na tabela**

Dever-se-á incluir notas no fundo da tabela indicando o significado dos símbolos e das acrónimos utilizados. Essas notas deverão estar acima da nota relativa à “fonte”, a qual será a última.

- **Minimizar o uso de abreviaturas**

As limitações de espaço podem tornar necessário reduzir o comprimento dos títulos das colunas e/ou das linhas, e as abreviaturas podem parecer uma boa solução. Porém, alguns leitores poderão não estar familiarizados com o uso de abreviaturas, a menos que estas sejam frequentemente utilizadas ou conhecidas, como por exemplo, (ex., km., Kgs.), e assim é melhor minimizar a sua utilização.

- **Ser consistente em relação a expressões utilizadas nas tabelas e no texto**

Se se utilizar os termos “frequenta a escola” e “não frequenta a escola” nos dados das tabelas, então deverá utilizar-se estes mesmos termos exclusivamente quando se se referir ao mesmo conceito. Não misturar terminologia, como por exemplo, “escolarização” e “não escolarização” e “na escola” e “fora da escola”. Estas variações da terminologia correm o risco de confundir os leitores, levando-os a questionarem-se se essas expressões se referem a definições ou conceitos diferentes.

- **Não se deve deixar as células em branco**

Se for zero o número resultante da medição do inquérito, então “0” deverá aparecer na célula. Se a combinação das categorias das variáveis não for aplicável aos dados, tal deverá ser anotado, de preferência através de um símbolo no fundo da tabela. Se o valor observado for arredondado para zero, deverá ser apresentado um símbolo na célula e explicado no fundo da tabela.

A cada tabela apresentada deve seguir-se uma análise dos resultados dessa tabela. Isso significa descrever os grupos ou as categorias que se evidenciam de forma particular, como por exemplo, as regiões com altos números ou proporções de menores que trabalham ou “trabalhadores infantis” e as regiões com valores baixos. Na análise deve incluir-se ainda a descrição de padrões ou tendências aparentes. Por exemplo, é importante realçar o padrão do trabalho dos rapazes e das raparigas e as suas consequências em termos de relações de sexo dentro do agregado familiar e do local de trabalho. Convém discutir ainda a razão pela qual certos padrões ou tendências se continuam a verificar no caso de haver evidência desse facto ou de investigações anteriores. Isso fornecerá ao leitor algumas das respostas à pergunta “porquê?”.

5.9.2 Apresentação dos gráficos

Em muitos casos os dados podem ser apresentados de uma forma visualmente mais apelativa utilizando várias formas de apresentação dos gráficos (por exemplo, gráficos de barras, gráficos de colunas, gráficos de linhas, mapas), embora se possa incluir mais dados e informação mais pormenorizada nas tabelas. De forma a evitar a referência excessiva no corpo de texto principal, não se deve apresentar os mesmos dados em tabelas e gráficos, mas antes, deve decidir-se qual dos dois a utilizar. Pode revelar-se adequado apresentar os gráficos dentro do corpo de texto principal e deixar as tabelas pormenorizadas para um anexo. Sempre que tal acontecer, é importante referir a localização da tabela no corpo de texto, como por exemplo: “Para tabulações pormenorizadas, ver Tabela X, Anexo X.” Ver Caixa 11 para sugestões de preparação de gráficos eficazes.

Caixa 11

Sugestões de apresentação de dados em gráficos

O objectivo dos gráficos é o de apresentar os resultados de forma precisa, clara e eficaz. Os gráficos devem ser visualmente apelativos e de fácil interpretação para os leitores, mesmo quando aparecem descontextualizados do texto.

- **Os gráficos devem ilustrar apenas os pontos importantes.**

Os gráficos ocupam espaço e nem todos os dados podem ser apresentados graficamente. Cabe ao analista, então, analisá-los e avaliar qual a informação que mais beneficiará da apresentação gráfica.

- **Os gráficos devem ser sequenciados numericamente dentro dos capítulos.**

Assim torna-se mais fácil localizá-los dentro de cada capítulo.

- **Deve-se conseguir interpretar os gráficos sem ter que recorrer ao texto.**

Isto significa que cada gráfico terá um título que diga respeito ao conteúdo, à população e ao período de referência. Poderá ser igualmente necessário incluir notas sob os gráficos que explicam as abreviaturas, as abreviaturas, etc. Se for necessário, deve incluir-se ainda uma legenda do gráfico. A fonte de informação tem que estar descrita sob o gráfico, sendo sempre a última linha no fundo do gráfico.

- **Escolher uma apresentação dos gráficos que seja clara.**

Existe uma larga escolha no que diz respeito aos tipos de gráficos disponíveis, entre eles estão os de linhas, barras, colunas, colunas soltas, áreas, ou os diagramas. O tipo mais adequado para um conjunto de dados em particular dependerá em parte do número de categorias a apresentar e do seu tamanho relativo. O analista poderá experimentar a apresentação desse conjunto de dados utilizando vários tipos diferentes antes de fazer a escolha do mais adequado. O analista deverá também ter em consideração que os vários segmentos de cada gráfico devem poder distinguir-se claramente nos vários tipos de suportes de mídia em que o relatório poderá ser publicado, tais como cópias bicolores, cópias a preto e branco, ou ficheiros descarregados da Internet. Devem-se evitar características redundantes como o uso excessivo de grelhas ou efeitos 3-D desnecessários, já que estes preenchem o espaço e podem distrair o leitor.

- **A aparência deve ser consistente.**

A utilização de características como o tipo letra, o tamanho e/ou efeitos, o uso de maiúsculas e o espaçamento dever ser consistente em todos os gráficos. O tamanho dos caracteres deve ser suficientemente grande de modo a permitir que os títulos sejam facilmente legíveis.

- **Os gráficos devem medir 50 por cento mais em largura do que em altura.**

A maioria dos gráficos adquire uma aparência estranha quando são demasiado altos ou largos. Na maioria dos gráficos, a relação entre a largura e a altura deve ser aproximadamente de 1.5 para 1. A relação utilizada, porém, depende também do que se está a apresentar nos gráficos, do número de dados, e do tipo de gráfico.

-
- **O eixo das escalas deve começar com valores mínimos.**

Sempre que se utilizar ruptura de escala, esta deverá ser visível. De outro modo correr-se-ia o risco de o leitor interpretar as diferenças entre as categorias como sendo maiores do que elas são na realidade.

- **Todos os eixos devem ser apresentados de forma adequada.**

A unidade de medição para cada eixo deverá ser clara e deve-se incluir marcas e grelhas realçadas sempre que for necessário. Deverá ser igualmente óbvio para o leitor quais são as variáveis e as categorias de variáveis incluídas no gráfico.

- **Definir todos os símbolos e acrónimos usados nos gráficos no rodapé do gráfico**

É também importante utilizar sempre os mesmos símbolos ao longo dos gráficos.

Assegurar-se de que cada gráfico ou tabela é relevante. Cada tabela e cada gráfico utilizadas no relatório nacional devem ser incluídas apenas porque fornecem informação importante ao leitor, seja esta informação nova, confirmação de resultados anteriores, tendências, ou descrições da população que ajudarão o leitor a melhor entender as condições em que vivem os rapazes e as raparigas e a natureza e abrangência do trabalho infantil.

Rever as referências à tabela ou ao gráfico no texto principal. Cada tabela e cada gráfico deverão ser referenciados no corpo do relatório em conjunto com uma interpretação dos resultados principais. Assim, depois de se ter completado o primeiro projecto do relatório, o autor deverá rever se cada tabela e gráfico se encontram referenciados no texto.

Eliminar tabelas e gráficos irrelevantes ou que não são importantes. Eliminar as tabelas ou os gráficos aos quais não existe nenhuma referência no corpo de texto principal — poderá assumir-se que a informação neles contida não é relevante ou que não é importante para o relatório. (Da mesma forma, e tal como já se fez referência, deverá poder interpretar-se todos os tabelas e valores sem referência ao texto.)

Breve glossário de termos úteis

Termos relacionados com o inquérito

Coefficiente de variação (CV): Definido como o erro padrão dividido pela média. Utilizado como medida da variável de dispersão ou de amostra.

Erros de cobertura: *Sub abrangência* ocorre quando as unidades na população alvo não existem no enquadramento. *Sobre abrangência* ocorre quando algumas unidades no enquadramento da amostra não se encontram na população alvo.

Inquérito junto da residência *de facto*: Tipo de inquérito em que a associação dos indivíduos é definida de acordo com o lugar onde estavam a viver quando responderam ao inquérito, independentemente do lugar de residência habitual.

Inquérito junto da residência de direito: Tipo de inquérito em que a associação dos indivíduos aos agregados familiares é definida de acordo com o lugar habitual de residência—i.e., os visitantes do agregado familiar são excluídos, mas os residentes habituais são incluídos no inquérito, mesmo se estiverem temporariamente fora do agregado familiar na altura da inquirição.

Design effect: Descreve o valor pelo qual a variância de um plano de amostra é inflacionado por comparação com a variância da amostra, caso esta fosse uma simples amostra aleatória.

Factor de ponderação: Factor através do qual as observações do inquérito são ponderadas para produzir estimativas da população total. Para cada observação, a ponderação do plano é igual ao inverso da sua probabilidade de ser seleccionado para a amostra, regulada para a não resposta.

Unidade de alojamento: Estrutura habitacional na qual podem residir um ou mais agregados familiares.

Agregado familiar: Conjunto de pessoas que vivem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas são suportadas conjuntamente.

Não resposta: Ocorre quando a informação pretendida não é obtida a partir das unidades seleccionadas na amostra, ou não para todos os itens relevantes para cada uma destas unidades.

Erros não resultantes da amostra: Erros que não estão relacionados com a metodologia, mas que acontecem em outras fases durante a aplicação do inquérito. Entre outros, incluem-se os erros relacionados com enviezamentos nas repostas, variância da resposta, edição, codificação e introdução de dados, sub abrangência, sobre abrangência, selecção da amostra, recusas e ausências no alojamento a inquirir.

Unidades de amostra primárias: Unidades de área de dimensão relativamente grande escolhidas a partir do enquadramento da amostra no primeiro estágio.

Taxa de resposta: Número de unidades de amostra elegíveis que responderam, divididas pelo número total de unidades da amostra.

Enviezamento da amostragem: A diferença entre uma estimativa baseada na amostra do inquérito e a mesma estimativa derivada de uma contagem completa utilizando o mesmo questionário, entrevistadores, instruções e métodos de processamento.

Erro de amostragem: Refere-se à diferença entre uma estimativa derivada da amostra do inquérito e o valor “verdadeiro” que resultaria se fosse levado a cabo um censo nas mesmas condições a toda a população.

Enquadramento de amostragem: Representação da população alvo do inquérito a partir da qual se podem seleccionar as amostras.

Amostra auto-ponderada: Amostra na qual cada unidade elementar na população possui a mesma, não zero, probabilidade de fazer parte da amostra.

Termos relacionados com o emprego

População economicamente activa actual: Todas as pessoas acima de uma determinada idade mínima que se encontram empregadas ou desempregadas durante um curto período de referência, como por exemplo, uma semana ou um dia.

População economicamente activa durante algum período ao longo do ano: Todas as pessoas acima de uma determinada idade mínima para a medição da população economicamente activa que tiveram pelo menos um emprego de uma semana (ou um dia) ou estiveram desempregadas no decurso do ano de referência.

População economicamente activa: Todas as pessoas de ambos os sexos que, durante o período de referência, promoveram a procura de trabalho para a produção de bens e serviços, tal como definido pelo United Nations Systems of National Accounts and Balances (SNA). Esta definição inclui a produção e transformação de produtos primários, seja para o mercado, para troca directa, ou para consumo próprio; a produção de todos os outros bens e serviços para o mercado; a produção de determinados bens para uso próprio; e, nos agregados familiares que produzem tais bens e serviços para o mercado, a produção correspondente para consumo próprio. A produção de serviços para consumo próprio é excluída, excepto se se destinarem a serviços domésticos pagos.

Empregado: Considera-se que alguém está empregado se estiver acima da idade especificada para a medição da população economicamente activa e, se durante um determinado período, se incluir em qualquer uma das seguintes categorias: (a) executou algum trabalho com vista a um salário ou pagamento, em dinheiro ou em sexos; (b) esteve temporariamente fora do trabalho durante o período de referência, mas manteve uma ligação formal com o seu emprego, tendo já trabalhado no seu actual emprego; (c) criou emprego para si próprio e desempenhou algum trabalho rentável para a família ou que trouxe ganhos, em dinheiro ou em géneros; (d) indivíduos com empresas, as quais podem ser de negócios ou de prestação de serviços, que estão temporariamente fora do trabalho durante o período de referência devido a alguma razão especificada. Aqueles que trabalharam pelo menos uma hora durante o período de referência (semana ou dia) consideram-se empregados.

Tarefas domésticas: Serviços domésticos considerados actividades não económicas, desempenhadas por membros do agregado familiar sem pagamento. As tarefas domésticas incluem: preparar e servir refeições; fazer, reparar, lavar e passar roupa a ferro; ir às compras; tomar conta de crianças, doentes, inválidos ou dos mais velhos dentro do agregado familiar; limpar, decorar, e manter a habitação; e transportar os membros do agregado familiar e os seus bens.

Sector de actividade (económica): Actividade, definida em termos de tipos de bens produzidos e serviços prestados, do estabelecimento no qual a pessoa empregada trabalhou durante o período de referência do inquérito.

Mão-de-obra: Ver “População economicamente activa actual”.

Trabalho leve: Trabalho que é (a) pouco passível de vir a prejudicar a saúde ou o desenvolvimento dos rapazes e das raparigas; e (b) que não prejudica a sua frequência escolar; a sua participação em acções de orientação vocacional ou programas de formação aprovados pelas autoridades competentes.

Actividades não económicas: Actividades que estão além dos limites definidos para a actividade económica, tal como definido pelo United Nations Systems of National Accounts (SNA) — exemplo, tarefas domésticas na própria casa, tomar conta dos próprios filhos, coser as próprias roupas, fazer reparações na própria casa, e executar trabalho voluntário em actividades da comunidade.

Ocupação: Tipo de trabalho desempenhado durante o período de referência pela pessoa empregada, tal como definido pelo conjunto de tarefas e deveres a cargo e/ou desempenhados pelo indivíduo.

População não activa: Inclui aqueles não englobados na mão-de-obra: (a) aqueles acima da idade especificada para a medição da população economicamente activa não empregada e não desempregada, e (b) aqueles abaixo da idade especificada para a medição da população economicamente activa.

Situação perante o trabalho: Estatuto dos indivíduos economicamente activos no que diz respeito ao seu emprego -i.e., se são empregadores, empregados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados, ou outros.

Desempregados: Todas as pessoas acima da idade especificada para a medição da população economicamente activa que estiveram sem emprego durante o período de referência, mas que estiveram disponíveis para trabalhar e estão à procura de trabalho. Numa definição menos restrita, os desempregados estiveram sem trabalho e disponíveis para trabalhar, mas não procuraram trabalho.

População habitualmente activa: Aqueles que estão empregados ou desempregados por mais de um determinado número de semanas durante um longo período de referência, como por exemplo um ano.

As piores formas de trabalho infantil: Trabalho que, pela sua natureza ou circunstâncias em que é desempenhado, é passível de prejudicar a saúde, a segurança, ou os valores morais da criança.

Referências bibliográficas

- Alred, F.; Brusaw, C.; Oliu, W. 2000. *Handbook on technical writing*, 6th edition (Boston: Bedford/St. Martin's Press).
- Anker, R. 2000. "The economics of child labour: A framework for measurement". *International Labour Review*, Vol. 139, No. 3 (Geneva: OIT).
- American Association for Public Opinion Research. *Standard definitions: Final dispositions of case codes e outcome rates for surveys*. http://www.aapor.org/default.asp?page=survey_methods/standards_e_best_practices/standard_definitions (acedido: 22 November 2003).
- Bureau of Labor Statistics. 2001. Stinson Jr., J.F. (ed.). *Employment e earnings*. Bureau of Labor Statistics, Vol. 48. No. 8.
- Brazil. 2003. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Oficina Internacional de Trabajo. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Trabalho Infantil – 2001*.
- Central Bureau of Statistics e Ministry of Planning e National Development. 2002. *The 1998/99 labour force/child labour survey* (Nairobi, Kenya).
- Central Statistical Office e International Labour Organization. 2000. *Country report 1999 child labour survey* (. Lusaka, Zambia: Central Statistical Office).
- Central Statistical Office e Ministry of Public Service, Labour e Social Welfare. 2000. *Country report 1999 child labour survey* (Zimbabwe).
- Couper, M.; De Leeuw, E. 2002. "Nonresponse in cross-cultural and cross national surveys", in Harkness, J.A.; van de Vijver, F.J.R.; Mohler, P.Ph., *Cross-cultural survey methods*. (New York: Wiley).
- Deaton, A. 1997. *The analysis of household surveys: A microeconomic approach to development policy* (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press).
- Deb, P.; Rosati, F. 2002. *Determinants of child labour and school attendance: The role of household unobservables*. www.ucw-project.org.
- Dominican Republic. 2001. *Oficina Nacional de Estadística, Organización Internacional del Trabajo, Encuesta Nacional de Trabajo Infantil*. (Secretaría de Estado de Trabajo).
- Edmonds, C. 2003. *Ethical considerations when conducting research on children in the worst forms of child labour* (Geneva: International Labour Organization).
- Flimer, D.; Pritchett, L. 1998. "Estimating wealth effects without expenditure data – or tears: An application to educational enrolments in States of India". World Bank Policy Research Working Paper No. 1994. (Washington, D.C.: World Bank).
- Glewwe, P. 2002. "Schools e skills in developing countries: Education policies e socio-economic outcomes". *Journal of Economic Literature*, Vol. 40 No. 2.

-
- Goldschmidt-Clermont, L. 1988. *Economic measurements of non-market household activities: Towards the next steps* (Geneva: OIT).
- Grimsrud, B. 2001. "A comparison of survey instruments for collecting data on child labour". *Working Paper Series, Developing New Strategies for Understanding Children's Work e its Impact*. <http://www.ucw-project.org>.
- Grosh, M.E.; Glewwe, P. 1995. "A guide to living standards measurement study surveys e their datasets". *Living Standards Measurement Study Working Paper No. 120*. (Washington, D.C.: World Bank).
- 2000. *Designing questionnaires for developing countries: Lessons from 15 years of the Living Standards Measurement Study, Vols. 1, 2 e 3* (Washington, D.C.: World Bank).
- Hanushek E.; Lavy, V. 1994. "Do students care about school quality? Dropout behavior e achievement bias in developing countries". *Living Standard Measurement Study Working Paper No.107* (Washington, D.C.: World Bank).
- Hawrylyshyn, O. 1977. "Towards a definition of non-market activities". *Review of Income e Wealth*, Series 23, No. 1.
- Heady, C. 2000. "What is the effect of child labour on learning achievement? Evidence from Ghana". *Innocenti Working Papers Series, No. 79* (Florence, Italy: UNICEF).
- Henry, G. 1990. *Practical sampling*. Applied Social Research Methods Series, Vol. 21 (United States: Sage Publications).
- Hussmans, R.; Mehran, F.; Verma, V. 1990. *Surveys of economically active population, employment e underemployment. An OIT manual on concepts e methods* (Geneva: OIT).
- International Labour Organization. 1973a. *Convention No. 138 Minimum Age Convention, 1973* (Geneva: OIT).
- 1973b. *Recommendation No. 146 Minimum Age Recommendation, 1973* (Geneva: OIT).
- 1988. *Combating child labour* (Geneva: OIT).
- 1990. *Statistical sources e methods. Vol. 3. Economically active population, employment, unemployment, e hours of work (household surveys)*, 2nd ed. (Geneva: OIT).
- 1996. *Child labour: Targeting the intolerable* (Geneva: OIT).
- 1998a. *Report to the conference: Sixteenth international conference of labour statisticians, Geneva, 6-15 October 1998* (Geneva: OIT).
- 1998b. *General report: Sixteenth international conference of labour statisticians, Geneva, 6-15 October 1998* (Geneva: OIT).
- 1999. *Incorporating gender issues in labour statistics*. Working paper (International Labour Organization, Bureau of Statistics).

-
- 2000a. *Current international recommendations on labour statistics: 2000 edition* (Geneva: OIT).
- 2000b. *International Programme on the Elimination of Child Labour: Statistical Information e Monitoring Programme on Child Labour (SIMPOC)*, Geneva: OIT.
- 2001. *Eliminating the worst forms of child labour: An integrated e time-bound programme approach. A guide for governments, workers, employers, donors e other stakeholders* (Geneva: International Programme for the Elimination of Child Labour [IPEC]).
- 2002a. *Every child counts: New global estimates on child labour* (Geneva: OIT).
- 2002b. *Key indicators of the labour market, 2001-2002* (Geneva: OIT).
- 2002c. *Ghana Employers' Association: Report on child labour survey in the informal sector* (OIT ACT/EMP e Ghana Employers' Association).
- 2002d. *Eliminating the worst forms of child labour: A practical guide to OIT Convention No. 182. Handbook for Parliamentarians No. 3 – 2002* (Geneva: OIT).
- 2002e. *In-depth analysis of the situation of working street children in the Leningrad region, 2001* (Geneva: IPEC).
- 2002f. *“Good practices: Gender mainstreaming in actions against child labour* (Geneva: IPEC).
- 2003a. *National report on the results of the Child Activity Survey in Belize* (Belmopan, Belize).
- 2003b. *Informe nacional sobre los resultados de la encuesta del trabajo infantil y adolescente en Costa Rica* (San José, Costa Rica: Imprenta Nacional).
- 2003c. *Entendiendo el trabajo infantil en El Salvador* (San Salvador, El Salvador: Dirección General de Estadística y Censos).
- 2003d. *Informe nacional de los resultados de la encuesta de trabajo infantil en Honduras*. Tegucigalpa (Honduras).
- 2003e. *Encuesta nacional del trabajo infantil y adolescente en Nicaragua – ENTIA 2000*. (Managua, Nicaragua: EMCOR).
- 2003f. *Estudio analítico e interpretación de los resultados de la Encuesta sobre Caracterización de la Población entre 5 y 17 Años en Colombia* (Bogotá, Colombia: DANE).
- 2003g. *Informe nacional de los resultados de la encuesta del trabajo infantil en Panamá* (Panamá: Contraloría General de la República, Panamá).
- 2003h. *Annotated bibliography on child labour* (Geneva: OIT).
- 2003i. *Child labour e education in Belize: A situational assessment e in-depth analysis*. (Belize: Central Statistical Office).

-
- 2004a. *Análisis del trabajo infantil y adolescente en América Central y República Dominicana*. (Costa Rica: SIPCOM).
- 2004b. *Child labour survey data processing e storage of electronic files* (Geneva).
- Forthcoming. *Child labour statistics: Methodologies for data collection through surveys*.
- ; UNICEF. 2000. *Investigating child labour: Guidelines for rapid assessment. A field manual* (Geneva).
- Maddala, G.S. 2001. *Introduction to econometrics*, 3rd ed. (Prentice Hall Business Publishing).
- Mehran, F. 2000. “OIT labour force participation rates for 10-14 years old versus UNESCO school enrolment ratios”. *OIT Bulletin of Labour Statistics*. (Geneva: OIT).
- Ministry of Labour. 2002. *Namibia Child Activity Survey, 1999* (Namibia).
- Ministry of Labour e Social Affairs, Central Statistical Authority; OIT. 2002. *Ethiopia child labour survey report 2001* (Addis Ababa, Ethiopia: Central Statistical Authority).
- Ministry of Labour e Social Security e Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil. 2003. “Trabalho Infantil em Portugal 2001” (Lisbon, Portugal: IEFPP – GCM/NAP).
- National Bureau of Statistics e Ministry of Labour, Youth Development e Sports. 2003. *Country report of the 2000/2001 integrated labour force e child labour survey* (Dar es Salaam, Tanzania: National Bureau of Statistics e Ministry of Labour, Youth Development e Sports).
- National Statistics Office e International Labour Organization. 2001. *2001 Survey on children*, Fact Sheets (Manila, the Philippines: National Statistics Office).
- O’Donnel, O.; van Doorslaer, E.; Rosati, F. 2002. *Child labour e saúde: Evidence e research issues*. <http://www.ucw-project.org>.
- Ray, R. 1999. “How child labour e child schooling interact with adult labour”, *World Bank Intrahousehold Decisionmaking*. Literacy e Child Labour research project working paper (Washington, D.C.: World Bank).
- Rosati, F.C.; Rossi, M. 2002. “Children’s working hours, school enrolment e human capital accumulation: Evidence from Pakistan e Nicaragua”. *Working Paper Series, Developing New Strategies for Understanding Children’s Work e its Impact*. <http://www.ucw-project.org>.
- Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil. 2002. *Estatísticas em síntese: Tipificação das situações do trabalho das crianças* (Portugal: Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil).
- South Africa. 2000. *Survey of activities of young persons, 1999* (Pretoria: Statistics South Africa).

-
- State Institute of Statistics, Primary Ministry, Republic of Turkey. 2001. *Child labour in Turkey, 1999* (Ankara, Turkey).
- Statistics Canada. 2001. "Guide to the labour force survey" (Ottawa, Ontario).
- Stoker, D. 2001. "Technical note on the estimation e the use of standard errors" (Statistics South Africa).
- Turkey. 2000. *Household labour force survey questionnaire, October 1999* (Ankara, Turkey: State Institute of Statistics, Prime Ministry, Republic of Turkey).
- UNICEF. 2000. *Monitoring progress toward the goals of the World Summit for Children: End-decade multiple indicator survey manual* (New York, NY: Division of Evaluation, Policy e Planning, United Nations Children's Fund).
- United Nations. 1980. *Principles e recommendations for population e housing censuses*. Statistical papers, Series M, No. 67 (New York, NY: UN Statistical Office).
- 1984. *Handbook of household surveys*, revised ed. Studies in Methods, Series F, No 31 (New York, NY: UN Statistical Office).
- ; Department of Economic e Social Information. 1997. *Handbook for producing national statistical reports on women e men* (New York, NY: United Nations).
- United Nations Statistics Division. Forthcoming. *An analysis of operating characteristics of surveys in developing e transition countries: Survey costs, design effects e non-sampling errors*. Draft on-line at: <http://unstats.un.org/unsd/hhsurveys/index2.htm>(accessed November 3, 2003).
- United States. Department of Labor. 2001. *Employment e earnings*. Vol. 48, No. 8 (Washington, D.C.).
- United States Department of State. 2002. *Country reports on human rights practices, 2001*. Available on-line at: <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2001/> (accessed July 19, 2002).
- Verma, V. 1991. *Sampling methods: Training handbook* (Tokyo, Japan: Statistical Institute for Asia e the Pacific).
- World Bank. 2000. Grosh, M.; Glewwe, P. (eds.). *Designing household survey questionnaires for developing countries: Lessons from fifteen years of living standard measurement study* (Washington, D.C.: World Bank).